

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ITALIANOS EM CASOS DE CONFLITOS E TENSÕES NAS FAZENDAS DE CAFÉ  
DA COMARCA DE ARARAQUARA, 1890-1914**

**Rosane Siqueira Teixeira**

**SÃO CARLOS  
2006**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ITALIANOS EM CASOS DE CONFLITOS E TENSÕES NAS FAZENDAS DE CAFÉ  
DA COMARCA DE ARARAQUARA, 1890-1914**

**Rosane Siqueira Teixeira**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, área de concentração: Relações Sociais, Poder e Cultura.

Orientador: Karl Martin Monsma

**SÃO CARLOS  
2006**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

T266ic

Teixeira, Rosane Siqueira.

Italianos em casos de conflitos e tensões nas fazendas de café da comarca de Araraquara, 1890-1914 / Rosane Siqueira Teixeira -- São Carlos : UFSCar, 2006.  
128 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2006.

1. São Paulo (Estado) - imigração. 2. Imigrantes italianos.  
3. Fazendas de café. 4. Processos criminais. 5. Conflitos cotidianos. I. Título.

CDD: 325.816 (20<sup>a</sup>)

**ROSANE SIQUEIRA TEIXEIRA**

**ITALIANOS EM CASOS DE CONFLITOS E TENSÕES NAS FAZENDAS DE CAFÉ  
DA COMARCA DE ARARAQUARA, 1890-1914**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, área de concentração: Relações Sociais, Poder e Cultura.

Aprovado em 30 de março de 2006.

**BANCA EXAMINADORA**

Membros titulares:

Presidente: Prof. Dr. Karl Martin Monsma  
(orientador)

1º Examinador: Prof. Dr. Oswaldo M. S. Truzzi  
UFSCar

2º Examinador: Prof. Dr. Michael M. Hall  
UNICAMP

Membros suplentes:

Prof. Dr. Igor José de Renó Machado (UFSCar)  
Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP/Araraquara)

**À Benilde, minha mãe.  
Não tenho palavras  
para dizer tudo o que você  
representa para mim.  
Devo tudo a você!**

## AGRADECIMENTOS

Ao orientador e amigo Karl Martin Monsma, pela confiança e tranquilidade que conduziu as orientações.

Ao historiador Prof. Dr. Rodolpho Telarolli (*in memoriam*) pela sua luta em preservar os processos e pela possibilidade de acesso ao pesquisador.

Aos funcionários do Arquivo Público Histórico “Rodolpho Telarolli”, Silvio Renato Barbosa e Patrícia de Sá Loschiavo pela atenção e presteza.

Aos funcionários das Bibliotecas: Comunitária – UFSCar e Athena – UNESP pela atenção.

Ao Circolo Ítalo-Brasileiro de Araraquara pelo acolhimento e gentileza.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela qualidade das aulas.

Ao professor Oswaldo M. S. Truzzi pela atenção.

Aos professores Oswaldo M. S. Truzzi e Michael M. Hall pela participação na banca de avaliação da dissertação.

Ao professor Igor José de Renó Machado e à professora Maria Teresa Miceli Kerbauy pela participação como membros suplentes.

Ao meu pai José pelo apoio financeiro.

À minha sobrinha Juliana pela cooperação.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que de uma forma ou de outra compartilharam para que esta dissertação fosse realizada.

## RESUMO

Este estudo abordou casos de conflitos caracterizados pela violência física, moral, econômica e racial, por questões de trabalho, que envolvem imigrantes italianos oriundos de diversas regiões da Itália e outras etnias nas fazendas de café da comarca de Araraquara no período de 1890-1914, usando como fonte processos criminais. O presente trabalho buscou compreender os valores que orientavam uma conduta violenta nos conflitos cotidianos, investigando as chances de solidariedade entre as etnias nas ações individuais, principalmente entre os italianos. Nesta perspectiva, o trabalho evidenciou que as diferenças regionais entre os italianos limitavam a solidariedade do grupo, sobretudo dos setentrionais e da Itália central em relação aos meridionais. A análise dos processos também evidenciou que os principais valores que orientavam uma conduta violenta nos conflitos cotidianos eram os de receber um salário justo e de ter liberdade de movimento. Esses valores foram verificados para todas as etnias em questão.

Palavras-chave – processos criminais, fazendas de café, conflitos cotidianos, imigrantes italianos.

## **ABSTRACT**

This study it approached cases of conflicts characterized for physical, moral, economic and racial the violence, for work questions, that involve deriving Italian immigrants of diverse regions of Italy and other ethnic groups on coffee plantations of the judicial district of Araraquara in the period of 1890-1914, using as source criminal records. The present work searched to understand the values that guided a violent behavior in the daily conflicts, investigating the solidarity possibilities between the ethnic groups in the individual actions, mainly between the Italians. In this perspective, the work evidenced that the regional differences between the Italians limited the solidarity of the group, over all of the northern ones and of central Italy in relation to the meridionals. The analysis of the criminal records also evidenced that the main values that guided a violent behavior in the daily conflicts were to receive a wage just and to have movement freedom. These values had been verified for all the ethnic groups in question.

**Key Words:** criminal records, coffee plantations, daily conflicts, immigrant Italians.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	p. 10
A pesquisa	p. 18
- O arquivo e processos criminais como fonte	p. 18
- A metodologia	p. 21
- Outras fontes	p. 24

### CAPÍTULO I

<b>Fazendas de café e emigração</b>	p. 27
1.1   As fazendas de café	p. 28
1.2   Emigrar: esperança de uma vida melhor	p. 36

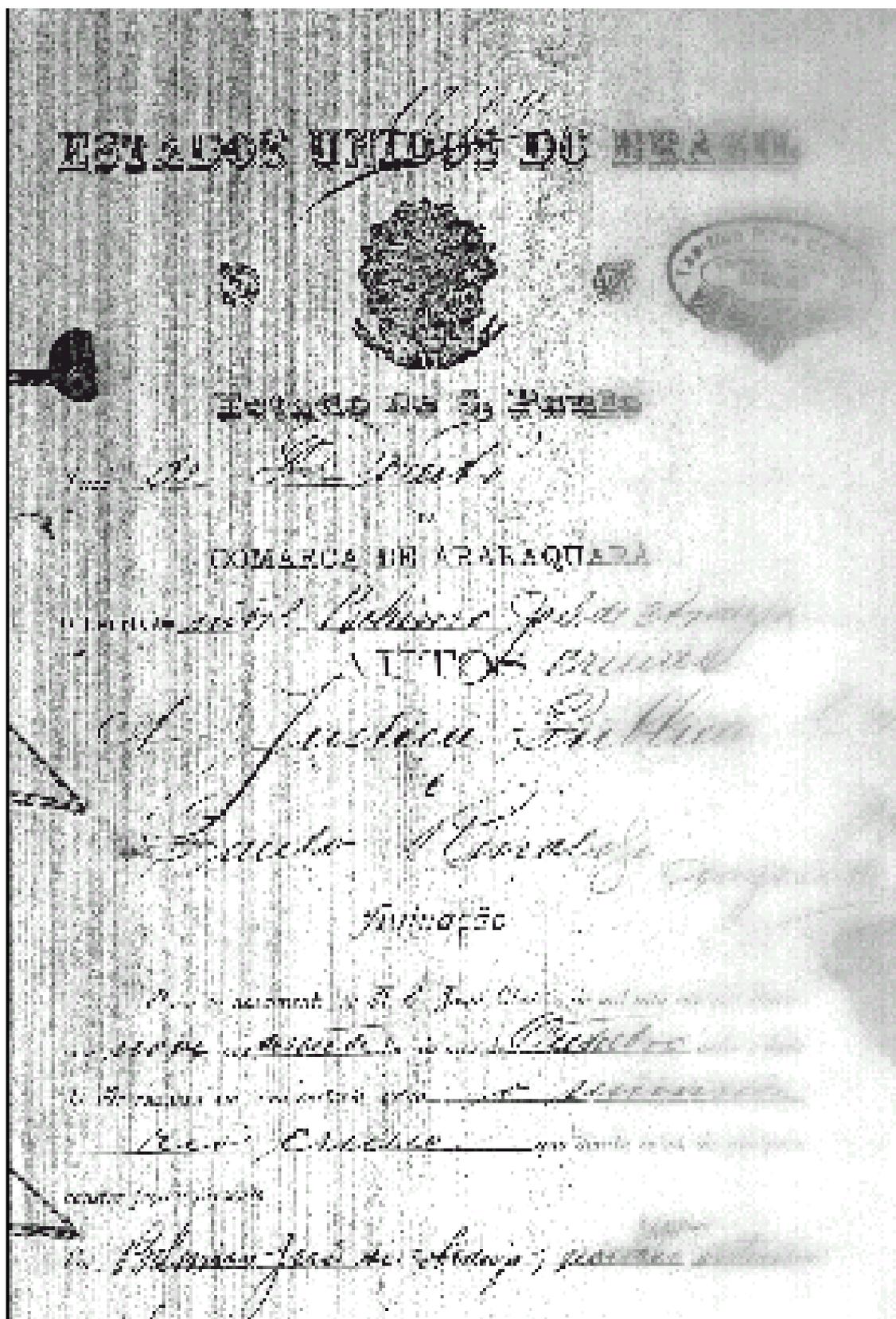
### CAPÍTULO II

<b>A mão-de-obra: entra em cena o imigrante italiano</b>	p. 54
2.1   Introdução da mão-de-obra italiana	p. 54
2.2   Os contratos de trabalho	p. 62
2.3   A entrevista	p. 68

### CAPÍTULO III

<b>Pobres dignos: conflituosas relações de trabalho</b>	p. 73
3.1   As greves	p. 83
3.2   Os conflitos nos cafezais	p. 92
3.3   Desobedecendo a ordem do patrão	p.102
3.4   Italianos, afro-brasileiros e brasileiros brancos pobres	p.107

Considerações finais	p.119
Referências Bibliográficas	p.123
Anexo	p.128



Capa do processo criminal do réu Paulo Rinaldi

Ano de 1899

Fonte: Arquivo Público Histórico "Rodolpho Telarolli", Araraquara - SP

## INTRODUÇÃO

Na manhã do dia 16 de agosto de 1899, na fazenda Furnas do Ouro, situada no município de Araraquara, por volta das oito horas da manhã, o italiano Paulo Rinaldi, natural da Calábria, colono<sup>1</sup>, armou-se com um revólver e assassinou o fiscal<sup>2</sup> Jonas Soderquist, natural da Suécia.<sup>3</sup> A testemunha Raymundo Francisco Ribeiro, brasileiro, 35 anos, casado, trabalhador agrícola, analfabeto, relata o ocorrido:

Respondeu que no dia, mez e anno alli relatados, elle depoente e Jonas Soderquist, pelas oito ou nove horas da manhã, caminhavam por um corredor do cafezal da fazenda “Furnas do Ouro” pertencente a Guilherme Souto, quando momentaneamente appareceu em sua frente saindo do cafesal, o denunciado Paulo Rinaldi, colono da mesma fazenda, armado de um revólver e sem que precedesse discussão ou motivo algum, desfechou com elle um tiro no referido Jonas, que caiu morto poucos passos adiante (...)<sup>4</sup>

O motivo do crime, segundo o depoimento do português Manoel Caetano Cazeiro, 42 anos, casado, analfabeto e colono na referida fazenda, “deu-se em razão de ter a vítima (...) mandado um outro empregado indireitar o serviço feito pelo denunciado, como colhedor de café, no mesmo talhão<sup>5</sup> deste (...)”<sup>6</sup>.

Após cometer o crime, Paulo Rinaldi embrenhou-se pelo cafezal sem que fosse possível prendê-lo. Entretanto, ele não deveria estar longe da fazenda, conforme relata o português Manoel, demonstrando muita preocupação porque provavelmente deveria ter alguma divergência com o acusado

---

<sup>1</sup> Holloway (1984, p. 126) define o colono como um trabalhador assalariado, “um lavrador de subsistência, um produtor e negociante de mercadorias agrícolas e também um consumidor, tudo ao mesmo tempo”.

<sup>2</sup> Segundo Sallum Junior (1982, p. 107), “os fiscais ou ajudantes eram encarregados de controlar o trabalho executado pelos colonos: determinar o início e a interrupção do trabalho, verificar o andamento das capinas e da colheita, eventualmente ordenar a repetição de serviços mal feitos e aplicar multas por quebras do regulamento da fazenda etc”.

<sup>3</sup> Os dados de Paulo Rinaldi e Jonas Soderquist estão incompletos no processo.

<sup>4</sup> Arquivo Público Histórico “Rodolpho Telaroli”, Araraquara-SP, (doravante APHRT), Processos criminais, Pasta 1899-2, sem número. Depoimento prestado ao delegado.

<sup>5</sup> Talhão era um determinado número de pés de café que cada família de colonos recebia para cultivar.

<sup>6</sup> APHRT, criminais, P. 1899-2, sem número. Depoimento prestado ao delegado.

Respondeu que hoje estando com Antonio Joaquim da Silva este lhe dissera que Paulo Rinaldi o assassino do fiscal Jonas Soderquist fora visto na Estrada da Estação d'Ouro e referindo-se ao que fez ao referido fiscal, desejava também ter igual procedimento com o administrador<sup>7</sup> o Senhor Alfredo e com elle declarante; que elle depoente tem certeza nunca ter feito mal a Paulo Rinaldi e nem com pessoa alguma de sua família (...)<sup>8</sup>

Na verdade, a preocupação do português tinha fundamento porque após o assassinato do fiscal os colonos italianos se reuniram, como relata o brasileiro Benedito Barboza de Oliveira, 50 anos, casado, trabalhador agrícola, analfabeto, e supostamente amigo dos patrões

Que depois do assassinato do fiscal Jonas elle tem notado por frente dos colonos italianos uma certa provenção [?] que ao que parece tencionam alguma fazer contra o patrão e o administrador da fazenda, que ainda hontem reuniram-se na rua de café (...); que desde o assassinato o pae de Paulo Rinaldi não compareceu mais ao serviço e que em vista do modo porque se acham os italianos, elle declarante dirigio-se ao seu patrão pedio-lhe para que não comparecesse ao serviço pois que receiava qualquer desacato que fosse feito por parte dos mesmos (...) que julga aqui achar-se o mesmo Paulo, por contar este com o amparo dos seus patricios italianos (...)<sup>9</sup>

Então, para se precaver de qualquer conflito com os colonos italianos, o proprietário da fazenda Furnas do Ouro, Guilherme José Alves Souto, pediu ajuda ao delegado de polícia, que se dirigiu para a fazenda com sete praças e ali chegando conteve o clima de tensão que se espalhava pela fazenda, e ouviu a declaração de diversos colonos a respeito do crime.

No rol das testemunhas, quatro brasileiros se posicionaram contra o réu dizendo que “a vítima era boa pessoa, pacato...”; de um total de sete italianos, todos oriundos da Calábria, quatro ficaram imparciais, inclusive o pai de Paulo Rinaldi, Archanjo Rinaldi, 53

---

<sup>7</sup> De acordo com Sallum Junior (1982, p. 106), o administrador “fazia as vezes do fazendeiro no comando do processo de trabalho; contratava e despedia colonos, decidia no cotidiano a realização das tarefas produtivas necessárias, designava trabalhadores para estas tarefas, fiscalizando, além disso, a sua realização, quer diretamente, quando se tratava de camaradas especializados, quer indiretamente, quando se tratava de colonos ou camaradas volantes. (...) recebia salário monetário mensal, moradia de qualidade bastante superior às dos colonos e tinha para consumo próprio os produtos da fazenda (...)”.

<sup>8</sup> APHRT, criminais, P. 1899-2, sem número. Depoimento prestado ao delegado.

<sup>9</sup> APHRT, criminais, P. 1899-2, sem número. Depoimento prestado ao delegado.

anos, casado, trabalhador agrícola, alfabetizado, que relata ao delegado o tratamento dado aos trabalhadores da fazenda (talvez justificando o procedimento do filho Paulo)

(...) Jonas era moço tratável e apenas exigia que o serviço fosse feito de acordo com os desejos de seu patrão, aproveitando bem todo o café; que não só o dono da fazenda como o administrador Senhor Alfredo dispensavam bons tratamentos aos trabalhadores da fazenda, tem o pagamento com toda regularidade, de acordo com o ajuste de preço combinado, exigindo também o administrador que o café seja catado, voltando os trabalhadores que deixam de cumprir com aquela ordem a rua de café e si não o fizer será posto a cata [?] dos colonos para repassar a rua de café.<sup>10</sup>

Os outros três calabreses<sup>11</sup> se mantiveram hostis à Paulo Rinaldi. Consta, também, o depoimento do português Manoel, conforme mencionamos anteriormente. Este foi favorável à vítima.

Enfim, não houve um desfecho para o caso do italiano Paulo Rinaldi porque ele havia fugido e o processo foi arquivado. A última vez que foi visto “vestia uma calça de cor branca de algodão, uma camisa azul, chapéu branco de pano e sapatão de couro branco”<sup>12</sup>.

O fundamental do caso abordado é indicar como ponto de partida para este estudo a importância das tensões, conflitos, solidariedades, hostilidades, rivalidades étnicas etc., que faziam parte das interações cotidianas.

O objetivo deste estudo consiste em abordar como os imigrantes italianos oriundos de diversas regiões da Itália interagiam com a própria etnia e com etnias distintas no espaço circunscrito das fazendas de café da comarca de Araraquara no período de 1890-1914, numa situação permeada por conflitos e tensões, para compreender os valores que orientavam uma conduta violenta, perguntando-se, quais as chances de solidariedade entre as etnias nas ações individuais, focalizando principalmente os italianos precedentes das diferentes regiões da Itália. Em particular, serão focalizados casos de conflitos entre as autoridades das fazendas,

<sup>10</sup> APHRT, criminais, P. 1899-2, sem número.

<sup>11</sup> Aqui, cabe observar, que um dos calabreses que ficou contra Paulo Rinaldi é natural de Catanzaro. Infelizmente não foi registrada no processo a província de procedência dos outros calabreses.

<sup>12</sup> APHRT, criminais, P. 1899-2, sem número. Depoimento de Archanjo Rinaldi prestado ao delegado.

por um lado, e seus subordinados, por outro, representados pelos imigrantes italianos nas ocupações de administradores, fiscais, feitores e colonos.

Este estudo nasceu da possibilidade metodológica de explorar uma fonte que indica “pistas” e “indícios” de um mundo considerado marginal – processos criminais -, que a partir dos trabalhos de Ginzburg (1987), Chalhoub (1990<sup>13</sup>; 2001) e Fausto (2001), posteriormente, pelos trabalhos de Karl Martin Monsma desenvolvidos na Universidade Federal de São Carlos, despertou-me um enorme interesse em ler e analisar processos criminais. Aliado a isso, era do meu conhecimento que em Araraquara havia tido uma grande mobilização encabeçada pelo historiador local Prof. Dr. Rodolpho Telarolli (falecido no ano de 2001) para “salvar” os processos que estavam há longa data sob a guarda do Cartório de 1º Registro de Imóveis da Comarca de Araraquara<sup>14</sup>, que, como alternativa para a desocupação de espaço iam ser incinerados. Esses documentos tiveram uma longa trajetória para permanecerem intactos, e foram acomodados no Arquivo Público Histórico “Rodolpho Telarolli” onde se encontram à disposição do pesquisador.<sup>15</sup>

A leitura que se apresenta aqui é aquela de uma pesquisadora não-italiana mas que se interessou em conhecer mais a fundo a história desse povo que viveu tão conflituosamente nas fazendas de café.

Os imigrantes italianos estiveram envolvidos num duplo dilema. Na Itália do século XIX, para muitos italianos não havia alternativa senão emigrar. Quando aqui chegaram

---

<sup>13</sup> CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>14</sup> Este cartório no período estudado, 1890-1914, funcionava como cartório do júri.

<sup>15</sup> Os processos são relativos ao período de 1876 a 1950. Cabe observar, que anterior ao ano de 1890, só existe um processo referente ao ano de 1876. Na realidade os processos iniciam seqüencialmente a partir do ano de 1890.

cheios de esperança de uma vida melhor, se depararam com uma situação contraditória à expectativa construída. Em ambas as situações optaram pela sobrevivência.

Não é tarefa simples recompor o cotidiano dos imigrantes italianos e reencontrar os valores que orientavam atitudes e condutas violentas, ou seja, interpretar seu comportamento frente às adversidades de situações inesperadas.

Existe uma gama considerável de obras sobre a imigração italiana no Brasil.<sup>16</sup> Ao rever a bibliografia sobre este tema nota-se que boa parte dos estudos focalizaram os italianos no Estado de São Paulo. De fato, os imigrantes italianos constituíram o núcleo mais importante do fluxo imigratório. Para se ter uma idéia entre 1888 e 1919, 44,7% da imigração total do Estado de São Paulo era representada pelos italianos, seguidos pelos espanhóis (19,2%) e pelos portugueses (15,4%). Os dados apontam que o Estado de São Paulo foi a meta de 67% da emigração italiana para o Brasil entre os anos de 1889 e 1919, destacando-se a década de 1900 a 1909 que representou 79% dos emigrados. A nível regional eram provenientes de várias regiões da Itália assim como do Vêneto, Toscana, Calábria etc., havendo oscilação de entradas de uma região para outra em determinados períodos (Trento, 1989, p. 107).

Os autores que focalizaram os imigrantes italianos em solo paulista, entre eles, Alvim (1986), Trento (1989) e Holloway (1984) enfatizam sobretudo a economia cafeeira no Oeste paulista começando por evidenciar as causas que levaram camponeses italianos a emigrar no momento em que os fazendeiros se orientavam em direção da mão-de-obra rural européia visando a expansão dos cafezais. Também enfatizam a vida dos imigrantes italianos nas fazendas de café a partir dos contratos de trabalho, a busca pela pequena propriedade, as

---

<sup>16</sup> Parte dessas obras foram citadas no decorrer do trabalho.

relações entre fazendeiros e colonos italianos, e sublinham um ponto particularmente importante que eram as diferenças regionais.

Ocorria que no século XIX, conforme assinala Bertonha (2005, p. 54), “os caracteres fundamentais da sociedade italiana eram a separação entre as várias regiões, a cidade e o campo e, as elites e o povo”. Apenas nas elites urbanas e educadas encontrava-se uma identidade nacional, posto que, para a população camponesa os conceitos de “civilização italiana” quase nada significavam. Os camponeses e as camadas inferiores da sociedade não se sentiam italianos, conservando um sentimento ligado ao seu local de nascimento, ou seja, se sentiam vênéticos, toscanos, sicilianos etc. Sua consciência se limitava ao território onde viviam (p. 56). A questão da identidade para os italianos atravessou os séculos XIX e XX. Durante o processo de emigração em massa boa parte das estratégias imigratórias se baseou em aldeias e regiões e não necessariamente, no país Itália (p. 94). Quando saíram da Itália, a partir da década de setenta do final do século XIX, não se sentiam italianos no sentido de pertencimento nacional, isto porque a unificação italiana se dera havia pouco. Eram moradores de um *paese* (país) e pertencentes a determinada localidade.

Silvino Santin (1996, p. 600) estudando os imigrantes italianos do Rio Grande do Sul, exagera quando diz que “as primeiras dificuldades para integração com os outros contingentes de imigrantes [italianos] oriundos de vilarejos distintos, começaram a ser superadas ainda na viagem”. Ora, o fato de se encontrarem genericamente na posição de emigrados não significava que pudessem superar suas diferenças porque a travessia, ao colocar os emigrantes numa mesma experiência social apenas começou a despertar um sentimento de identidade coletiva. Isto baseada em Trento (1989, p. 161-163) quando afirma que no Brasil as identidades regionais foram sendo gradativamente substituídas pela identidade italiana a partir do início do século XX. Diante de tais circunstâncias, ao chegarem nas fazendas de café ainda continuavam a se identificar por suas origens regionais dentro da

Itália. Pensando no conceito de *habitus* (BOURDIEU, 1983) é possível dizer, então, que a mudança de contexto social para o imigrante provocou estranhamento cultural e discordância entre a experiência e o *habitus* incorporado, uma vez que o *habitus* é a história individual e coletiva de cada um.

Mas, as divisões entre os italianos assim como dos outros imigrantes era o meio mais eficaz que os fazendeiros utilizavam para manter o controle dos grupos a fim de evitar a união interétnica e a mobilização entre os mesmos. Nesse sentido, Bourdieu (2002, nota, p. 136) enfatiza que “a solidariedade étnica [pode] produzir o efeito de assegurar uma forma de mobilidade coletiva”.

A esse respeito, a literatura que trata das relações de trabalho nas fazendas cafeeiras não deu a devida atenção, a tendência é priorizar as relações paternalistas como “o mais importante instrumento de controle” (HOLLOWAY, 1984, p. 160) dos grupos. No entanto, Medeiros (2004) usando como fonte inquéritos policiais e processos criminais faz uma comparação entre as formas de resistência de trabalhadores italianos e brasileiros negros nas fazendas de café da comarca de São Carlos-SP (1888-1914), e aponta que as relações paternalistas estiveram mais relacionadas aos brasileiros negros do que aos italianos. Isto porque, segundo Medeiros, enquanto “para os brasileiros as relações de trabalho continuaram a seguir padrões de relações paternalistas” (p.44), para os italianos, apesar deste padrão ter sido direcionado, os fazendeiros tiveram maior dificuldade para atingi-lo, visto que, “as formas de resistência dos trabalhadores italianos estiveram relacionadas às suas disposições de resistência anteriores ligadas a constante mobilidade geográfica e a não aceitação da violação do direito de ir e vir” (p. 111). Nesta perspectiva, este estudo enfatiza que eram somente as divisões entre os imigrantes que permitiam que os fazendeiros mantivessem o controle dos trabalhadores. Desse modo, os conflitos que envolvem imigrantes italianos e outras etnias nas fazendas de café encontram um campo de estudos propícios na análise da

questão da solidariedade contribuindo para o conhecimento dos valores que estes defendiam ou utilizavam para se defender nas tensões cotidianas.

Considerando a importância deste estudo optei por usar como fonte processos criminais porque estes fornecem informações significativas para abordar o cotidiano no passado. Além disso, os processos criminais mostram que nos depoimentos “as testemunhas percebiam e interpretavam as brigas interétnicas de pontos de vista específicos, determinados principalmente por posição social, identidade étnica ou racial e suas relações pessoais com os indivíduos envolvidos” (MONSMA, 2005a, p. 165). Nessa perspectiva, este estudo busca se inserir no debate sobre a imigração italiana no Brasil, particularmente no Estado de São Paulo, focalizando o município de Araraquara.

Minha proposta inicial foi a de examinar o desenvolvimento das fazendas no município de Araraquara antes e depois da implantação do café. Também mostrei as condições de trabalho dos italianos nos campos da Itália assim como suas diferenças regionais em termos históricos, econômicos e culturais. Em seguida examinei o processo de implantação da mão-de-obra estrangeira no Brasil, focalizando principalmente a imigração italiana nas fazendas de café do Oeste paulista. Procurei ainda verificar a tendência dos italianos para determinados tipos de ocupação e de local de permanência, os contratos de trabalho firmados nas fazendas e o calendário agrícola de cada um. Enfim, para cumprir meu objetivo analisei casos de conflitos caracterizados pela violência física, moral, econômica e racial ocorridos no ambiente de trabalho das fazendas de café da comarca de Araraquara, entre as autoridades das fazendas, por um lado, e seus subordinados, por outro, assim como tive a oportunidade de analisar casos de conflitos ocorridos nos momentos de lazer.

## A PESQUISA

### **O arquivo e processos criminais como fonte**

*...trabalhando num arquivo conseguimos produzir coisas vivas...  
Ângela de Castro Gomes<sup>17</sup>*

O ponto de partida para a elaboração desta dissertação foi a pesquisa no arquivo. Foucault (1986, p. 148)), tecendo algumas considerações a respeito do arquivo, assinala que não entende por este termo [arquivo] “a soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder, como documentos de seu próprio passado, ou como testemunho de sua identidade”. Também não entende “as instituições que, em determinada sociedade, permitem registrar e conservar os discursos de que se quer ter lembrança e a manter livre disposição”. Ao mesmo tempo em que a análise do arquivo está próxima de nós, é diferente da nossa realidade, ou seja, trata-se “da orla do tempo que cerca nosso presente, que o domina e que o indica em sua alteridade, é aquilo que fora de nós nos delimita” (FOUCAULT, 1986, p. 105-151). Sem dúvida, ressalta Foucault, seria difícil descrever um arquivo de uma sociedade, de uma cultura ou de uma civilização e até mesmo o arquivo de toda uma época.<sup>18</sup> Até mesmo nosso próprio arquivo não seria possível descrever (p. 150).

Alguns céticos, afirma Darnton (1986), dirão que os arquivos jamais poderão substituir o trabalho de campo. Mas, Darnton observa, que os arquivos do Antigo Regime<sup>19</sup> são “excepcionalmente ricos” e que sempre é possível “fazer perguntas novas ao material antigo”. Em sua perspectiva, “a vegetação rasteira da mente pode ser tão impenetrável no

---

<sup>17</sup> Gomes (Universidade Federal Fluminense). Frase proferida no Seminário “Quando o campo é o arquivo”, realizado na Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – em novembro de 2004.

<sup>18</sup> Na expressão de Angelika Menne-Haritz, citada por Rodrigues (2002), o que são mantidos nas prateleiras dos arquivos são “pequenos pedaços de ‘tempo’, cerrados, e por essa razão abertos para novas perspectivas, reações e conseqüências”.

<sup>19</sup> Darnton (1986) em seu livro “O grande massacre de gatos”, faz um estudo das maneiras de pensar do século XVIII na França e pesquisa nos arquivos do Antigo Regime.

campo quanto na biblioteca”, e “não há melhor maneira, (...), do que peregrinar pelos arquivos” (p. XIV-XV).

A minha “peregrinação” pelo arquivo iniciou quando surgiu a oportunidade de examinar uma documentação oficial recentemente explorada na literatura – processos criminais – para acompanhar o cotidiano dos imigrantes italianos chegados no município de Araraquara-SP, entre o final do século XIX e início do século XX, e dirigiram-se para as fazendas de café. Cabe aqui discutirmos um pouco sobre esta fonte.

O debate no âmbito da justiça constitui-se em território privilegiado para a explicação dos modos de vida e de pensar os conflitos cotidianos no passado. Os processos criminais permitem recuperar aspectos do cotidiano dos acusados, das vítimas e das testemunhas; conhecer o espaço onde viveram e atuaram; perceber os conflitos que ocorreram entre os agentes pela sobrevivência, e as saídas que empreenderam em busca de melhores condições de vida, revelando as estratégias que buscaram para justificar suas atitudes e expressar sua visão de mundo.

No entanto, ao pesquisar e trabalhar com processos criminais como fonte, o cientista social deve “considerar a situação social que gerou os autos – uma série de interações de acusados, vítimas e testemunhas com autoridades, incluindo, muitas vezes, a orientação de advogados durante os julgamentos (mas não nos inquéritos)” (MONSMA, 2005a, p. 163). Neste tipo de fonte, os acusados, as vítimas e as testemunhas podem ser previamente orientados e/ou preparados para dizer somente o que interessa numa determinada ocasião, mas isso ocorre quando sofrem a influência do advogado de defesa, o que não acontece durante o inquérito, que na maioria das vezes começa no dia seguinte.

Fausto (2001) enfatiza que “o processo se corporifica por meio de uma série de procedimentos, dentre os quais se destaca um conjunto de falas de personagens diversos”(p. 32). A emissão das falas e a forma de captá-la é dirigida pelo aparato judicial, como por

exemplo, a das testemunhas e dos acusados. As testemunhas somente falam aquilo que lhe é perguntado e, quando suas narrativas não são pertinentes para os esclarecimentos dos fatos, suas palavras são cortadas, a critério das autoridades. No caso do acusado (ou acusados) sua fala é apagada ao longo do processo, suas declarações são mais ou menos extensas no inquérito policial, e reduzidas no interrogatório do juiz na fase judicial e perante o Tribunal do Júri, e é menos livre do que a fala da testemunha (p. 33-35). Via de regra, as narrativas dos depoentes são entrecortadas por intervenção do juiz ou dos advogados, e “as declarações se convertem em misto de depoimento e notícia, ao passar na transcrição da primeira pessoa para a terceira” (p. 35). Neste caso, muitas informações são diluídas nessa transição da linguagem oral para a escrita.<sup>20</sup>

Mas, segundo Burke (1992, p. 25), “por isso é necessário ler os documentos nas entrelinhas. Não há nada de errado em ler nas entrelinhas” (...). Chalhoub (2001) alerta para o fato de que ler processos criminais não significa “partir em busca ‘do que realmente se passou’ porque esta seria uma expectativa inocente – da mesma forma como é pura inocência objetivar a utilização dos processos criminais porque eles ‘mentem’” (p. 41). O importante, afirma o autor, “é estar atento às ‘coisas’ que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência” (p. 41). Ginzburg (1987, p. 15) também faz uma observação pertinente quando ressalta que “no passado, podia-se acusar os historiadores de querer conhecer as ‘gestas dos reis’. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado”.

---

<sup>20</sup> Entretanto, como afirma Monsma (2005a, p. 163), “os processos criminais permitem maior aproximação da interação cotidiana (...) mesmo quando transcrita [a declaração] na terceira pessoa”.

## A metodologia

Tomando, então, como ponto de partida o arquivo e usando como fonte processos criminais, a dissertação focaliza as fazendas de café localizadas na comarca de Araraquara<sup>21</sup>, que no período estudado, 1890-1914, concentrou um grande contingente de trabalhadores agrícolas italianos, e por conseguinte um razoável número de crimes. Ao delimitar a pesquisa ao período de 1890-1914, não fiz ao acaso. Em relação ao ano de 1890, o motivo foi a inexistência de processos criminais, anteriores a este ano no Arquivo Público Histórico “Rodolpho Telerolli”. Finalizo o estudo em 1914, ano em que eclode a Primeira Guerra Mundial, e que impõe um fim provisório à emigração.

Inicialmente, fiz um levantamento dos processos criminais referentes ao período de 1890-1914.<sup>22</sup> Constatei que neste período há no arquivo um total de 109 caixas de processos criminais contendo em média de 10 a 12 por caixa (incluindo apelações, habeas-corpus e alguns inquéritos policiais).<sup>23</sup> O número de páginas da maioria dos processos varia de 70 a 100 (alguns também chegam a ter mais de 100 e outros menos de 70 páginas) inteiramente manuscritas<sup>24</sup>. Trata-se de uma coleção de documentos sobre um determinado assunto. Neste levantamento abri todas as caixas, examinei todos os processos e fui anotando aqueles que envolviam imigrantes italianos como réus e/ou como vítimas. A partir daí, fiz um levantamento dos processos que ocorreram no espaço rural da comarca de Araraquara. Foram

---

<sup>21</sup> No Álbum de Araraquara 1915, França (1915) constata que, “a Comarca de Araraquara compreende, o município de Araraquara, com os ditricos de Paz, de Araraquara, Rincão, Santa Lúcia e Nova Paulicéia e os districtos policiais de Araraquara, Rincão, Santa Lúcia, Américo Brasiliense, e Gavião Peixoto e mais o município de Mattão com os districtos de Paz de Mattão, Dobrada e São Lourenço do Turvo” (p. LII).

<sup>22</sup> Cabe observar que o levantamento dos processos foi feito no ano de 2003 quando o arquivo ainda estava localizado no endereço da Av. XV de novembro, 440 – Centro. Hoje está localizado um quarteirão acima. É importante fazer esta observação porque no atual endereço já não se encontra depositada a caixa do processo criminal do ano de 1876 (mencionada anteriormente). Uma possibilidade é ter sido guardada no meio de outros documentos.

<sup>23</sup> França (1915) constata que, “desde Maio de 1902, a Maio de 1914, foram instaurados na Delegacia de Polícia desta cidade [Araraquara] 720 inquéritos policiaes, ou sejam 60 por anno. Em 902 foram instaurados 39, em 903, 29, em 904, 36, em 905, 59, em 906, 58, em 907, 27, em 908, 46, em 909, 44, em 910, 67, em 911, 71, em 912, 87, em 913, 116, e até Maio de 1914, 41” (p. 60).

<sup>24</sup> Com exceção do processo criminal, P. 1911-2, sem número, que contém algumas páginas datilografadas. São elas: 2, 33, 33v, 37, 49, 50, 50v, 82.

encontrados 155 processos que abrangem as mais diversificadas modalidades de crimes como por exemplo, defloramentos, furtos etc. Por fim, selecionei aqueles que enfocam conflitos entre autoridades das fazendas e seus subordinados, representados pelos imigrantes italianos nas ocupações de administradores, feitores, fiscais e colonos, nas modalidades de lesão corporal e homicídio, somando um total de 30 processos, conforme anexo. A escolha dessas modalidades decorreu da necessidade de delimitar o campo de investigação e porque “estes [tipos de crimes] geralmente fornecem muito mais informações sobre as relações cotidianas entre pessoas” (MONSMA, 2005a, p. 168). Cabe aqui, apenas uma observação quanto à modalidade de homicídio. Esta modalidade, às vezes, dificulta a análise porque o réu e/ou a vítima morrem, e muitas vezes o assassino foge, conseqüentemente ambos não podem prestar o depoimento. Além do mais, os dados pessoais dos envolvidos ficam incompletos no corpo do processo.

Para extrair informações dos processos criminais e fazer as transcrições dos depoimentos e declarações dos réus, das vítimas e testemunhas, usei os procedimentos e técnicas de Monsma (2005a) aplicados em pesquisas recentes sobre imigrantes e violência no município de São Carlos-SP. Esses procedimentos e técnicas consistem em anotar em formulários, as características dos processos, dos réus, das vítimas e das testemunhas. Desse modo, consegui saber dos envolvidos, o nome completo, a idade, da onde era natural, a nacionalidade, o estado civil, a profissão, se eram ou não analfabetos, aonde residiam etc. Cumpre ressaltar que, às vezes, o escrivão não registrava a província/região de nascimento do envolvido. Por exemplo, quando se tratava do imigrante, anotava apenas o nome do país. Também não registrava corretamente o nome dos envolvidos. Neste caso, quando o envolvido não era analfabeto, eu recorria a sua assinatura no final do depoimento.

No entanto, a maior dificuldade encontrada foi na transcrição dos depoimentos. Sidney Chalhoub (2001) no prefácio à segunda edição do seu livro “Trabalho, lar &

botequim” enfatiza que, “prefaciari não é ofício leve – como raspar mandioca, exemplo de coisa tida por suave no Brasil oitocentista” (p. V). Parafrazeando Chalhoub, pode-se dizer que, “Transcrever depoimentos não é ofício leve – como raspar mandioca...”. Esta é a parte mais trabalhosa e que requer mais tempo devido ao grande número de páginas de alguns depoimentos e principalmente pela caligrafia e os erros de português dos escrivães. Vale ressaltar que, os delegados e promotores também mostravam os seus garranchos nos relatos. Às vezes, dava “sorte” em estar com um processo em que o escrivão tinha uma letra bonita, geralmente redondinha e desenhada. Além desses percalços, eu ainda tinha que suportar o cheiro impregnado nos processos que era uma mistura de mofo com veneno. Porém, no geral, os processos estão relativamente conservados.

Em suma, apesar das dificuldades encontradas na transcrição dos depoimentos, estes permitem, como afirma Monsma (2005a, p. 162), “estudar diferenças étnicas e sociais”, assim como “ajudam no estudo dos estereótipos raciais e étnicos”. Então, pela análise qualitativa das narrativas foi possível estudar a relação de tensão e conflito que se instituiu entre os envolvidos.

Para enriquecer o trabalho entrevistei um filho de colono italiano cujo pai chegou ao Brasil no ano de 1910.

A entrevista foi realizada na casa de LM<sup>25</sup>, na cidade de Américo Brasiliense-SP, com hora marcada. O recuso utilizado foi o uso do gravador. A entrevista durou aproximadamente duas horas e não foi utilizado questionário assim como cadernos de anotações e consulta a documentos pessoais. O clima de relacionamento foi agradável e possibilitou que LM falasse naturalmente coisas importantes como se estivesse numa conversa informal.

---

<sup>25</sup> Preferi chamar o entrevistado pelas iniciais do nome e sobrenome para proteger a sua privacidade.

Na realidade, não foi muito fácil encontrar um idoso com todas as características que eu precisava, ou seja, ser filho de italiano cujo pai tivesse vindo para o Brasil antes da Primeira Guerra Mundial e que tivesse sido colono nas fazendas de café. A indicação partiu de um fazendeiro da cidade de Santa Lúcia-SP. A princípio, ia entrevistar o irmão de LM. Um idoso com 94 anos de idade, morador em Santa Lúcia. Mas, conversando com a filha dele, ela informou que seu pai estava com a saúde muito abalada. Então, forneceu o telefone do seu tio, LM, em Américo Brasiliense.

Para entrar em contato com LM, usei de alguns conhecimentos que tenho na cidade de Américo Brasiliense, porque com a indicação de alguém conhecido facilita o acesso à pessoa visada. A partir daí entrei em contato com LM e, então, marquei e realizei a entrevista. LM nasceu na fazenda Monte Alto<sup>26</sup>, localizada em Cesário Bastos, município de Araraquara, no ano de 1925. Hoje está com oitenta anos. Têm sete irmãos e é o antipenúltimo deles. Morou até os dezoito anos em fazendas da região de Araraquara e depois se mudou para o Paraná, onde trabalhou em duas fazendas. Após alguns anos foi para Américo Brasiliense-SP onde reside até hoje.

### **Outras fontes**

Para elaboração desta dissertação foi consultada ampla bibliografia constante na Biblioteca Comunitária – UFSCar; na Biblioteca Athena – FCLAr- Campus Araraquara; e na Biblioteca do Circolo Ítalo-Brasileiro de Araraquara, que foram de suma importância para o embasamento do estudo. Conteí também com a Dissertação de Mestrado de Ana Maria

---

<sup>26</sup> O Álbum de Araraquara do ano de 1915 (FRANÇA, 1915, p. 231) registra que: “a 4 kilometros da Estação Cesário Bastos, a fazenda “Monte Alto”, possui 250.000 cafeeiros que produzem em média 20.000 arrobas. A área total é de 494 alqueires, sendo 140 em cafezaes, 50 em pastos e o restante em mattas, etc. Existem 13.000 cafeeiros em formação. A fazenda que conta com 49 cabeças de gado, 59 animaes de custeio e 3 cavallos, é banhada pelo córrego Ponte Alta que forma um bellissimo salto dentro da fazenda e por uma nascente. Possui esplendidos terreiros ladrilhados, machinismos, confortável residência, olaria e um sortido armazém onde se fornecem as 46 famílias de colonos ahi existentes”.

Martinez Corrêa que aponta aspectos singulares da história de Araraquara. Consultei a internet e encontrei um *site*, dentre muitos que pesquisei sobre imigração italiana<sup>27</sup>, cujo conteúdo foi de grande utilidade para o trabalho. Infelizmente não foi possível incluir notas ou artigos de jornais da época sobre conflitos ocorridos nas fazendas de café da comarca de Araraquara, como havia previsto, porque não encontrei. A este respeito fui pesquisar em três lugares. O primeiro, foi o Arquivo Público Histórico “Rodolpho Telarolli”. Neste arquivo, os jornais referentes ao período pesquisado estão muito incompletos, às vezes, contendo apenas uma ou duas páginas referentes a um determinado ano. O segundo, foi a Unidade Especial de Informação e Memória - UFSCar, mas os jornais estavam em processo de restauração e microfilmagem. O terceiro, foi a redação do jornal “O imparcial” em Araraquara, mas o acervo existente inicia a partir do ano de 1931.

---

<sup>27</sup> Disponível em: < <http://www.imigrantesitalianos.com.br/> >. Acessado em: 10 jun. 2005.



Residência  
Fazenda “Atalaia” – localizada em Santa Lúcia – SP  
Proprietária – D. Herminia Ferraz Borba  
Fonte: Álbum de Araraquara 1915 (FRANÇA, 1915, p. 169)



Colônia “Villa Antonieta”  
Fazenda “Atalaia” – localizada em Santa Lúcia – SP  
Proprietária – D. Herminia Ferraz Borba  
Fonte: Álbum de Araraquara 1915 (FRANÇA, 1915, p. 173)

## CAPÍTULO I – FAZENDAS DE CAFÉ E EMIGRAÇÃO

*A fazenda articulou, com extrema complexidade, trabalho individual e familiar, pagamentos de salários monetários e cessão de terras aos trabalhadores, trabalho gratuito e trabalho ocasional, monopólio da terra pelos fazendeiros e prosperidade dos instrumentos agrícolas pelos trabalhadores. (...). Não escapava dessa rede a produção e a reprodução da sobrevivência; os trabalhos de âmbito doméstico, a sagrada farmácia improvisada, a costura, a serraria, as oficinas. Separadas das fontes de recursos materiais e civilizatórios até a chegada, mais ou menos próxima, da ponta dos trilhos das ferrovias, as fazendas do sertão paulista precisavam funcionar de modo praticamente autárquico quase auto-suficiente. Para isso foi preciso elaborar concretamente um modo interior de organização de todas as atividades e funções - da empresa doméstica e da lavoura - que tornasse possível a transformação da simples propriedade territorial em fazenda.*

*Marina Maluf<sup>28</sup>*

O resultado da vinda dos imigrantes italianos para o Brasil pode ser sentido até hoje em redutos centenários como as antigas fazendas de café do município de Araraquara, interior de São Paulo, que contavam com as famílias de colonos para o serviço da lavoura. Além de contribuírem com novas técnicas de produção exerceram grande influência cultural que pode ser sentida em todo município.

Eric Hobsbawm (1998, p. 186) em uma célebre frase assinala que “não há povo sem história ou que possa ser compreendido sem ela”. Nesse sentido, para atingir o objetivo deste estudo, primeiramente é importante conhecer as condições que caracterizavam o universo rural do município de Araraquara em fins do século XIX e início do século XX examinando a implantação e expansão das lavouras cafeeiras que foram palco de grandes conflitos entre autoridades das fazendas e seus subordinados. Não seria possível compreender quais os valores orientavam uma conduta violenta no cotidiano dos imigrantes italianos sem antes conhecer sua história, e assim, este capítulo também investiga algumas peculiaridades como as diferentes regiões de onde saíram, as condições de trabalho no campo italiano e as diferenças regionais que os identificavam.

---

<sup>28</sup> Maluf (1995, p. 142).

## 1.1 As fazendas de café

As primeiras mudas de café chegaram ao Brasil pelo Estado do Pará, na década de 1720. Do Pará, a cultura cafeeira avançou para o Maranhão e Rio de Janeiro para então chegar ao Vale do Paraíba, em São Paulo. A partir do Vale do Paraíba, a cultura cafeeira estendeu-se a outras regiões da província de São Paulo – Oeste paulista<sup>29</sup> - como demonstra os quadros abaixo referentes a década de 1830.

**Quadro 1: Produção cafeeira em alguns municípios do Vale do Paraíba, 1836/37**

MUNICÍPIOS	CAFÉ (ARROBAS)
Areias	1.902.797
Bananal	64.822
Pindamonhagaba	62.628
Jacareí	54.000
Lorena	33.649
Taubaté	23.607
Paraibuna	23.322
Guaratinguetá	22.442
S. L. da Paratinga	16.200
Mogi das Cruzes	11.237
S. José dos Campos	9.015
Cunha	50
Total	423.769

Fonte: Müller (1978, p. 126-127)

<sup>29</sup> Em nota, Sallum Junior (1982, p. 9) assinala que, “a região denominada Oeste paulista é ‘Oeste’ em relação à capital paulistana e por oposição ao velho ‘Norte’, isto é, a parte paulista do Vale do Paraíba, por onde a lavoura cafeeira penetrou na então província de São Paulo”.

**Quadro 2: Produção cafeeira em alguns municípios do Oeste paulista, 1836/37**

MUNICÍPIOS	CAFÉ (ARROBAS)
Atibaia	520
Jundiaí	1.276
Campinas	8.081
Mogi Mirim	610
Franca	211
Itú	1.052
Capivari	310
Porto Feliz	990
Araraquara	-
São Roque	30
Sorocaba	30
Total	13.880

Fonte: Müller (1978, p. 126-127)

Podemos observar que a produção da região do Vale do Paraíba destacava-se em relação à do Oeste paulista. Nota-se, que Campinas já demonstrava uma produção significativa, mas não rivalizava com a dos municípios do Vale.

O auge da produção no Vale do Paraíba ocorreu na década de 1850, porém, na década de 1880, as possibilidades de expansão já estavam esgotadas, assumindo a primazia, o Oeste paulista. No Vale, devido ao terreno acidentado, o plantio de café era descontínuo, realizado nas encostas dos montes. Já no Oeste paulista, o plantio ocupava ininterruptamente vários quilômetros quadrados de solo excepcionalmente fértil. Embora o sistema de cultivo fosse o mesmo, a regularidade do relevo favorecia a melhor conservação do solo no Oeste paulista, assegurando por mais tempo a qualidade do café. A isso devemos acrescentar que o escoamento do produto era beneficiado por um custo menor graças às redes viárias disponíveis. (HOLLOWAY, 1984, p. 22-48).

Na região de Araraquara a expansão das lavouras de café é posterior a década de 1850. Segundo Costa (1966, p. 15), a região faz parte das zonas que implantaram o café tardiamente, iniciando a sua cultura após o surto cafeeiro do Vale do Paraíba. Esta constatação também é feita por Little (1960) quando enfatiza que

The plains of Araraquara were opened up to coffee comparatively late, and this made a great difference to social development there. In the year 1859 the principal agricultural activity in the zone was sugar cane production, with twelve mills in action. There were four coffee plantations, and those could not transport their produce to other areas. Cattle were, bred in a primitive fashion there being a great need for improvement. Twenty years late Araraquara's coffee production, was some two million kilos (...) (p. 21).<sup>30</sup>

Em Araraquara<sup>31</sup>, as lavouras cafeeiras foram estabelecidas nas antigas fazendas de cana-de-açúcar ou de criação, e aos poucos acabaram por prevalecer sobre qualquer outra forma de economia. As primeiras mudas de café foram plantadas em 1833 por José Joaquim de Sampaio na Sesmaria do Ouro formando um total de três mil pés (França, 1915, p. 64). No entanto, a lavoura comercial se processou de modo lento, sofrendo uma forte resistência devido às dificuldades advindas da ligação dessa área com as zonas de exportação, e somente poderia crescer comercialmente quando pudesse contar com as estradas em condições de funcionar, saindo do isolamento que se encontrava (CORRÊA, 1975, p. 140).

Enquanto a região desenvolvia uma economia de subsistência, o isolamento não constituía empecilho para as trocas entre Araraquara e outras regiões vizinhas. Mas com o desenvolvimento da economia cafeeira não bastava que as antigas fazendas produtoras de cana se transformassem em produtoras de café ou fossem abertas novas fazendas. Fazia-se necessário as facilidades de comunicação com os centros consumidores, o acesso aos mercados de consumo ou exportadores. Assim, em 1868 foi construída a Estrada de Ferro da Companhia Paulista de Jundiaí a Campinas. Em 1876, outro progresso foi alcançado com a extensão da ferrovia paulista até Rio Claro, porém, esta apenas começou a funcionar em 1882 (CORRÊA, 1975, p. 204-208). Segundo Matos (1990, p. 160), “autorizada a funcionar (...) em 12 de agosto de 1882, tratou a empresa de construir as linhas programadas, inaugurando-se o

---

<sup>30</sup> Tradução: As planícies de Araraquara abriram-se para o cultivo do café comparativamente tarde e isso fez uma grande diferença para o desenvolvimento social da área. No ano de 1859 a principal atividade agrícola nesta zona era a produção de cana-de-açúcar, com doze engenhos em atividade. Havia quatro plantações de café e essas não podiam transportar sua produção para outras áreas. Gados criados de maneira primitiva foram uma necessidade para a melhora nesse aspecto. Vinte anos depois, a produção de café Araraquarense já somava dois milhões de quilos.

<sup>31</sup> A discussão a seguir apoiou-se principalmente em Corrêa (1975).

trecho de Rio Claro a São Carlos, a 15 de outubro de 1884, de São Carlos a Araraquara a 18 de janeiro do ano seguinte (...)”. Desse modo, novas possibilidades foram proporcionadas à região.

Solucionados os problemas do isolamento da região, já em fins da década de sessenta, o café começou a aparecer como produto de valor comercial, como constatado por Corrêa (1975, p. 78-79) no inventário de uma fazendeira de Araraquara, que já possuía 11.000 pés de café avaliados em 3:000\$000 e, segundo a autora, representaram a maior quantidade de café e o maior valor na época. Em 1862 a Câmara Municipal informava “que a lavoura do café começava a se desenvolver. Nesse ano foram plantados duzentos mil pés, calculando-se que no prazo de cinco anos, o café seria uma das principais riquezas do município” (p. 78).

Mas, para investir nas fazendas de café precisava ser empregado capital. E o capital empregado foi de origem heterogênea, sendo o mais antigo de origem agrária, procedente dos descendentes de sesmeiros que haviam formado capitais na produção do açúcar em Porto Feliz ou Piracicaba, e passaram a aplica-los em Araraquara, num momento em que havia excedentes em outras regiões (CORRÊA, 1975, p. 159), como por exemplo, o Comendador José Pinto Ferraz

(...) nasceu na cidade de Porto Feliz, em abril de 1827 (...). Em maio de 1863 (...) mudou-se de Porto Feliz, para este Município; fixando residência na fazenda de criar, que até agora ainda conservava a denominação de ‘Monte Alegre’. Nesta fazenda iniciou ele a primeira plantação de café, em terras que tinham então, a denominação de ‘Mattãosinho’ (FRANÇA, 1915, p. 93-94).

Havia também os lavradores que não eram procedentes de sesmeiros, mas portadores de um capital ainda formador de base agrária, que procuravam terras novas, e em Araraquara se estabeleceram e compraram terras para formação de suas fazendas, que geralmente eram parte das antigas fazendas mistas<sup>32</sup>, ou de criação, ou mesmo, parte de terras inproveitadas (CORRÊA, 1975, p. 159). Os capitais formados na região, geralmente eram de

---

<sup>32</sup> Fazendas mistas são aquelas de criar gado juntamente com a lavoura.

base comercial ou, às vezes, procediam de dotes matrimoniais. Mas a forma mais freqüente era a formação por vias comerciais (p. 159).

O rendimento proporcionado com a lavoura comercial resultou na ampliação das fazendas de café, no aparecimento de reservas em dinheiro ou em títulos, e ainda proporcionou melhores condições de vida ao proprietário. Corrêa (1975, p. 182), analisando inventários de fazendeiros, demonstra que o dinheiro começou a aparecer na década de setenta, tendo seu maior crescimento nos anos oitenta devido aos resultados da lavoura comercial, e uma diminuição na década de noventa, provavelmente por ter sido um período altamente inflacionário.

A melhoria nas condições de vida dos fazendeiros lhes proporcionou o privilégio de ter duas moradias – a casa da fazenda e a da cidade. A primeira era a moradia fixa, enquanto, a segunda ficava fechada a maior parte do tempo, só sendo habitada por ocasião das festas (CORRÊA, 1975, p. 183). Todo o cuidado era dedicado à casa da fazenda e com isso o seu valor comercial se tornou cada vez mais alto, como demonstrado abaixo:

**Quadro 3: Valor das casas de fazenda**

DÉCADA	ABSOLUTO	RELATIVO
1870	8:091\$000	0,50 %
1880	44.983\$000	1,50 %
1890	68:760\$675	2,02 %

Fonte: Corrêa (1975, p. 184)

Observa-se que, da década de 1870 para a seguinte, 1880, há um extraordinário aumento do valor das casas de fazendas, verificando este aumento também na década de 1890 em relação à anterior, considerando-se também que parte desse aumento foi devido a inflação.

No entanto, a maior parte dos rendimentos com a lavoura do café foi revertida em favor da mesma, na compra de maquinários, terras, ampliação das fazendas ou formação de patrimônios em outros locais. Com a aquisição, por exemplo, da máquina de beneficiar

café, havia uma redução nas despesas porque o café era beneficiado na própria fazenda. Apesar de dispendiosa, valia a pena possuí-la (CORRÊA, 1975, p. 186).

A implantação da lavoura cafeeira e sua expansão também refletiram no valor das terras. Moradores de outras regiões onde o café já havia se consolidado migraram para Araraquara dedicando-se à lavoura cafeeira, ocasionando, assim, um aumento no valor das terras, como mostra o quadro abaixo:

**Quadro 4: Valor do alqueire de terra**

DÉCADA	MÉDIO	RELATIVO
1860	18\$600	100
1870	27\$000	145
1880	33\$000	177
1890	101\$000	543

Fonte: Corrêa (1975, p. 148)

Observa-se que na década de 1890 há um considerável aumento no ritmo de crescimento no valor da terra representado pelo desenvolvimento e progresso da lavoura cafeeira, enquanto, nas décadas anteriores o crescimento foi de forma moderada (para a década de 1890 temos que levar em consideração o aumento da inflação).

Antes de comprar a terra para o cultivo do café, o comprador questionava as vantagens que ela poderia oferecer e as regiões que deveriam ser evitadas em relação à qualidade do solo. No início, as terras utilizadas para o café eram chamadas de “terras de cultivo” e as de campo eram consideradas terras inferiores. A partir da década de oitenta outras distinções também foram sendo feitas à terra de acordo com a sua qualidade (CORRÊA, 1975, p. 149-150).

As terras de campos (ou inferiores) eram deixadas em descanso quando havia uma grande quantidade de terras para o cultivo do café. Porém, na década de oitenta, devido ao estabelecimento do café em áreas cultiváveis os terrenos nas matas foram sendo utilizados, passando, então, a expansão cafeeira a exigir a derrubada das árvores. Monteiro (2003) aponta

que os estudiosos da cafeicultura não se preocuparam em questionar o que era feito com as quantidades de árvores derrubadas para o plantio do café. A autora, referindo-se ao município de Araraquara, afirma que “o comércio madeireiro, assim como a pecuária e a cultura de alimentos foi importante e dinâmico. (...) os alqueires em matas significava também investimento no setor madeireiro” (p. 18-19). A madeira não só era usada para fins domésticos, como para fins comerciais, e não eram apenas os grandes fazendeiros que se beneficiavam com os lucros proporcionados pelo comércio da madeira, como também os pequenos proprietários, que vendiam lenha para as donas de casa e para as estradas de ferro.

Desse modo, a valorização da terra pode ser explicada pelo concurso de vários elementos.

Em Araraquara o desenvolvimento das fazendas de café ocorreu numa época pouco oportuna para a oferta de mão-de-obra. Havia muitas dificuldades para obtenção de escravos, dada a perspectiva da abolição.<sup>33</sup> Os chefes locais resistiam a qualquer tentativa em favor da abolição e retiam os escravos que ainda restavam, pois esta mão-de-obra estava em vias de desaparecimento (CORRÊA, 1975, p. 164-165). Corrêa (1975) descrevendo um caso de agitação que houve em Araraquara no ano de 1883 aponta o posicionamento dos chefes locais em relação à libertação dos escravos.

Antonio Henrique da Fonseca (...) apresentou-se em Araraquara como advogado sendo entretanto identificado como agitador abolicionista, acusado pelos fazendeiros de provocar a violência entre seus escravos. Sentindo-se feridos naquilo que era tido como direito, esquecendo-se totalmente do caráter humanitário que a campanha poderia ter, investiram contra o advogado que procurou a proteção da lei. Historiando esse acontecimento, Pio Lourenço Corrêa<sup>34</sup> procurou uma justificativa para a atitude dos fazendeiros: ‘...não devemos esquecer de que o escravo era no Brasil, uma propriedade igual a qualquer outra, de modo que aconselhar ou dar liberdade a escravos era intervir no uso e gozo da propriedade alheia’ (p. 166).

---

<sup>33</sup> Corrêa (1975, p. 163) enfatiza que, “a partir de 1876, houve um aumento nos preços de escravos provocado pelas dificuldades impostas à circulação interprovincial; devido à cessação do tráfico era difícil renovar o suprimento de escravos”.

<sup>34</sup> Fazendeiro do município de Araraquara, proprietário da fazenda “São Francisco”, localizada na Estação Itaquê (FRANÇA, 1915, p. 272).

No entanto, algumas autoridades como o juiz de direito Altino Rodrigues Pimenta, o promotor, o delegado suplente e o coronel Antonio Pereira de Aguiar, não estavam comprometidos em apoiar os fazendeiros. A prepotência dos fazendeiros era tanta, que chegaram até a falar para o juiz “que ele deveria sair da comarca porque despachava em favor de escravos e protegia o abolicionista Fonseca” (CORRÊA, 1975, p. 166). Isto foi dito porque o juiz baixou um parecer favorável à liberdade de dois escravos pertencentes ao fazendeiro Carlos Baptista de Magalhães (p. 166).

As tensões aumentavam a cada dia e os fazendeiros do município se reuniram e, ignorando as autoridades da vila, que de acordo com eles [os fazendeiros] estavam comprometidos com os abolicionistas, afirmaram, segundo Corrêa (1975) que,

‘por delegação da soberania popular’ estavam no direito de expulsar da vila o cidadão Antônio Henrique da Fonseca. Seu ‘crime’ havia sido de tomar a defesa de escravos em petição de alforria, estando pois dentro da lei. Mas estava fora da lei que se forjava naquele momento pelos potentados da terra que em defesa de seus interesses passaram a ignorar as autoridades legais e instituíram um novo domínio (p. 167).

Corrêa (1975, p. 168) diz que o juiz de direito, apesar de não concordar com a decisão dos fazendeiros porque Fonseca não havia transgredido nenhuma lei, aconselhou-o a deixar a vila ‘ocultamente’ antes que fosse escurassado. Assim,

Na manhã do dia 29, narra o juiz: ‘na madrugada de hoje, às cinco horas mais ou menos já havia em frente à casa do Dr. Carvalho, no largo da Matriz, grande número de indivíduos a cavalo e pouco a pouco foi o grupo aumentando em número superior a 120, além de muitos outros que se achavam formando um todo de cerca de 250 a 280 pessoas e todos armados ficando como chefe, porque iam na frente [o juiz cita o nome de vários fazendeiros] (...) pronunciando o major Joaquim Pinto de uma das janelas da casa do Dr. Carvalho uma alucução incitando os ânimos contra a vida de Fonseca!!!’ (p. 168).

Fonseca já havia deixado a vila. Em seguida, o juiz de direito também a deixou, pois não havia ambiente favorável para sua permanência.

O caso mencionado por Corrêa (1975) é ilustrativo não só da prepotência dos senhores do café, como das tensões nas relações entre proprietários e escravos à véspera da

abolição. Até quando estes senhores poderiam contar com a mão-de-obra escrava? Qual a perspectiva de futuro para as lavouras de café de Araraquara em pleno desenvolvimento? Com quem poderiam contar para substituir a mão-de-obra escrava? Um substituto deveria ser encontrado.

## 1.2 Emigrar: esperança de uma vida melhor

*Que coisa entendeis por uma nação, senhor ministro? É a massa dos infelizes? Ah, então sim, nós somos verdadeiramente uma nação...Plantamos e ceifamos o trigo, mas nunca provamos pão branco. Cultivamos a videira, mas não bebemos vinho. Criamos os animais, mais não comemos carne. Estamos vestidos de farrapos...E apesar disto, vós nos aconselhais, senhor ministro, a não abandonar a nossa pátria. Mas é uma pátria a terra em que não se consegue viver do próprio trabalho?*  
Emile de Laveleye<sup>35</sup>

Vimos, até o momento, como ocorreu o desenvolvimento da lavoura cafeeira no município de Araraquara. No entanto, sua prosperidade se processou num momento de grandes mudanças econômicas, políticas e sociais. Havia a necessidade de um novo grupo para suprir a mão-de-obra nas fazendas e essa alternativa foi encontrada nos imigrantes europeus. Entre os imigrantes que no município chegaram, os que mais se destacaram foram os italianos: Quem eram esses homens? Qual a sua ocupação? Quais eram as suas condições de vida? Por que havia tantas diferenças entre eles?

---

<sup>35</sup> Apud Ianni (1972, p. 82-83).



Mapa da Itália

Fonte: Disponível em < <http://www.pictures-europe.com/map/map-italy.htm> > Acessado em: 10 fev 2006.

Na Itália, as últimas décadas do século XIX são marcadas por uma acentuada pobreza no campo, atingindo grandes contingentes de camponeses. Para isso, colaborou tanto a mecanização crescente da agricultura, que diminuía as tarefas dos agricultores, como o processo de concentração da terra, que penalizava pouco a pouco os camponeses, assim como o crescimento da população. Simultaneamente uma série de impostos e taxas de todos os tipos começava a incidir sobre os agricultores, vindo das novas instâncias administrativas do país, recentemente unificado.<sup>36</sup> Esses impostos, cada vez mais variados e pesados, implicaram dívidas assim como confiscos de propriedades. Trento (1989, p. 30) enfatiza que aldeias inteiras eram abandonadas pelos camponeses e estes se dirigiam aos portos de emigração, inclusive a pé em pleno inverno. Fazendo menção a um observador da época o autor destaca: “Vão para a América como iriam à aldeia vizinha na festa do padroeiro, e vão em procissão, às vezes até ao som de sinos, quando não levam consigo estes, como aconteceu numa aldeia da região de Treviso” (p. 31).

Além disso, as camadas pobres rurais sofreram os efeitos locais das guerras e rebeliões que atravessaram o país durante a segunda metade do século, durante o processo de unificação. Assim, é verdade que a propaganda imigratória foi intensa e eficiente, mas o contexto local estimulava por si só a busca da América, em muitos casos assimilada ao Brasil.

---

<sup>36</sup> Começou no Oitocento o “Risorgimento” italiano, movimento que visava a criação de uma Itália unida e livre da dominação estrangeira. O processo de unificação se efetuou num período de cinquenta anos, conduzido, por um lado, pelas forças políticas e militares do Rei da Sardenha e, por outro, pelas Sociedades Secretas, como a “Carboneira” e a “Giovane Itália”, que difundiam a idéia de liberdade e promoviam insurreições visando a realização da unificação. Os protagonistas da política italiana nesse período foram Giuseppe Mazzini e Giuseppe Garibaldi (animados por ideais republicanos) e os Savoia (Reis da Sardenha antes, da Itália depois), que tiveram no ministro Camillo Benso de Cavour, um dos maiores artífices da unificação da Itália. Após rebeliões e guerras, Vittorio Emanuele II de Savoia conseguiu reunir os vários pequenos estados italianos, fundando em 1861 o Reino da Itália, do qual, em 1870, foi proclamada capital Roma. (GOOCH, 1991, p. 13-63). Os problemas na Itália após a unificação eram enormes, “uma economia atrasada, e sua capacidade de criar riqueza era, pois, extremamente tímida. A grande massa da população vivia em condições da mais abjeta pobreza e ignorância (...)” (p. 56-57). Bertonha (2005, p. 57) afirma, que 80% da população italiana no ano de 1860 era analfabeta e em 1871 o índice ainda era muito alto, 74%.

Nesta perspectiva, foi pensando no trabalho que centenas de milhares de italianos, após a unificação, e até mesmo antes<sup>37</sup>, emigraram das suas regiões e dirigiram-se para o Brasil<sup>38</sup>. Os principais fatores que contribuíram para esta emigração foram de ordem econômica e demográfica, mas acima de tudo, como assinala Trento (1989, p. 30), foi pela “miséria! Esta a verdadeira e exclusiva causa da emigração transoceânica entre 1880 e a Primeira Guerra Mundial”.

Os primeiros anos do século XIX marcaram o início da chegada dos imigrantes de origem italiana no Brasil. Esse fenômeno intensificou-se a partir do início da década de 1870 principalmente para o Sul do Brasil. Antes desse período, a vinda de imigrantes era esporádica e, sobretudo, não organizada. Isto pode ser verificado no quadro abaixo que demonstra o número de imigrantes italianos que entraram no Brasil entre 1836 a 1914

**Quadro 6: Imigrantes italianos entrados no Brasil, 1836-1914**

ANO	Nº IMIGRANTES	ANO	Nº IMIGRANTES	ANO	Nº IMIGRANTES
1836	180	1879	10.245	197	104.510
1847	5	1880	12.936	1898	49.086
1852	2	1881	2.705	1899	30.846
1853	22	1882	12.428	1900	19.671
1862	431	1883	15.724	1901	59.869
1864	2.092	1884	10.102	1902	32.111
1865	500	1885	21.765	1903	12.970
1868	841	1886	20.430	1904	12.857
1869	1.052	1887	40.157	1905	17.360
1870	7	1888	104.353	1906	20.777
1871	1.626	1889	36.124	1907	18.238
1872	1.808	1890	31.275	1908	13.873
1873	-	1891	132.326	1909	13.668
1874	5 <sup>39</sup>	1892	55.049	1910	14.163
1875	1.171	1893	58.552	1911	22.914
1876	6.820	1894	34.872	1912	31.785
1877	13.582	1895	97.344	1913	30.886
1878	11.836	1896	96.505	1914	15.542

Fonte: Arthur Hell Neiva e J. Fernando Carneiro, Apud Cenni (1975, p. 170).<sup>40</sup>

<sup>37</sup> De acordo com Trento (1989, p. 15), “podemos falar de presença italiana no Brasil desde a época do seu descobrimento”.

<sup>38</sup> Ao processo de emigração Ianni (1972) denominou de grande ‘evasão’. Para o autor “a emigração foi uma grande ‘evasão’ também para as classes dirigentes do país, isto é, uma fuga aos deveres da simples solidariedade nacional, se não quisermos descer aos mais específicos da solidariedade humana e social” (p. 83).

<sup>39</sup> Segundo afirma Trento (1989), os cinco imigrantes registrados neste ano foram para o Estado de São Paulo.

Pode-se verificar a variação da quantidade de imigrantes italianos entrados no Brasil. Os altos e baixos dessa corrente imigratória devem-se a fatores ligados a “providências legislativas do Brasil e da Itália, e a relacionada aos ciclos econômicos” (TRENTO, 1989, p. 35-36)<sup>41</sup>. Destaca-se, entretanto, a década de 1890 como os anos de maior afluxo de imigrantes, e 1914, compreendendo um considerável decréscimo devido ao início da Primeira Guerra Mundial.

Porém, a emigração italiana ocorreu de forma diversificada conforme apresentado no quadro de procedência regional referente ao período de 1876-1920.

**Quadro 7: Emigração italiana para o Brasil por regiões, 1876-1920**

REGIÃO	EMIGRANTES
Vêneto	365.710
Campânia	166.080
Calábria	113.155
Lombardia	105.973
Abruzzi/Molise	93.020
Toscana	81.056
Emilia Romagna	59.877
Basilicata	52.888
Sicília	44.390
Piemonte	40.336
Puglia	34.833
Marche	25.074
Lazio	15.982
Umbria	11.818
Liguria	9.328
Sardenha	6.113
TOTAL	1.243.633

Fonte: Commissariato Generale dell’Emigrazione, Annuario Statistico dell’Emigrazione Italiana dal 1876 al 1925, Apud Alvim (1986, p. 62)

Pode-se observar que dentre os imigrantes que aqui chegaram destacam-se os oriundos do Sul e do Norte, tendo o Vêneto o maior número de emigrados, enquanto que, do Centro do país a presença mais significativa foi da Toscana. Trento (1989, p. 38) e Alvim

<sup>40</sup> Observa-se que o quadro nos estudos de Cenni (1975) se estende até o ano de 1947. Fiz o corte até 1914 devido ao período estudado.

<sup>41</sup> Vasta literatura tem discutido os fatores que levaram a corrente imigratória a tantas oscilações. Neste estudo, não cabe discuti-los.

(1986, p. 62) apontam que durante muito tempo estudiosos consideravam que o maior contingente de imigrantes era composto por meridionais, mas ficou comprovado que o maior grupo era de vênets. No entanto, existe uma variação entre as quatro primeiras regiões: Vêneto, Lombardia, Campânia e Calábria, como demonstra Alvim (1986)

Até 1901  
 Vêneto – 326.793; Lombardia – 86.585; Campânia – 108.301; Calábria – 67.944  
 Após 1902  
 Vêneto – 38.917; Lombardia – 19.388; Campânia – 57.779; Calábria – 63.211 (p. 63).

Verifica-se que até 1901 os vênets mantêm a primazia entre os emigrados para o Brasil, mas após 1902 a liderança passa à Calábria, seguida pela Campânia.<sup>42</sup>

Essa massa de imigrantes era formada inicialmente por pequenos proprietários, pequenos arrendatários ou meeiros, e posteriormente pelos *braccianti* (trabalhadores braçais)<sup>43</sup> que não tinham como sustentar suas famílias. Em geral, eram precedentes das zonas rurais da península e conheciam condições de vida e de trabalho muito duras.

No século XIX a Itália tinha uma economia predominantemente calcada na agricultura. Em 1871, por exemplo, sessenta por cento da população ativa trabalhava com a terra. Por apresentar aproximadamente dois terços da área da sua superfície constituída por montanhas ou colinas, não era qualquer cultura que poderia ser cultivada. Os pobres desenvolviam a cultura de cereais por longas áreas, nas mais impróprias condições. Sofriam com a malária, e a pobreza da alimentação favorecia a pelagra conhecida como “il male della miséria”<sup>44</sup>, causada pela carência em vitaminas, assim como outros tipos de doenças. Além disso, as diferenças regionais eram grandes, não havia abundância do solo ou adequação de diferentes colheitas (CLARK, 1996, p. 12-13).

<sup>42</sup> Alvim (1986, p. 63) enfatiza que essa variação no movimento emigratório deve-se mais as condições expulsoras da Itália, do que à preferência por parte dos fazendeiros paulistas.

<sup>43</sup> Ver Alvim (1986, p. 29-41).

<sup>44</sup> Conforme Carboni (2000, p. 61).

No Norte, nas áreas dos alpes e colinas, os pequenos proprietários de terras eram predominantes. Os camponeses geralmente possuíam pequenos pedaços de terra pouco férteis, que freqüentemente mantinham espalhadas em faixas. Supriam suas necessidades com a “indústria doméstica” (de tecidos ou de palha), e como a situação era precária eram obrigados a emigrar, cada ano, durante alguns meses, para as cidades mais próximas ou além das fronteiras. As áreas de colinas e montanhas eram dedicadas à agricultura de subsistência e raramente garantiam um equilíbrio (CLARK, 1996, p. 13; CARBONI, 2000, p. 60).

Nos solos férteis do Norte da Itália, ou seja, nas planícies, o quadro era diferente. Ali “consolidara-se uma agricultura intensiva capitalista, onde os proprietários arrendavam as terras a empreiteiros” (CARBONI, 2000, p. 60). Nas áreas do cultivo do arroz, por exemplo, os empregados (*braccianti*)<sup>45</sup> recebiam cem hectares de terra, e por sua vez, empregavam trabalhadores agrícolas diaristas<sup>46</sup>. Esses trabalhadores agrícolas eram sazonais, não possuíam terras e nem trabalho. O capital investido era alto e a área era caracterizada por empresas capitalistas, um mercado organizado para o estrangeiro com forte contraste em relação aos seus vizinhos das áreas montanhosas (CLARK, 1996, p. 13-14; CARBONI, 2000, p. 60).

Na região Central da Itália, o sistema que predominava era de origem clássica: o sistema de meeiros. Neste sistema o camponês era tão dependente do proprietário quanto o assalariado, assumindo ainda todos os riscos da produção agrícola e vendendo a sua produção “na folha”. A aristocracia proprietária de terras da Toscana, por exemplo, via o sistema de meeiros como o ideal, garantindo a estabilidade social. Porém, nem todos eram meeiros. Desde o ano de 1881, o censo havia encontrado 110.000 trabalhadores diaristas sem-terras na

---

<sup>45</sup> Segundo Alvim (1986), existia duas categorias de *braccianti*: “a dos contratados anualmente e a dos diaristas. Verifica-se que as condições eram melhores para os primeiros; seus contratos, na mesma fazenda, eram anuais, e eles dedicavam-se ao trabalho no campo ou no trato dos animais” (p. 37).

<sup>46</sup> “Sem contratos, não tinham nenhuma segurança e ficavam inteiramente submetidos às condições do mercado, vendendo por dia sua força de trabalho. Como tinham serviços apenas nos períodos de grande demanda de mão-de-obra, na maior parte do ano ficavam sem rendimentos” (ALVIM, 1986, p. 37).

Toscana, muitos contando com a sorte para encontrar 180 dias de trabalho por ano (CLARK, 1996, p. 14).

Foi nesta região da Itália que nasceu o pai e os avós do meu entrevistado LM.<sup>47</sup>

Ele conta:

O meu pai era de uma cidade chamada Camero. Depois, com a destruição da guerra, reconstruíram só uma parte da cidade e ela ficou chamada Camerina, e subindo as montanhas, aí era Marche. É alta Itália. O meu pai morava entre a baixa e a alta Itália.

Na Itália [refere-se ao local de nascimento do pai e avós] tinha família com quarenta pessoas dentro de uma casa. Ia casando, ia ficando, ia casando, ia ficando. Porque na Itália não é que nem aqui. Lá a vida inteira você tá numa casa. Cem anos você fica naquela casa. Vai casando, vai ficando junto. Num tem outra casa, por isso que eles [o avô, a avó e o pai de LM] vieram embora pra cá. Os italianos aceita isso aí. Hoje já não aceita mais. Antigamente se quisesse casar pode casar, mas vem morar aqui [na mesma casa].

Mais adiante, no Sul da Itália, o quadro era desolador. Esta região aparecia como mais atrasada ainda. A população estava sufocada pelos antigos vínculos feudais, privadas de estímulos e liberdade. Cabe observar que foi dessa região, principalmente da Calábria (Reggio Calábria, Cosenza, Catanzaro), que veio a maioria dos réus, vítimas e testemunhas que fazem parte dos processos criminais.

O Sul era caracterizado por pequenas e médias propriedades nas regiões de montanhas e colinas, e pelas médias e grandes propriedades nas planícies. A agricultura era pobre, as técnicas eram rudimentares e não havia inovação ou mecanização. O calor do verão e a aridez do solo impediam muitas colheitas, e a malária impedia o cultivo de zonas inteiras da Costa Adriática ou na baixada dos rios. Os camponeses, em troca do uso da terra, entregavam suas produções e, de acordo com o tipo de contrato, até uma parte em dinheiro. Os grandes arrendatários oportunamente desempenhavam o papel de agiotas explorando o camponês que não conseguia saldar suas dívidas devido à baixa produção (ALVIM, 1986, p.

---

<sup>47</sup> Segundo LM, sua mãe “era calabresa da divisa da Grécia [sic]”.

55-56; CLARK, 1996, p. 14). Nas relações de trabalho, aponta Alvim (1986, p. 56), “a exploração dos camponeses era indigna e os contratos agrários injustos e aviltantes”.

Havia uma grande quantidade de pequenos camponeses possuidores de pedaços de terra que ficavam distribuídos perto das cidades. Na Sardenha, por exemplo, as pequenas propriedades e subdivisões eram predominantes (CLARK, 1996, p. 14).

Os grandes proprietários de terras eram ausentes ou porque viviam distante de suas terras ou porque não possuíam dinheiro suficiente para visitá-las, e com isso eram os prepostos ou arrendatários que as cultivavam (MONSMA, TRUZZI e CONCEIÇÃO, 2003, p. 75). Na Calábria, enfatizam Monsma, Truzzi e Conceição (2003, p. 75), “esse papel cabia ao *industriante* (...) Esse tipo de especulador, intermediário por excelência, tratava de sublocar as terras a outros arrendatários que por sua vez assalariavam camponeses mais miseráveis”.

De maneira geral, na Calábria apenas “um sexto da população empregada na agricultura cultivava sua própria terra” (MONSMA, TRUZZI e CONCEIÇÃO, 2003, p. 75).

As grandes deficiências da agricultura no Sul também foram promovidas pelas grandes desvantagens naturais do solo e do clima. Durante o século XIX as florestas foram reduzidas para a construção de estradas de ferro, proveito industrial ou simplesmente para fornecer mais terras para o cultivo. Os resultados foram desastrosos: erosão do solo nas colinas, depósito aluvial sobre as antigas terras férteis dos vales, deslizamentos de terras e pouca chuva (CLARK, 1996, p. 15).

Quanto às moradias, por exemplo, na Calábria a casa dos *contadini* (camponeses)

Eram pequenas e rústicas – casas-dormitório – localizadas em aldeias sobre colinas, feitas de barro, pedra, tijolos ou lava, sem água corrente ou esgoto, iluminadas às vezes com lamparinas a óleo, com pouca privacidade, freqüentada por animais domésticos. A sala é a rua, local onde se conversa: ali as crianças brincam, as mulheres trabalham e os homens jogam (MONSMA, TRUZZI e CONCEIÇÃO, 2003, p. 76).

Ainda me referindo à Calábria, as relações familiares eram patriarcais; havia um elevado índice de analfabetismo e pouco investimento do poder público. Para a população não havia a esperança de uma vida melhor, e se apegavam às “tradições e credulidades religiosas” (MONSMA, TRUZZI e CONCEIÇÃO, 2003, p. 76). Também quase não havia associações solidárias e nesse sentido, Monsma, Truzzi e Conceição (2003) citando uma crítica de Edward C. Banfield acentuam:

‘egoísmo em todas as relações familiares’ (...) Extrema pobreza e atraso são explicados em boa parte pela incapacidade dos habitantes de agir coletivamente para o bem comum, ou para qualquer fim que transcendia o interesse imediato, material da família nuclear (p. 76).

Além de tais circunstâncias, havia os dialetos e as diferenças regionais. LM referindo-se aos dialetos diz:

Na Itália tem muito dialeto. Lá, cada município é um Estado. Então, o calabrés já fala diferente do napolitano. O napolitano fala diferente. É pouca diferença, mas fala. A minha mãe aprendeu a falar português rápido<sup>48</sup>. O meu pai morreu com oitenta e quatro anos e ele não sabia falar português.<sup>49</sup> Eu entendia o que ele falava. Mas se fosse pra mim falar a língua dele, eu não era capaz. Mas eu entendia o que ele falava. Porque mais ou menos vinte anos ele [o pai de LM] já assinou o jornal da Itália – o *Fanfulla*<sup>50</sup> – ele queria ver as notícias de lá e não daqui. Morreu falando na terra dele.

No novo reino da Itália unificada apenas os membros da elite falavam a língua italiana, e “mesmo muitos desses [da elite] só a usavam em certas ocasiões e não no dia-a-dia” (BERTONHA, 2005, p. 56). O restante da população falava o dialeto, “e tão incompreensíveis entre si que alguns professores piemonteses, enviados a escolas da Sicília em fins do século XIX, foram tomados por ingleses pela população local” (p. 56). Para “criar italianos”, assinala Bertonha (2005, p. 57), “o Estado se aproveitou de alguns elementos protonacionais de identificação que já existiam antes, em especial nas elites”, entre eles a língua, para fazer dos italianos uma nação. Assim, a língua italiana foi difundida pela escola e pelo exército,

<sup>48</sup> Ela veio para o Brasil com doze anos de idade.

<sup>49</sup> Não sei com quantos anos o pai de LM veio para o Brasil.

<sup>50</sup> Jornal brasileiro, mas escrito em língua italiana.

transmitindo uma consciência de nacionalidade aos pobres da nação. Claro, enfatiza Bertonha (2005),

que a difusão da escola primária e do serviço militar obrigatório não ocorreram instrumentalmente, apenas para criar o sentimento nacional de que os novos Estados-nação<sup>51</sup> tinham necessidade. Não obstante, eles foram chave nesse processo, em especial no período anterior a 1914 (p. 57).

De fato, as escolas e o exército tinham uma importância crucial, pois por meio desses dois veículos de comunicação é que a “língua nacional” poderia ser falada e escrita pela população, mesmo que os dialetos permanecessem e fossem usados no âmbito familiar (BERTONHA, 2005, p. 57).

Quanto às diferenças regionais, o Conde Carlo Sforza, em seus estudos sobre a Itália contemporânea, considera que elas datam de antigas civilizações, que tinham as *civitas* (cidades) como base de toda a organização política e social. A história das cidades é tão longa e tenaz que alcança não apenas Roma, mas a Itália pré-romana, como assinala o autor, e destaca que, “os pequenos ciúmes existentes até hoje entre Parma e Piacenza, entre Lunigiana e sua vizinha do sul, a Versilia Toscana, entre Lucca e Pisa, vêm provavelmente de tradições anteriores a Roma, como as notáveis diferenças entre seus dialetos” (SFORZA, 1945, p. 139). Para Sforza (1945) a força vital das cidades foi raramente destruída e enfatiza que

Todo italiano é profundamente italiano por sua herança comum de língua e pensamento: mas no íntimo de seu coração é mais veneziano, lombardo ou napolitano, sem no entanto deixar de pertencer ao lar comum. É por essa razão que o italiano senti certo embaraço ao encontrar um compatriota cujo acento não revela o solo pátrio (...) (p. 140).

Essas distinções entre as regiões puderam ser visivelmente percebidas nos casos analisados, mas notei uma acentuada diferenciação entre italianos oriundos do Norte da Itália e os oriundos do Sul que talvez tenha favorecido ainda mais o controle dos fazendeiros quanto a essas etnias, mesmo que os oriundos do Sul não se submetessem com tanta

---

<sup>51</sup> Aqui o autor também se refere a Alemanha e a França.

facilidade à sua prepotência [dos fazendeiros] as chances de solidariedade com seus patrícios eram quase nulas. Desse modo, para entendermos o porquê dessas diferenças e como elas se repercutiram na interação entre os patrícios nas fazendas de café é preciso retroceder um pouco na história dessas duas regiões.

Para Bertanha (2005, p. 68), não é fácil definir com clareza quando começou a surgir as diferenças entre o Norte e o Sul. Possivelmente essas diferenças tivessem dado sinal no período pré-romano, com os gregos instalados no Sul, e os germanos, no Norte. Já, a diferenciação atual, principalmente em termos culturais, é possível que tenha se originado na Idade Média, no momento em que o Norte ficou mais próximo da Europa e o Sul, do mundo mediterrâneo. No decorrer do tempo e com a unificação da Itália essas distinções foram se acentuando, visto que Norte e Sul tinham padrões de desenvolvimento econômicos diferentes e as culturas não eram totalmente incompatíveis, mas também não eram exatamente iguais. Na Itália Meridional estavam localizadas as grandes propriedades, porém, a população era pobre, mais pobre que a do Norte, e seus hábitos causaram espanto e até medo às elites do Norte, que consideravam o Sul uma região desconhecida, até mesmo assustadora, povoada por “bárbaros”, “africanos” etc. Outro problema era a Máfia, considerada uma das “doenças” do Sul. O autor assinala que, “(...) não espanta como, em particular no período pré-1914, os governos italianos, dominados pela elite do Norte, oscilassem entre ignorar os italianos do Sul, vistos como um ‘caso perdido’ para a civilização, e ‘civiliza-los’ à força, via intensa repressão” (p. 68). Somando-se a isso, também havia o problema da economia: o Norte sempre foi mais rico que o Sul. Neste contexto, “como reflexo dessa situação de longo prazo, o preconceito dos italianos do Norte contra os do Sul tem sido permanente e contínuo” (BERTONHA, 2005, p. 69). Como consequência, muitas vezes, esses preconceitos foram levados para fora da Itália pelos emigrantes.

Nos estudos que Pereira (1974) realizou em um núcleo de imigrantes italianos em Pedrinhas, situado na Alta Sorocabana-SP, encontrou distinções entre italianos do Norte e do Sul da Itália, que se traduziam em estereótipos dando margem a atitudes preconceituosas do Norte em relação ao Sul. Baseado em entrevistas com os italianos do núcleo estudado, o autor constatou que,

O mapa político-administrativo é substituído pelo mapa etnocêntrico, que exalta o norte e deprecia o sul, fazendo com que grupos e indivíduos, quando não situados nos pontos extremos da ‘bota’ italiana, atuem num plano *sui generis* de racionalizações. Os que se situam nas zonas fronteiriças da parte setentrional procuram alongar ‘o norte’, até englobar a sua região de procedência; os que são dos pontos mais setentrionais vão restringindo cada vez mais o ‘norte’, empurrando todo o resto da Itália para o ‘sul’. Os que estão nas fronteiras do sul-geográfico limitam o ‘sul’ aos pontos mais extremos da Península a fim de se libertarem do rótulo depreciador. Os que estão nesses pontos extremos, sem alternativas de ‘fuga’, sofrem todo o impacto da carga de estereótipos que dão conteúdo às atitudes preconceituosas do norte contra o sul (PEREIRA, 1974, p. 26).

Anti-social; ligado à *vendetta*; inferior; menos higiênico; menos progressista; mais atrasado; mais grosseiro; supersticioso etc; esses são alguns adjetivos preconceituosos que figuram na imagem do italiano do Norte em relação aos do Sul (PEREIRA, 1974, p. 102-105). Além do mais, os italianos do Sul são adjetivados de “*terrone, meridionale, árabo, marocchino, albanese*, numa alusão direta à ‘falta de pureza racial’ das populações sulinas, miscigenadas pelo contato com grupos invasores vindos do Oriente, em épocas anteriores” (p. 105). Por outro lado, os italianos do Norte se acham superiores; mais inteligentes; mais higiênicos; mais progressistas; mais civilizados; mais refinados; racialmente puro, ou mais puro; ou seja, se consideram os símbolos de uma Itália moderna, atual, progressista e civilizada (p. 105 e 107).

Na análise dos processos também encontrei um caso que revela a presença de “antigos” valores num conflito entre um italiano do Sul e outro do Norte, porém, o interessante neste caso é que a atitude depreciativa partiu do italiano do Sul. É o que sugere o conflito que ocorreu no dia 29 de agosto de 1893, por volta das seis horas da tarde, na colônia

da fazenda, situada no bairro Jacaré, em Araraquara, cujo proprietário era Francisco Rodrigues de Oliveira. A vítima, Bruno Cassadonto, natural de Monteleone Calabro – Calábria, 46 anos, casado, trabalhador agrícola; relata o ocorrido:

Respondeu que tendo a quantia de sessenta e um mil réis em poder de seu patrício e feitor de sua turma de trabalhadores naquela fazenda, Vincenzo Arena, pediu-lhe que à sua família na Itália passasse vinte e cinco francos; que Vincenzo aceitou mandar a quantia e foi a São Carlos do Pinhal no dia 29 do mez passado, promettendo a elle respondente que de lá faria a passagem do dinheiro a família deste respondente (...)<sup>52</sup>

Então, Bruno Cassadonto ficou na expectativa a espera de Arena Vincenzo para se certificar que o patrício havia cumprido o prometido. Porém, Vincenzo não o cumprira. Cassadonto ficou furioso, como declara o italiano Bruno Mocordo, 32 anos, casado, trabalhador agrícola; que “(...) viu elle depoente Cassadonto Bruno offender a Vincenzo Arena já esfregando-lhe um cabo de cachimbo na cara, já agarrando pelas orelhas (...)”<sup>53</sup>

Além das agressões físicas contra Arena, Cassadonto também cobriu-lhe de ofensas simbólicas, entre elas, uma que deixou Vincenzo muito irritado. Cassadonto relata:

(...) disse-lhe que elle bem mostrar ser natural de Male’; Arena Vincenzo julgando-se offendido com essa expressão, disparou-lhe um tiro de revolver; que elle respondente sentindo-se ferido foi para cima de seu aggressor com uma foice e descarregando-lhe um golpe que foi evitado pelo filho de Vincenzo; que nesse acto este descarregou-lhe segundo tiro e elle respondente vibrou-lhe segundo golpe de foice que attingiu a Vincenzo que então disparou-lhe terceiro tiro.<sup>54</sup>

Arena Vincenzo, que era natural de Male’- Trentino Alto Adige (Norte), 45 anos, casado, feitor de turma; após atirar em Cassadonto fugiu e ficou morando na cidade de Ibitinga-SP, até o ano seguinte, quando se apresentou à polícia e posteriormente, foi julgado e absolvido. Bruno Cassadonto não resistiu aos ferimentos e faleceu após cinco dias. De acordo com o juiz que julgou o crime, “se verifica que o offendido falleceo, não porque o mal fosse

<sup>52</sup> APHRT, criminais, P. 1893-2, sem número. Declaração prestada ao delegado.

<sup>53</sup> APHRT, criminais, P. 1893-2, sem número. Depoimento prestado ao juiz.

<sup>54</sup> APHRT, criminais, P. 1893-2, sem número. Declaração prestada ao delegado.

mortal e sim por ter deixado de observar regime medico higienico reclamado pelo seu estado (...),<sup>55</sup>

Ao todo depõem seis testemunhas no processo, todos italianos, e em suas declarações prestaram sua solidariedade a Arena Vincenzo argumentando que o mesmo antes de dar o tiro mortal em Bruno Cassadonto tinha sido “insultado, injuriado e ameaçado” por ele.

Infelizmente não foi registrado o local de procedência dos italianos que depuseram no processo. Supondo que eles fossem do mesmo local de procedência de Arena Vincenzo, ou seja, do Norte da Itália, então, o caso sugere que havia um alto grau de solidariedade entre eles em detrimento de Bruno Cassadonto que era do Sul da Itália. Parece que a depreciação de “menos higiênico” referida acima por Pereira (1974) em relação aos meridionais pôde ser verificada na fala do juiz quando declara a causa da morte de Bruno Cassadonto. O caso revela também a forte presença de uma identidade regional, assim, é quase impossível falar de divisões entre imigrantes sem entender o conceito de identidade étnica. Desse modo, a fim de facilitar o entendimento deste estudo que enfatiza as chances de solidariedade entre as etnias nas ações individuais vou discorrer a respeito do conceito de identidade étnica usando a concepção de Fredrik Barth, que parte do princípio de que a identidade é uma manifestação relacional.

Barth (1998, p. 193) considera que os grupos étnicos “são vistos como uma forma de organização social”, cujo aspecto fundamental seria a característica da atribuição étnica, identidade étnica categorizada por si mesmo e pelos outros, um tipo de organização baseada na auto-atribuição dos indivíduos à categorias étnicas. Em suas palavras, “na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e os outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional” (p. 194).

---

<sup>55</sup> APHRT, criminais, P. 1893-2, sem número.

Embora, Barth (1998, p. 194) destaque, que as categorias étnicas tomam as diferenças culturais em consideração, ele acentua, que não é a soma das diferenças culturais “objetivas” que determinam o conteúdo da identidade étnica, mas somente aquelas que os atores consideram significantes, ou seja, não há uma correlação direta entre cultura e etnicidade. Desse modo, “para definir a identidade de um grupo, o importante não é inventariar seus traços culturais distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural” (CUCHE, 2002, p. 182).

Um ponto de destaque na análise de Barth (1998) são as fronteiras étnicas, que definem a organização do grupo, e não a matéria cultural que ela abrange. Em princípio, não é a diferença cultural que separa dois grupos etno-culturais, “o que cria a separação, a ‘fronteira’, é a vontade de se diferenciar e o uso de certos traços culturais como marcadores de sua identidade específica” (CUCHE, 2002, p. 200).

Apesar de reconhecer o aspecto territorial das fronteiras, Barth (1998) afirma que, são “fronteiras sociais”, e é por meio delas que se expressam e se validam as diferenças entre os grupos, acentuando que não é no processo de isolamento que as fronteiras são mantidas e sim nas relações interétnicas. Em sua concepção, para que se possa manter as fronteiras étnicas é preciso que haja uma organização efetiva nas trocas entre os grupos e a ativação de uma série de proscricções e de prescrições regendo suas interações (p. 195-197).

Partindo dos conceitos de Fredrik Barth, Oliveira (1976, p. 36) elabora a “noção de identidade contrastiva, tomando-a como a essência da identidade étnica”. Para Oliveira (1976)

Quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma outra pessoa ou grupo com que se defrontam; é uma identidade que surge por oposição, implicando a afirmação do nós diante dos outros, jamais se afirmando isoladamente (p. 36).

A situação de oposição é sempre uma situação de confronto que leva, no caso da identidade étnica, a se afirmar, etnocentricamente, “negando” a outra identidade (OLIVEIRA, 1976, p. 5-6). Desse modo, tomando como base os conceitos apresentados, focalizei, neste estudo, o “Nós” representado pelo imigrante italiano, em oposição aos “Outros” representados pelas outras etnias, assim como pelo próprio imigrante italiano oriundo das diferentes regiões ou províncias da Itália. Para concluir, percebe-se, no caso analisado acima, que as identidades dos envolvidos estavam latentes, “a espera” de um momento para se diferenciar etnicamente. Então, à medida que a distinção ocorreu foi construída uma necessidade de diferenciação.

Neste contexto, pode-se dizer, que vênéticos, toscanos, calabreses, florentinos, milaneses etc, não falavam somente línguas diversas, mas tinham culturas diferentes, uma história própria, costumes e mentalidades originais, e isso não se perde no processo de migração. É claro que mudanças, muitas vezes fundamentais, ocorrem, mas nunca são absolutas e totais.



Residência e Terreiro  
Fazenda “Appeninos” – Localizada em Santa Lúcia  
Proprietários – J. D. Pinto Ferraz & Irmãos  
Fonte: Álbum de Araraquara (FRANÇA, 1915, p. 183)

## CAPÍTULO II - A MÃO-DE-OBRA: ENTRA EM CENA O IMIGRANTE<sup>56</sup> ITALIANO

*(...) De Camerina eles [a família de LM] esperavam o chamado pra ir pra Nápoles, e aí lá eles faziam o passaporte. Pra vim pro Brasil a família não podia ser pequena. Então era meu pai, meu avô, minha avó e um tal de César que eles cuidavam. O transporte deles da Itália pra cá tem muito pouca diferença do transporte dos navios negreiros. Era tudo acumulado. Em baixo era carga e eles vinham em cima (...).*

*Trecho da entrevista realizada com LM.  
Américo Brasiliense-SP, agosto/2005*

Como vimos, o século XIX marcou o início da emigração italiana para o Brasil. Esse processo imigratório intensificou-se a partir da década de 1870, verificando-se o maior afluxo de imigrantes no ano de 1891. Diante da certeza da fome e da incerteza da emigração não parecia tão assustadora. Assim, a saída encontrada para garantir a sobrevivência foi a emigração.

### 2.1 Introdução da mão-de-obra italiana

No Brasil, os movimentos abolicionistas e o desenvolvimento de políticas governamentais para atrair imigrantes criaram um ambiente favorável para a vinda dos camponeses italianos. Até 1888, ano da abolição, o Brasil era um país escravocrata. O trabalho nas grandes plantações agrícolas cabia aos negros. Desde 1850, porém, com a publicação da lei que impedia o tráfico negreiro, a mão-de-obra escrava começou a escassear e a tornar-se mais cara. Além disso, na década seguinte intensificou-se a campanha abolicionista, multiplicando fugas e revoltas de escravos.<sup>57</sup> Os fazendeiros participavam,

<sup>56</sup> Sayad (1998) definiu o imigrante como uma força de trabalho, “provisória, temporária, em trânsito” (p. 54). Em suas palavras: “foi o trabalho que fez ‘nascer’ o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz ‘morrer’ o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser” (p.55).

<sup>57</sup> A proibição do tráfico negreiro – Lei Eusébio de Queiroz -, que coincide com a Lei de Terras de 1850; a Lei do Ventre Livre (1871); a Lei dos Sexagenários (1885); o crescimento da campanha pela abolição da escravidão e sua consolidação em 13 de maio de 1888, foram os principais fatores para a busca de soluções alternativas de obtenção de mão-de-obra. Estes fatores têm sido bem estudados e não me parece necessário recapitula-los detalhadamente.

então, de um amplo debate no qual os defensores de uma política imigrantista acabaram ganhando posições. O impulso definitivo foi dado pelos cafeicultores das novas áreas incorporadas ao cultivo, no oeste do Estado de São Paulo, onde a falta de mão-de-obra disponível fazia-se mais aguda. Vieram daí as pressões definitivas pela introdução de imigrantes e pelo fim do tráfico interno de escravos (assim como as pressões pela continuação da escravidão). Na verdade, algumas experiências com imigrantes europeus antecederam a lei de 1850, como aquela do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que canalizou a “política imperial de povoamento europeu” recebendo desde 1840 imigrantes para trabalhar na fazenda Ibicaba, em Limeira, pelo sistema de parceria,<sup>58</sup> o qual se revelou frustrativo tanto para o colono quanto para o fazendeiro (BEIGUELMAN, 1968, p. 82-84). Contudo, o problema começou a ser tratado com mais rigor na segunda metade do século. Neste momento, acrescia-se ao problema da mão-de-obra o recente e crescente sucesso da cafeicultura.

O café foi o grande fator de atração dos imigrantes. Simultaneamente à sua expansão desenvolveu-se a campanha imigratória, levada a cabo pelos Governos brasileiro e paulista, juntamente com os cafeicultores, seus primeiros interessados. No início, tal política consistia, basicamente, no envio das passagens pelo fazendeiro, posteriormente pagas pelo imigrante. Trento (1989, p. 23) assinala que, “os imigrantes vinham da Europa às custas dos fazendeiros, mas eram obrigados a aceitar um contrato de duração quinquenal e a reembolsar o custo do transporte”. Em 1881, o governo da Província de São Paulo inaugurou uma ajuda aos proprietários, pagando a metade das despesas com a viagem das famílias, mas “o contrato de cinco anos permaneceu em vigor, bem como a cláusula do ressarcimento” (TRENTO, 1989, p. 23). Três anos mais tarde instituiu-se definitivamente a imigração subvencionada, com a lei que previa o transporte gratuito dos imigrantes. Assim, o fazendeiro não precisaria

---

<sup>58</sup> Ampla literatura trata a respeito do sistema de parceria entre eles Beiguelman (1968), Costa (1999), Holloway (1984), Trento (1989). Segundo Costa (1999, p. 209), em Araraquara não houve colônias de parceria.

garantir a estabilidade do colono com contratos longos e, por outro lado, o imigrante ao sair da Europa estaria livre de ônus e compromissos<sup>59</sup> (BEIGUELMAN, 1968, p. 93).

Dando continuidade à política imigratória então principiada, um grupo de fazendeiros paulistas criou, em 1886, a Sociedade Promotora de Imigração, sob a liderança de Antonio de Queiroz Telles, Visconde de Parnaíba. Tendo funcionado até 1895, essa Sociedade instituiu as bases do sistema que trouxe ao Brasil a maior parte dos imigrantes. O investimento maior do projeto consistia no financiamento das viagens de navio e, no Brasil, de trem, até as fazendas de destino. O sistema criado e implantado pouco a pouco pela Sociedade Promotora de Imigração compunha-se basicamente de quatro elementos. O primeiro era constituído pelos comissariados, escritórios de representação do Estado de São Paulo, presentes em vários países europeus. Tratavam dos assuntos ligados ao processo imigratório, faziam propaganda e orientavam os agentes da imigração responsáveis pelo recrutamento de imigrantes. Assuntos comerciais, ligados ao café, também eram de sua alçada. O segundo, era composto pelos agentes de imigração, que percorriam cidades e vilarejos italianos buscando candidatos à imigração subvencionada para o Brasil. Agindo num momento de grave crise no campo, sua tarefa não encontrava grandes dificuldades. O terceiro, compreendia as Companhias de Navegação que, pagas pelas autoridades governamentais, subvencionadoras da imigração, recebiam segundo os contingentes levados e cresceram muito no período. Na Itália operavam, por exemplo, *La Veloce*, *Navigazione Generale Italiana*, *Ligure Brasiliana*, *Navigazione Ítalo-Brasiliana*, entre outras. O quarto elemento era uma infra-estrutura para a recepção dos imigrantes onde o ponto central foi a construção da Hospedaria dos Imigrantes, no bairro do Brás, em São Paulo, entre 1886 e 1888. Os imigrantes vinham de trem até o local da Hospedaria, ali assinavam seus contratos de

---

<sup>59</sup> De acordo com Beiguelman (1968, p. 93) “na luta pela implantação desse sistema, a área mais nova combaterá a alternativa da imigração chinesa (...) o imigrante asiático, idealizado como semi-servil, além de não representar um tipo de braço incentivado com o que se requeria (interessado na expansão do cafezal) e não dispensar o quadro coativo, afluiria indiferentemente para qualquer área que o solicitasse – enquanto o tipo de imigrante europeu reivindicado representava uma garantia de suprimento preferencial para o Oeste mais novo”.

trabalho e seguiam para os novos destinos. Havia também os imigrantes espontâneos, ou seja, os que não chegavam através da imigração subvencionada, que ocupavam pensões, albergues e hotéis espalhados pela cidade, ou contavam com o apoio inicial de parentes, mas não usufruíam dos serviços de alojamento, refeições, assistência médica e odontológica, entre outros, oferecidos pela Hospedaria (TRENTO, 1989, p. 27-45; HOLLOWAY, 1984, p. 63-85).

Se o café paulista foi o grande motor da política imigratória, a priorização da economia cafeeira reforçou ainda mais a capacidade de absorção de imigrantes nesse Estado. E tal tendência acentua-se a partir de 1894, quando a política imigratória deixa de ser uma responsabilidade do governo federal, passando a ser decidida pelos Estados. Isto significa que somente as zonas mais ricas, cafeeicultoras, tiveram condições de manter as subvenções oferecidas aos imigrantes. De fato, entre 1896-97 e 1907 (ano em que o governo central toma novamente medidas em relação à imigração), o Estado de São Paulo será o único capaz de patrocinar a vinda de estrangeiros (TRENTO, 1989, p. 278).

No Estado de São Paulo, o destino dos imigrantes poderia ser as colônias, os núcleos coloniais e as fazendas de café. As colônias pertenciam à iniciativa privada e visavam a instalação de colonos. Holloway (1984) aponta que,

Como parte de sua campanha de propaganda, o Estado publicava periodicamente folhetos, pormenorizando as proteções legais de assistência material à disposição dos imigrantes e as oportunidades abertas para eles em São Paulo. Um desses folhetos, publicado por volta de 1910, em língua italiana, incluía uma tabela com informações sobre a subdivisão de propriedades privadas em pequenos sítios, na zona cafeeira do Oeste. Das trinta e cinco colônias arroladas, (...) quatorze [ficavam] na Paulista (...) <sup>60</sup> (p.193).

Os núcleos coloniais eram grandes loteamentos de terras públicas, vendidas pelo governo, desde o início do século XIX, a pequenos proprietários que ali quisessem se instalar. O objetivo inicial era de povoamento, mas, localizados próximos às zonas de

---

<sup>60</sup> Araraquara está localizada na região Paulista.

expansão cafeeiras, as fazendas a eles se voltavam no período das colheitas para recrutar trabalhadores temporários. Ademais com o crescimento das cidades, seguindo o avanço da fronteira do café, surgiram novas necessidades de abastecimento, que as fazendas, tomadas pelos cafezais, não podiam suprir. Os núcleos seriam, então, focos de desenvolvimento de uma agricultura diversificada e voltada para o mercado. Bem próximo a Araraquara, por exemplo, precisamente a oeste, na fazenda Cambuhy, situada em Matão, desenvolveu-se o núcleo Gavião Peixoto numa época em que o governo adquiria terras ociosas e marginais de fazendeiros endividados e ansiosos para vende-las.<sup>61</sup> Vale observar, que esta fazenda foi palco de grandes conflitos entre uma família de italianos e o administrador geral, de nacionalidade alemã, no ano de 1904.<sup>62</sup>

As fazendas de café foram o destino majoritário dos imigrantes, sobretudo nas zonas cafeicultoras em expansão, e particularmente no Estado de São Paulo, destino dos maiores contingentes de italianos, que segundo Holloway (1984, p. 71), “representaram 46 por cento de todos os imigrantes no período de 1887 a 1930”. Nos quadros abaixo podemos verificar o número de imigrantes que chegaram ao Estado de São Paulo entre 1882 a 1899 -, e, em seguida , dos estrangeiros trazidos da Hospedaria dos Imigrantes para Araraquara no período de 1886 a 1899.

---

<sup>61</sup> Segundo Holloway (1984, p. 201) “Bernardo Avelino Gavião Peixoto, importante político dos fins do Império, herdara uma sesmaria colonial, conhecida como a fazenda Cambuí (...). Gavião Peixoto tinha pouco capital para investir em benfeitorias (...). Em 1904, Gavião Peixoto fez o acordo de doar três mil alqueires para o estado, e o governo comprometeu-se comprar dele um adicional de três mil alqueires. A terra, toda constituída por áreas ociosas e marginais da propriedade, foi dividida em três núcleos distintos, inaugurados em 1907, cada um com cerca de 190 lotes rurais de vinte e cinco hectares”.

<sup>62</sup> Teixeira (2005).

**Quadro 8: Imigração para São Paulo, 1882 – 1899**

<b>ANO</b>	<b>IMIGRAÇÃO</b>	<b>ANO</b>	<b>IMIGRAÇÃO</b>
1882	2.743	1891	108.688
1883	4.912	1892	42.061
1884	4.868	1.893	81.755
1885	6.500	1894	44.740
1886	9.534	1895	136.142
1887	32.110	1896	94.987
1888	91.826	1897	94.540
1889	27.664	1898	42.674
1890	38.291	1899	28.367

Fonte: Holloway (1984, p. 265)<sup>63</sup>

**Quadro 9: Estrangeiros trazidos da Hospedaria dos Imigrantes para Araraquara, 1886-1899**

<b>ANO</b>	<b>ESTRANGEIROS</b>
1886	166
1887	242
1893	1.417
1894	1.155
1895	2.059
1897	2.278
1898	1.237
1899	896
<b>TOTAL</b>	<b>9.450</b>

Fonte: Apesp, dados fornecidos pela Prof<sup>a</sup> Dra. Maria do Rosário Rofsen Salles, UNESP-Araraquara, Apud Monteiro (2000, p. 86).

Observa-se que em 1886 enquanto São Paulo recebia 9.534 imigrantes, em Araraquara ainda era muito tímida a entrada de estrangeiros registrando apenas 166. Ao longo dos anos nota-se um considerável crescimento. Em 1895, por exemplo, dos 136.142 imigrantes entrados em São Paulo, 2.059 foram para Araraquara. No ano de 1897, há uma pequena baixa no número de imigrantes entrados em São Paulo em relação ao ano de 1895, mas em Araraquara houve um pequeno aumento chegando a 2.278 estrangeiros. Telarolli (1977) assinala que, “foram 21 os municípios que receberam mais de 100 imigrantes em

<sup>63</sup> Este quadro se estende até o ano de 1934.

1897. Nesses estava incluída Araraquara, em sexto lugar, com 2.278, tendo à sua frente somente a capital, São Carlos, Ribeirão Preto e Jaú (...)” (p.23). Dentre os estrangeiros que entraram em Araraquara “os imigrantes italianos formavam a maior parte do contingente do comércio local, nas mais diversas atividades artesanais, de balcão e outras, do mesmo modo que eram majoritários como colonos nas fazendas” (BRANDÃO & TELAROLLI, 1998, p. 41).

A preferência dos imigrantes italianos pelas profissões e pelo local de permanência era diversificada. Os do Norte, por exemplo, vênéticos e lombardos, tendiam mais a escolher os contratos de empreiteiros e colonos<sup>64</sup> para o trabalho nas fazendas. De maneira geral, foram os vênéticos que mais se destacaram nos contratos de colonos sobretudo a partir de 1886 quando houve um grande fluxo desta região em direção a São Paulo. Enquanto os vênéticos preferiam trabalhar no campo almejando a posse da terra, a maioria dos outros setentrionais preferia se estabelecer nas cidades (ALVIM, 1986, p. 67-70).

Por sua vez, os meridionais que trabalhavam nas zonas rurais concentravam-se mais nos contratos de camaradas<sup>65</sup> ou trabalhadores por turmas<sup>66</sup>, desmatando, plantando café, preparando os pastos, estradas, encanamento d’água etc. Mas, a tendência era dar preferência aos trabalhos nas cidades devido a sua própria história de miséria nos campos (ALVIM, 1986, p. 67-70). Usando as palavras de Ghinassi, Alvim (1986) aponta que

Os meridionais (...) não amam a terra como os camponeses do Norte (...). De natureza versátil, engenhosos e inquietos, se adaptam a todos os trabalhos e profissões, mesmo as mais humildes e algumas vezes abjetas desde que consigam um lucro imediato. Estes constituem a espinha dorsal dos diaristas (camaradas e trabalhadores por turma) (...) vão para as fazendas, mas não se dobram à prepotência e geralmente ficam ali só durante a colheita, depois passam para outras ocupações e quando essas terminam se repatriam para participar da colheita da cidade de origem (p. 67).

---

<sup>64</sup> Sobre os contratos de trabalho veremos nas páginas seguintes.

<sup>65</sup> O camarada, segundo Alvim (1986, nota, p. 77), “era um indivíduo ligado à fazenda, ou por contrato anual para executar tarefas que não competiam ao colono, ou pelo tempo de uma tarefa específica a ser realizada”. Também sobre “camarada” ver Sallum Junior (1982, p. 104-105).

<sup>66</sup> Para Alvim (1986, nota, p. 77), o trabalhador por turma “era um indivíduo normalmente arregimentado por um empreiteiro não ligado à fazenda. O seu contrato era com este e durava o tempo da tarefa a ser realizada”.

A tendência dos italianos provenientes da região central era se concentrar nas cidades, ou melhor, nos grandes centros como São Paulo e, quando permaneciam nos campos trabalhavam como pequenos negociantes, artesãos<sup>67</sup>, vendedores ambulantes, mascates (ALVIM, 1986, p. 68). Em suma, os imigrantes italianos conseguiram optar entre o campo e a cidade “apoioando-se em valores do mundo camponês de onde saíra e que a expansão capitalista ainda não conseguira destruir” (p. 73).

A imigração italiana para o Brasil foi predominantemente de tipo familiar. Isso combinava bem com as preferências manifestadas pelos promotores da imigração, que viam aí uma maior garantia de estabilidade, visto que reduzia a incidência de reemigração. Além disso, não tinham recursos, mas Martinho Prado Junior via com satisfação “que os imigrantes para São Paulo eram tão pobres que não poderiam comprar suas próprias terras, nem abrir pequenos negócios, e seriam obrigados a trabalhar nas fazendas”. Dizia Prado Junior: “imigrantes com dinheiro (...) é gente que não nos serve” (HALL, 2003, p. 156-157). Havia também os adultos desacompanhados que, como demonstra Holloway (1984, p. 92), entre os anos de 1902 a 1923, “728.000 pessoas entraram e saíram da hospedaria: 20 por cento eram adultos solitários e 80 por cento compunham unidades familiares”. Além disso, tanto as famílias como os desacompanhados podiam ser subsidiados ou não. Mas a maioria era subsidiada e constituíam grandes unidades familiares. Existia também os indivíduos (geralmente solteiros) que vinham para o Brasil por conta própria com destino à São Paulo no momento da colheita do café. Encerrada a colheita, pagavam suas passagens e voltavam para a Itália levando consigo algumas economias. Essa prática era mais comum entre os italianos

---

<sup>67</sup> De acordo com Ianni (1972, p. 100), “muitos emigrantes classificados como *contadini* na realidade eram também artesãos nas comunidades rurais, coisa muito comum antes que a indústria penetrasse em todos os mercados nacionais; assim encontrando-se num país nas condições do Brasil, em que havia poucos artesãos, era mais sedutor do que a enxada, para o ‘camponês-artesão’, estabelecer-se na cidade como sapateiro, alfaiate, ferreiro, carpinteiro etc, e com o tempo tornar-se proprietário de pequenas, médias e grandes indústrias”. É importante observar que tal perspectiva era válida não só para aqueles que procediam da região central como para as outras também.

da região Sul do que do Norte da Itália (ALVIM, 1986, p. 65-66). Nesse sentido, Alvim (1986) afirma que

Houve certa imigração temporária, só de elementos masculinos, bem de acordo com a prática dos meridionais italianos. Partiam, deixando a família ligada ao seu minúsculo pedaço de terra, para tentar ganhar algum dinheiro fora e depois retornar ou mandar chamar a família para o país de adoção (p. 66).

## 2.2 Os contratos de trabalho

Até agora se falou do processo de introdução da mão-de-obra no Estado de São Paulo e a tendência dos imigrantes italianos para escolher determinados tipos de profissões e locais de permanência. A seguir vou focalizar os contratos de trabalho juntamente com o calendário agrícola de cada um, para entender as relações entre o modo de produção do café e o trabalhador, e como estes poderiam trazer preocupações para os fazendeiros sobretudo se a união dos imigrantes pudesse ocasionar, por exemplo, uma greve. Neste caso, não só o ano agrícola estaria comprometido, mas o fazendeiro sofreria conseqüências econômicas principalmente se fosse na época da colheita porque se os frutos não fossem colhidos no ponto certo de amadurecimento poderia significar a perda da colheita, como veremos mais detalhadamente nos casos analisados posteriormente.

Nas fazendas, os imigrantes geralmente não tinham opção a não ser assinar os contratos de trabalho estabelecidos pelos fazendeiros. Eles podiam escolher entre quatro formas de contrato, considerando que o café obedecia a várias etapas, singulares a cada uma.<sup>68</sup> A primeira etapa correspondia à derrubada<sup>69</sup> para a “formação” ou ampliação das fazendas, realizada pelos trabalhadores por turma, contratados por um empreiteiro sem vínculos à fazenda. Esses trabalhadores recebiam um salário mensal ou trimestral, casa e comida. O

<sup>68</sup> A discussão a seguir apoiou-se, sobretudo, em Alvim (1986).

<sup>69</sup> Essa etapa, no entender de Holloway (1984, p. 123) foi a “mais importante variação do contrato de colono”.

serviço compreendia a derrubada e queimada das florestas. Para este tipo de trabalho eram necessários homens fortes e habilidosos que, munidos de foices, facões, machados etc, cortavam os arbustos e todos os tipos de plantas que entrelaçavam as árvores, para depois corta-las e queima-las. Era um serviço perigoso. Essa tarefa era realizada pelos brasileiros, estendendo-se para os italianos, principalmente os meridionais a partir de 1897 (ALVIM, 1986, p. 77-78). Alvim (1986, p. 78) assinala que, “paralelamente a esse trabalho criavam-se os ‘viveiros’ de café para a formação de mudas” e , “tal atividade se estendia por alguns meses”, como demonstrado abaixo:

Março/Abril - derrubada  
 Maio – deixava-se secar as árvores  
 Junho – abatidas, formavam-se os  
 Parte de julho – ‘viveiros’  
 Parte de julho – queimada (antes do início da  
 Agosto – estação das chuvas) (ALVIM, 1986, p. 78).

Após essa etapa era comum o trabalhador por turma, trabalhar em outros serviços nas fazendas assim como abrir estradas e pastos, construir pontes, enfim, executavam os serviços que não correspondiam aos colonos (ALVIM, 1986, p. 78).

A segunda etapa compreendia a formação do cafezal convencionalmente chamada de empreitada no Estado de São Paulo. O contrato, nesta etapa, era feito com as famílias italianas, tanto aquelas recém-chegadas que traziam um certo capital, como aquelas que já viviam em São Paulo a um certo tempo e possuidoras de algumas economias podiam resistir aos primeiros tempos na floresta. Essas famílias tinham mais chances de obterem alguns lucros porque já conheciam a região e o tipo de trabalho a ser realizado, desde que não ficassem doentes<sup>70</sup>. O oposto, na maioria das vezes, ocorria com as famílias recém-chegadas.

---

<sup>70</sup> De acordo com Trento (1989), “além da malária (...), o Brasil inteiro era abalado sistematicamente por epidemias sobretudo de varíola e febre amarela (...) os trabalhadores do café estavam sujeitos a perigos específicos: tracoma, ancilostomíase e o famoso bicho-do-pé (...). O problema era agravado pela total falta de assistência médica nas fazendas, pela distância dos centros urbanos e, conseqüentemente, pelos valores exorbitantes pedidos para consultas a [sic] domicílio: até mesmo uma doença de pouca duração podia inutilizar meses ou até anos de economias” (p. 49-50). Para se ter uma idéia, em Araraquara, na última década do século

Fatores como o isolamento das florestas, dada a distância dos centros urbanos, as dificuldades de adaptação, as doenças ou a compra de um terreno inexistente, faziam com que as economias se dissipassem, e a esperança dessas famílias em possuir um pedaço de terra ao término do trabalho não passava de ilusão, visto que, vez por outra eram vítimas de contratos desonestos (ALVIM, 1986, p. 78-79).

O trabalho na etapa de formação compreendia a abertura de covas, já previamente marcadas para plantar o café e manter o terreno limpo durante quatro anos. No decorrer do período eram permitidos plantar milho e feijão no espaço entre as fileiras do cafezal. Para proteger as plantas mais frágeis do café (com menos de dois anos), de acordo com o contrato, o empreiteiro era obrigado a fazer “casinhas” – cobertura de madeira ou de folhas de milho secas – nos meses de abril e maio de cada ano e desfaze-las nos meses de setembro e outubro. Após dois anos essas coberturas não eram mais necessárias porque o milho e o feijão plantados entre as fileiras de café ajudavam a protegê-lo. O empreiteiro, além do trato com o café, ocupava-se com o cultivo dos seus próprios cereais e em obras como a conservação das “ruas” de café (elas deveriam estar sempre limpas e livres de matos), conserto de cercas, cuidados com o pasto e na construção da sua moradia (ALVIM, 1986, p. 79). Para melhor entendimento, Alvim (1986) elaborou uma tabela para os três primeiros anos do contrato referente ao ano agrícola:

Setembro – semeava-se café, milho e feijão e efetuavam-se  
 Outubro – os reparos nas fazendas,  
 Novembro – tratos do café e dos cereais,  
 Dezembro – tratos do café e do milho, colheita da primeira planta de feijão,  
 Janeiro – tratos do café e do milho, limpeza e preparo da terra para receber a segunda planta de feijão,  
 Fevereiro – tratos do café e do milho, semear o segundo feijão,  
 Março – tratos do café e dos cereais,  
 Abril – construção das ‘casinhas’ para o café  
 Maio – colheita do milho e do segundo feijão,  
 Junho – tratos do café,

---

XIX as epidemias de varíola (1892-1893) e febre amarela (1895) apavoraram a população. A de febre amarela foi tão intensa que provocou o deslocamento da sede da Comarca para a estação ferroviária de Américo Brasiliense. Segundo Telarolli (1977, p. 27), “durante meses a cidade permaneceu quase ao abandono pela fuga de considerável parcela da população amedrontada”.

Julho – preparo do terreno para receber milho e  
Agosto – feijão (ALVIM, 1986, p. 80).

O pagamento, nesse tipo de contrato, diferia de acordo com as possibilidades financeiras do imigrante. Para quem dispunha de um capital e podia arcar com todas as despesas da empreitada, inclusive a contratação de outros empregados e a derrubada da floresta, enfatiza Alvim (1986, p. 80) “recebia uma soma em dinheiro correspondente ao número de pés de café entregue ao fim do contrato, ficava com todo o lucro obtido na venda do excedente de cereais e o lucro da primeira safra do café”. Mas, para o empreiteiro que não possuía capital para cobrir todas as despesas, o que era mais comum, recebia apenas uma parte da primeira colheita do café<sup>71</sup> (p. 81).

Depois de formada a fazenda, os trabalhadores se ocupavam na manutenção das plantações e à colheita do produto. Os imigrantes podiam optar pelo contrato colônico (sistema de colonato) ou trabalhar como camarada.

O colonato constituía-se numa relação de trabalho essencialmente familiar. Ao negociar com o “pai de família”, o fazendeiro na verdade estava contratando toda uma “fonte produtiva”, composta pelos filhos mais velhos, pelas mulheres e eventualmente, nos períodos de colheita, até pelas próprias crianças. A viabilidade de tal relação de trabalho era proporcional ao número de pessoas, quanto maiores as famílias melhores eram as possibilidades dos colonos.<sup>72</sup>

---

<sup>71</sup> Holloway (1984) considera que, “o contrato de formação podia ser uma especulação lucrativa para o trabalhador imigrante, mas acarretava riscos (...) nos cafezais maduros (...). A maior parte do lucro do formador vinha da venda de suas colheitas ou animais domésticos, mas ele recebia pouco ou nenhum pagamento para capinar o café” (p. 123-124).

<sup>72</sup> Vasta bibliografia destaca a família como uma unidade de acumulação no contexto da cafeicultura que é por excelência a formação social viabilizada das relações de colonato. Desta bibliografia destaco: Costa (1966); VANGELISTA, Chiara. **Os braços da lavoura**: imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930). São Paulo: Hucitec, 1991; DURHAN, Eunice R. **Assimilação e mobilidade**: história do imigrante italiano num município paulista. São Paulo: USP – Instituto de Estudos Brasileiros, 1966. Esses autores ao descreverem as relações de colonato, evidenciam a importância da família como forma de viabilizar tal relação.

Pelo contrato colônico, cada família recebia um número determinado de pés de café (bloco de tantos mil pés chamado talhão)<sup>73</sup> que eram cultivados durante o contrato de um ano, incluindo quatro a seis capinações<sup>74</sup> por ano para manter os cafezais sempre livres de ervas; o cuidado com as mudas para o caso de alguma substituição de cafezais mortos; amontoamento do cisco na preparação para colheita; e o espalhamento do cisco após a colheita (HOLLOWAY, 1984, p. 117).<sup>75</sup> Em geral, eram responsáveis pela manutenção das árvores e, no momento apropriado, pela colheita. Também constava do contrato alguns serviços não restituídos que eram realizados na fazenda quando requisitados, por exemplo, reparar cercas, construir estradas, cuidar dos pastos etc. Os pés de café eram dispostos em filas, no meio das quais os colonos tinham o direito de cultivar outros produtos, em geral, milho e feijão. Em caso de cafezais velhos, o colono recebia um pedaço de terra em separado para plantar os seus cereais.<sup>76</sup> (ALVIM, 1986, p. 81). Segundo Alvim (1986), o ano agrícola do colono dividia-se assim:

Setembro – limpeza do cafezal (chama-se ‘esparramar o cisco’), adubação, quando as plantas exigiam,  
 Outubro – semeadura do milho e do feijão, trabalhos extras requeridos pela fazenda,  
 Novembro – primeira carpa do cafezal, trato dos cafezais,  
 Dezembro – segunda carpa do cafezal, tratos do milho, colheita do primeiro feijão,  
 Janeiro – terceira carpa do cafezal, tratos do milho,  
 Fevereiro – semeadura do segundo feijão,  
 Março – quarta carpa do cafezal, trato dos cereais,  
 Abril – quinta carpa do cafezal, colheitas do milho e do segundo feijão  
 Maio  
 Junho – colheita do café,

<sup>73</sup> Segundo Holloway (1984, p. 81), “cada família colona contratava um mínimo de duas mil árvores e um máximo de doze a quinze mil, dependendo do número de enxadas disponíveis”. Sallum Junior (1982, p. 99) afirma que, “por ‘enxada’ entendia-se um trabalhador adulto com plena capacidade física trabalhando em tempo integral”.

<sup>74</sup> Alvim (1986, p. 81) considera de quatro a cinco capinações por ano.

<sup>75</sup> Sallum Junior (1982, p. 103) aponta, que nos contratos de trabalho e nos regulamentos não vinham explicitados que “a maioria dos instrumentos de trabalho, com que os colonos realizavam as operações produtivas nas fazendas, era de sua propriedade. A enxada, o enxadão, o rastelo, a peneira, a foice e, às vezes, a escada com que se efetuava a colheita pertenciam ao colono. O fazendeiro era proprietário apenas de alguns instrumentos com que se procedia à colheita: os panos colocados sob os arbustos, quando utilizados na apanha, os sacos onde se colocavam os frutos depois de abanados com peneira e, às vezes, a escada usada pelos trabalhadores para atingirem os galhos mais altos de cada cafeeiro”.

<sup>76</sup> Conforme Sallum Junior (1982, p. 102), “a quantidade de terras cedidas era, também proporcional ao número de cafeeiros cultivados por ela. A proporção, bem como a localização das terras, variava bastante de zona para zona de produção e, mesmo de fazenda para fazenda. As terras passíveis de serem cultivadas pelos colonos podiam estar localizadas fora do cafezal, dentro do cafezal já formado (mais de cinco anos) mas não fechado, ou dentro dos cafezais em formação”.

Julho – preparo do terreno para receber o milho e o  
Agosto – feijão (ALVIM, 1986, p. 81-82).

O colonato, ao combinar distintas formas de produção, proporcionava ao colono um pagamento em dinheiro que provinha de três fontes. A primeira era do trato de um certo número de pés de café, pago por unidade de mil pés.<sup>77</sup> A segunda fonte vinha da colheita paga pela quantidade de alqueires de café colhido (um alqueire de café equivalia a cinquenta litros).<sup>78</sup> A terceira, correspondia à venda dos excedentes dos produtos plantados, com ganhos exclusivos do colono (ALVIM, 1986, p. 82). Sallum Junior (1982, p. 100) assinala que, havia ainda a “remuneração por serviços extraordinários (não relacionados com o trato e a colheita) que os membros individuais da família viessem efetuar durante o ano” e o pagamento poderia ser “por dia de serviço ou por tarefa”. Holloway (1984, p. 119) acrescenta que, além dos salários em dinheiro, o colono tinha a moradia como uma gratificação “não-monetária”, isto é, “o trabalhador do café não pagava aluguel – quer em dinheiro, produtos ou trabalho – em troca de cláusulas não-monetárias do contrato de colono” (p. 122).

Quanto às tarefas realizadas pelos camaradas, de acordo com o contrato de trabalho, correspondiam ao beneficiamento do café; colheita; abertura de caminhos e estradas; conserto de pontes, prédios e cercas; entre outras. Não havia definição muito clara do ano agrícola neste caso em virtude das tarefas serem requisitadas à medida que se faziam necessárias (ALVIM, 1986, p. 82; BASSANEZI, 1974, p. 126).<sup>79</sup> Segundo Holloway (1984, p. 119), os salários eram pagos por dia ou por mês.

---

<sup>77</sup> De acordo com Holloway (1984, p. 118), “durante o ano, os colonos recebiam pagamentos periódicos em dinheiro, por conta de seu salário anual pelo cultivo, para cobrir despesas correntes de manutenção familiar. Tais pagamentos parciais eram em geral feitos quinzenalmente, mas também foram registrados períodos de pagamento mensais e até semestrais. Os administradores registravam cada pagamento na caderneta que o colono guardava, bem como nos livros contábeis da fazenda”.

<sup>78</sup> O colono, segundo Holloway (1984, p. 118), “recebia um vale por cada alqueire de cerejas entregue na estrada carroçável à beira do cafezal. No término da colheita, o chefe da família apresentava os seus vales a um guarda-livros, para serem registrados em sua caderneta e nos livros da fazenda”.

<sup>79</sup> Enquanto Holloway (1984, p. 119) afirma que essas atividades eram mais realizadas por brasileiros, Alvim (1986, p. 82) afirma que o imigrante italiano executava essas tarefas.

## 2.3 A entrevista

Para se ter uma idéia de como era a vida cotidiana nas fazendas de café a partir dos contratos de trabalho, concluo este capítulo com alguns trechos da entrevista que fiz com LM, iniciando pela chegada de sua família ao Brasil.

### A chegada no Brasil

Eles [a família de LM] chegaram no Brasil em 1910. De Santos vinha direto pra São Carlos. Tinha um abrigo muito grande em São Carlos e os fazendeiros iam buscar as famílias lá. Não sabia a língua, não conhecia a comida. Os fazendeiros fazia o que queria deles. O meu pai teve sorte porque o fazendeiro que foi buscar eles em São Carlos era italiano também.

### O casamento

O meu pai casou aqui [no Brasil]. Você sabe como era naquele tempo? A carroça encostava e mandava juntar as galinhas [LM começa a dar risadas].

### A profissão

O meu pai trabalhava colhendo como colono, depois ele passou a podador. Ele [o pai] nunca chegou a ser administrador porque gostava um pouco...(faz o gesto de beber). Na Itália eles bebiam muito. Era frio. Dava um metro e meio de neve. Esse vício ele trouxe da Itália.

### Confusão com a língua

Certo dia o meu avô chegou em casa e falou pro meu pai que o fazendeiro disse pra ir amanhã. Amanhã em italiano é comer<sup>80</sup>, e amanhã em português é amanhã. Aí precisava os outros que já entendia um pouco a língua ajudar e explicar de que jeito que era. Foi muito difícil!

### O contrato de trabalho

O contrato de trabalho era uma caderneta. A caderneta era feita em São Carlos no Departamento do Trabalho. Então, ele é que dava a caderneta pros fazendeiros já com todas as cláusulas dentro. Já vinha de São Carlos mas sempre a favor dos fazendeiros.

---

<sup>80</sup> Amanhã em italiano é *domani*. Comer em italiano é *mangiare*. Assim, fica claro que LM se refere a um dialeto.

## **O sistema de trabalho**

O colono recebia dois mil pés de café por família. Aí ia dando [os fazendeiros] as mensalidades a cada sessenta dias. Aí vinha o pagamento geral. No pagamento geral a pessoa colhia o café que era fora a capina. Aí quando ele [o colono] acabava a colheita, o fazendeiro fazia o pagamento geral. A prestação da capina com a colheita chamava pagamento geral, que era feito de outubro a outubro. O ano agrícola é de outubro a outubro.

## **O dia-a-dia**

Apitava a corneta às seis horas da manhã. Não era pra sair de casa naquela hora não. Às seis horas da manhã já tinha que tá no pé do eito. O pé do eito era aonde? Aonde você largou a enxada ontem de tarde e que ia começar de manhã. Às seis horas tocava a corneta lá no alto da fazenda. Aí tocava a corneta às nove horas pra almoçar. Aí ele tocava a corneta ao meio dia pra tomar café. Aí ele tocava a corneta às seis horas da tarde, que na época da colheita, junho e julho, às seis horas tava escuro. Não podia sair até escutar corneta. Não era fácil, né! Quase não ganhando nada!

## **O final de semana**

No final de semana todo trabalhador tinha que dá duas horas de serviço. Quando tava na colheita eles iam no carreador ajudar ensacar café pra levar pra tulha e se ele fosse camarada, o camarada é aquele que ganhava mensal, então, tinha que pegar carroça de capim e trazer.

## **As ferramentas de trabalho**

As ferramentas os colonos que comprava. O colono tinha que ter um enxadão cada um, uma enxada cada um, um rastelo cada um, uma peneira cada um, pra quando falava vamos começar a colheita amanhã era só passar na fazenda e pegar o saco vazio e levava tudo nas costas. Os sacos cabiam cem litros, era de lona e tinha uma cordinha na boca. Aqueles sacos ficavam até o fim. Ia pro terreiro e voltava pra pessoa.

## **O colhimento do café**

A minha família deixava sempre uma cana de milho porque a cana de milho não machuca o fruto. No dia de chuva punha a cana assim...e fazia assim...[mostra o movimento], aí sobrava pouco para puxar com a mão. Derrubava tudo no chão. Agora, aquele que batia no pé de café, se o administrador ou fiscal pegasse era mandado embora naquele dia da fazenda.

## Os fazendeiros

Na entrada que vai pra Guarapiranga, que sai aí na faculdade [UNESP], os fazendeiros pagava o italiano, e no caminho tava o jagunço esperando e voltava com o dinheiro. Tomava o dinheiro do italiano e voltava e entregava pro patrão. Aí começaram [os italianos], espingarda feita em casa. Começou a derrubar os jagunços, o fazendeiro. Eu ainda me lembro quando eu fui viajar à cavalo tinha uma santa cruz em cima da outra. Tinha santa cruz que tinha oito a dez em volta que o cara matou. Aí os fazendeiro começou a manear, sabe. Que aí a gente não esperava da justiça porque quem mandava aqui no Estado de São Paulo era o fazendeiro. Os fazendeiros eram muito poderosos. Não resolvia nada ir atrás do consulado. Primeira coisa. Quando ele [o fazendeiro] chegava na fazenda, falava: - Põe a mudança em cima da carroça, você tem cinco horas pra ficar fora da divisa daqui. Ninguém ia lá falar pra ele [colono], você fica aqui. Ele [o fazendeiro] falava: - Amanhã eu quero a casa desocupada. Tinha que desocupar. Não adiantava ir atrás de consulado porque era um contra mil. Porque todos os fazendeiros eram iguais. Ele [o colono] nem ia porque sabia que não ia resolver nada, ficava mal visto. Quando ele [o colono] chegava lá [na fazenda] as coisas dele tava dentro da carroça e falava [o fazendeiro]: - Cai fora daqui!

## Os administradores

Os administradores sempre andava num cavalo muito bom, cavalo manga-larga, bem perfumado, de terno, bota. Não podia andar mal arrumado. Tinha que andar bem perfumado. Eles eram metido à besta. Qualquer coisinha falava: - Te passo o chicote! Com meu irmão de Santa Lúcia [o irmão mais velho de LM, 94 anos, ainda está vivo] aconteceu que o administrador queria a nossa casa pra família dele, que tinha todo o conforto, mas foi a minha família que fez. Então, ele [irmão de LM] era meio espinhado, qualquer coisinha ele tocava briga. Então, o administrador ia nele. O administrador batia sim, quando via que o cara era um coitado, porque tinha gente que apanhava e ficava calado. Os italianos que conseguiram chegar a administrador estavam sempre a favor do patrão. Eles não queria perder a colocação deles, né! E o patrão ficava de olho pra saber se eles tavam executando certo. Tinha muitos administradores italianos por aqui, mas eles faziam do jeito que o patrão queria. Não ajudava [os patrícios] em nada não. Não tinha jeito, né! Mas, tinha que falar o português.

## Como plantar o café

Na Itália o meu pai plantava trigo. Aqui era o administrador que ensinava a plantar o café. Era quatro caroço em cada cova. A cova era 40x40x40x40. Era quatro caroço em cada canto da cova. A cova era quadrada, sete palmos pra cima. Quando o café chegava aqui [mostra a altura] aí você abria os palmos e ele saía. Hoje não usa mais esse sistema.

## **As casas nas colônias**

As casas dos fiscais sempre era perto da casa do administrador. As casas [dos colonos] eram todas misturadas nas fazendas. É família grande? Quantos vão pra roça, cinco, seis? Então, você pega a casa tal, número tal. É família pequena? Então, você pega a casa tal. A de família pequena só tinha dois quartos e a de família grande tinha quatro ou cinco quartos. Era uma porcaria. A casa era coberta com galho de coqueiro, enchia de rato dentro. O piso era de terra batida, não tinha piso, era chão. Lá em casa quando chegava de sábado minhas irmã igualava onde tinha buraco, aí jogava cinza por cima da terra úmida. A cinza não deixa a terra colar no pé. Dois dias já não tinha mais nada. Era muito sacrifício! Muito!

## **Os relacionamentos**

Nós brincava com os meninos dos espanhóis. O italiano às vezes se dava melhor com o espanhol do que o próprio italiano. Então, quando falava calabrês e espanhol a pessoa procurava ficar meio longe. Os espanhóis também são encrenqueiros e tinha muito espanhol naquela época aqui. Também tinha muito português. A única coisa que não misturava era os nordestinos. Então, os italianos aqui era muita briga com os nordestinos, que vinha aqui pra derrubar as matas. Os negros eram muitos discriminados. O negro ainda no meu tempo quando eu era criança, eles passava perto da gente, cumprimentava e tirava o chapéu. Ainda no meu tempo quando eu tinha dez ou doze anos. Os negros trabalhava mais como camaradas: cortar capim, puxar esterco pra lavoura. Toda fazenda tinha uma casa só pra camarada.

## **A falta de escolas nas fazendas**

Todo mundo era analfabeto. Eu comecei a ir pra escola em 1932, que eu tava com sete anos. Aí chegou os mineiros e botaram fogo na escola. Aí uma irmã minha me levou pra fazenda do Bento de Abreu<sup>81</sup>, que era ele que mantinha a escola. Então, eu fui pra lá. Depois de um ano é que autorizou criança da fazenda ir pra escola em Santa Lúcia. A escola era muito boa, viu! Nas fazendas não tinha escola. A Usina Santa Cruz começou a fazer colônia e escola, e mandava a perua ir buscar a criança todo dia.

## **O desejo de voltar à pátria**

Todo italiano que veio [para o Brasil] tinha a intenção de voltar, mas não arrumava dinheiro nem pra pagar o armazém, como ia arrumar dinheiro pra voltar? Daqui pra lá ninguém pagava não. O meu avô, pai do meu pai, foram pegar ele pra baixo de Araraquara, lá quase no rio Jacaré. Disse que ia indo pra Itália!

---

<sup>81</sup> Bento de Abreu Sampaio Vidal foi importante político de Araraquara nos anos 1900.



Lavador e terreiros

Fazenda “Andes” – localizada a 15 km das Estações de Araraquara e Fortaleza

Proprietário – Major Dario Alves de Carvalho

Fonte: Álbum de Araraquara 1915 (FRANÇA, 1915, p. 251)



Carreador

Fazenda “Atalaia” – localizada em Santa Lúcia – SP

Proprietária – D. Herminia Ferraz Borba

Fonte: Álbum de Araraquara 1915 (FRANÇA, 1915, p. 177)

### CAPÍTULO III – POBRES DIGNOS: CONFLITUOSAS RELAÇÕES DE TRABALHO

*(...) quelli che possano vivere discretamente stanno molto bene in Itália, come voi cari figli vi dico come padre: state bene in Itália, non state credere a quelli che dice bene della Merica sono tutti imbroglioni che hanno rovinato tante famiglie (...)*

*Trecho da carta de Ângelo Piovesan destinada ao seu filho em Milão-Itália (22 de junho de 1889)<sup>82</sup>*

No decorrer dos capítulos I e II, tive a oportunidade de demonstrar que os imigrantes vindos para o Brasil entre o final do século XIX e início do XX eram camponeses que tinham o centro de suas vidas no trabalho e na terra. Quando aqui chegaram dirigiram-se, principalmente, para as fazendas de café do Estado de São Paulo. Nas fazendas, executavam tarefas específicas de acordo com o contrato de trabalho.

Mas, para compreendermos as relações de trabalho entre proprietários e imigrantes torna-se importante fazer algumas considerações a respeito das relações paternalistas<sup>83</sup> que orientavam a classe senhorial antes da abolição e cujo funcionamento foi perdendo intensidade durante a imigração em massa, apesar de persistir regras paternalistas no comando dos trabalhadores.

Slenes (1997) definindo a classe senhorial no período da escravidão traça um perfil do paternalismo:

*(...) uma classe que brande a força e o favor para prender o cativo na armadilha de seus próprios anseios. Dentro de certos limites, os senhores estimulam a formação de laços de parentesco entre os seus escravos e instituem, junto com a ameaça e a coação, um sistema diferencial de incentivos no intuito de tornar os cativos dependentes e reféns de suas próprias solidariedades e projetos domésticos (p. 236).*

O paternalismo seria, então, um meio de controle social, o qual se impunha a ideologia da troca de favores e deveres entre senhores e escravos. Enquanto os primeiros

<sup>82</sup> Franzina (1994, p. 177-178). Tradução: Aqueles que estão bem na Itália, como vocês, meus filhos, não devem deixa-la, digo-lhes isto como pai, não acreditem naqueles que falam bem da América, porque são todos embrulhões que arruinaram muitas famílias.

<sup>83</sup> Ampla literatura já tratou deste tema e não é necessário recapitula-lo detalhadamente.

davam proteção e subsistência, os segundos deveriam obediência e fidelidade. Resumidamente falando era um sistema de controle e cooptação. Esse tipo de sistema permite compreender, por exemplo, porque os trabalhadores ignoram as greves. A título de exemplo, Slenes (1997) compara três mudanças nas relações de produção entre a escravidão e o regime de trabalho do colonato:

A primeira mudança diz respeito às casas dos trabalhadores (...). Na época escravista, era comum nas grandes propriedades tanto no Vale do Paraíba quanto no Oeste Paulista, as senzalas se localizarem logo atrás ou ao lado da casa grande, em volta do 'pátio', ou terreiro de café. (...) Quando chegaram os imigrantes, pelo menos alguns fazendeiros tentaram alojá-los em antigas senzalas. Os colonos, no entanto, não gostaram (...) e insistiram em mudanças. (...) Nos anos iniciais do colonato, havia fazendeiros que mandavam construir [as] moradias bem próximas da casa grande (...). Mas tarde, os fazendeiros acataram a preferência dos imigrantes (cujo interesse também era ficar mais próximos a seus cafezais) e afastaram a 'colônia' da casa grande. (...) não mais [temiam] a fuga dos colonos na 'viagem' entre sua casa e o campo (...). A segunda mudança (...). No regime de parceria e em particular no colonato, as decisões sobre a alocação e divisão do trabalho eram tomadas em grande parte na unidade doméstica do trabalhador, ao contrário do que era no escravismo. (...) A terceira mudança (...). No assédio às mulheres *escravas*, os senhores podiam oferecer a liberdade ou, alternativamente, a estabilidade na fazenda com prêmios menores (...). Com as mulheres *livres*, pertencentes as famílias que migravam freqüentemente entre as fazendas, não funcionava mais nem a letra morta da alforria, a promessa de estabilidade com prêmios, a ameaça de expulsão com separação da família (...) (SLENES, 1997, p. 284-288).

Apesar de persistir ainda no regime de trabalho do colonato, porém, diferente de como acontecia na escravidão, as relações paternalistas foram perdendo intensidade à medida que a grande imigração se tornou realidade e a mobilidade dos trabalhadores era freqüente. Conseqüentemente, boa parte deste controle foi perdendo seu sentido como "armas de domínio"<sup>84</sup> e os proprietários tiveram que se adaptar a nova situação.

No entanto, regras paternalistas persistiram no controle dos horários de trabalho assim como até nas horas de repouso e lazer, além de limitar a liberdade de ir e vir dos trabalhadores. Embora acostumados com uma vida de privações e muito trabalho, os camponeses italianos tinham em sua pátria um certo grau de liberdade. Ao chegarem nas fazendas eles conheceram um mundo fechado, sujeito a leis próprias, auto-suficiente,

---

<sup>84</sup> Slenes (1997, p. 287).

impenetrável. Não era permitido, por exemplo, nem o envio e nem o recebimento de uma carta sem autorização do dono (TRENTO, 1989, p. 48 e 111). Monsma e Medeiros (2005, p. 170) referindo-se as regras paternalistas impostas pelos fazendeiros assinalam que “esta situação gerava conflitos a respeito dos *limites* das obrigações dos trabalhadores e da autoridade dos fazendeiros e administradores”. Em muitas fazendas não havia igreja, escola e assistência médica. Para as famílias que residiam na zona rural de Araraquara, por exemplo, Corrêa (1975, p. 216) assinala que, “a educação para as crianças era um problema difícil, pois não havia escolas”. Por outro lado, acrescenta a autora, o colono considerava os filhos como uma mão-de-obra “que não podia ser dispensada sendo para eles [os pais] mais útil em determinado momento a presença da criança, dando a colaboração do seu trabalho” (...) (p. 216).

A seguir mostro um processo criminal que sugere a forma como era tratado o colono, cujo proprietário, habituado a comandar escravos, não abdicava da sua mentalidade escravocrata, praticando ou mandando os seus capangas praticar abusos, sobretudo a violência física. Aliado a isso, o processo também sugere solidariedades e hostilidades entre os imigrantes.

(...) que em um dia do corrente mez, por volta das cinco horas da tarde, vio elle depoente os querellados<sup>85</sup> amarrados e feridos, dentro de um carro de carga (...); explicando o jeito porque veria amarrados os italianos Manzolli: disse que vio por uma fresta do carro um delles sentado e outro deitado, amarrados em n'outro pela perna e um braço, isto é, perna de um ligava ao braço do outro.<sup>86</sup>

Este trecho faz parte do depoimento do italiano Marino Giovanni, 25 anos, casado, empreiteiro de obras. A violência a qual se refere ocorreu no dia 7 de março de 1893, com os trabalhadores agrícolas italianos Carlos Manzolli, 31 anos, casado, alfabetizado, e seu irmão Antonio Manzolli, 23 anos, solteiro e analfabeto, empregados do sítio Ressaca, situado

---

<sup>85</sup> Querelado significa acusado.

<sup>86</sup> APHRT, criminais, P. 1893-1, sem número. Depoimento prestado ao juiz.

em Rincão, comarca de Araraquara. Era proprietário do sítio o brasileiro João Caetano de Sampaio, 55 anos, casado, fazendeiro de muitas posses e poder, cuja família foi fundadora do povoado de Rincão.

Com a intenção de romper o contrato de plantação de café<sup>87</sup> que havia firmado com Carlos Manzolli, João Caetano dirigiu-se ao sítio Ressaca acompanhado de seu genro e quatro “companheiros”, para comunicar a decisão, conforme consta no seu depoimento prestado ao delegado:

(...) que hontem sete do corrente as doze horas do dia mais ou menos elle depoente foi a caza de um colono Antonio Manzolli e Carlos Manzolli, para (...) assertar seus negócios de serviços visto que hia entregar a fazenda para seu genro Luiz Caetano de Sampaio e não queria mais ter responsabilidade de serviço, visto que correria tudo por conta de seu genro (...)<sup>88</sup>

Carlos Manzolli e sua família estavam no sítio há quase dois anos e devido as duras condições de vida ele já havia manifestado a intenção de terminar o contrato com João Caetano, mas desistiu da idéia e resolveu cumpri-lo. Na conversa que teve com João Caetano no dia do conflito, Carlos disse

(...) que em setembro do anno passado pretendia terminar o contrato ahinda lhe era conveniente aceitar o pedasso de terra offerecido, mas que este anno não era a mesma couza que o anno passado visto como elle trabalhou e não recebeu o único vintém de seu trabalho, dado em pagamentos, sendo o último feito em maio de noventa e dois; disse mais que quando na conversação fallava sobre o meio de resolver o contracto; disse ser favorável a ambos (...)<sup>89</sup>

Porém, a conversa entre os dois foi tomando outro rumo, como relata Carlos:

(...) Joaquim Alferes, Antonio de Camargo e Manoel Rapozo, disserão que estava muito alterado e tinha perdido o respeito ao patrão e que nunca tinham visto homem assim, ao que elle offendido respondeu que se o patrão contasse a estória direito aos presentes não seria favorável a um e a outro, havião de ver de que lado estava a razão; que nessa occazião levantou-se João Caetano de punho serrado ameaçando-o e ferozmernte a dar-lhe: que a vista deste inçulto entra elle offendido no quarto,

<sup>87</sup> Suponho ser o “contrato de formação”, o qual já foi discutido na última parte do capítulo II.

<sup>88</sup> APHRT, criminais, P. 1893-1, sem número.

<sup>89</sup> APHRT, criminais, P. 1893-1, sem número. Depoimento prestado ao delegado.

pega de uma garrucha e chegando a porta previne ao grupo de João Caetano que ali não era lugar de barulho (...).<sup>90</sup>

O irmão de Carlos, Antonio Manzolli, tentando ajudá-lo, se envolve no conflito mas sofre violentas agressões, conforme consta na sua declaração:

(...) dirigiu-se para o quarto onde estava seu irmão Carlos cercado por João Caetano de Sampaio, Luiz Caetano de Sampaio e Joaquim Felix, que ia chegando, ainda em defesa de seu irmão que estava sendo seguro pelos já citados, segurou pela guela a Luis Caetano que batia no irmão delle offendido e depoente; que num acto continuo aproximava-se Antonio de Camargo e Manoel Raposo sendo que (...) o primeiro, deu-lhe tam forte cassetada que pos por hora surdo, nesta segunda por Manoel Rapozo e não podendo suportar as pancadas nem defender seu irmão a vista do número de individuos que ali estão e se lhe opunhão como sendo perseguido por Luis Caetano que deu-lhes diversas cassetadas que lhe foi fortíssima, amarrando-o em seguida (...).<sup>91</sup>

Neste processo, as prováveis vítimas, Carlos e Antonio Manzolli, foram classificados como réus, o agressor e/ou mandante João Caetano, foi considerado vítima e dois dos seus “companheiros” fazem parte do rol das testemunhas. Após o conflito, João Caetano e seus “companheiros” amarraram e prenderam os dois italianos num carro de carga e os levaram à Delegacia de Polícia, registrando uma “queixa” contra os dois irmãos alegando tentativa de assassinato, a qual foi acatada pelo delegado que provavelmente era amigo do fazendeiro.

No rol das testemunhas constam os depoimentos de: Benedito Junior dos Santos, brasileiro, comerciante, e José Duarte, português, trabalhador avulso, que por “ouvir dizer” foram favoráveis à “vítima”; Manoel Jacinto Raposo, português e Joaquim Felix, brasileiro, que tomaram parte no conflito, contaram suas versões, incriminando Carlos e Antonio Manzolli; os italianos, João Baptista Contiero, oleiro, Domingos Malaguete e Lino Pagonelli, empregados na lavoura, não quiseram se envolver no conflito, mantiveram-se imparciais; o único que foi solidário aos dois irmãos foi o italiano Marino Giovanni, cuja parte do depoimento abre este caso.

---

<sup>90</sup> Idem.

<sup>91</sup> APHRT, criminais, P. 1893-1, sem número. Depoimento prestado ao delegado.

O processo analisado sugere uma forte divisão entre italianos e brasileiros, assim como entre italianos e portugueses. Infelizmente o escrivão não registrou a região de procedência dos italianos, e temos apenas uma testemunha, entre quatro que depuseram, que mostrou a sua solidariedade aos irmãos Manzolli.

O juiz julgou improcedente a “queixa” contra Luiz Manzolli. Quanto a Carlos, aguardou o julgamento na prisão mas foi absolvido.

A violência e a coação por parte dos fazendeiros faziam parte da vida rural, às vezes para manter colonos nas fazendas, para abafar greves e desordens intermitentes e, principalmente, para lembrar à população trabalhadora quem controlava os meios para exercer a violência. Os imigrantes estavam à mercê dos proprietários das fazendas, e estar subordinados a tais homens não era o mais feliz dos destinos, principalmente porque a estrutura da vida rural restringia-se ao poder que os fazendeiros exerciam sobre os seus colonos (HALL, 1989).

Porém, essa repugnante situação de opressão foi mudando de intensidade com o passar dos anos, como afirma Holloway (1984)

Após os primeiros anos do século XX, diminuíram os relatos de brutalidades cometidas por capangas, à medida que, incentivos concretos cada vez mais substituíram os vestígios do coercitivo sistema de escravidão (...). Havendo variedade de salários e condições de trabalho, ocasional escassez de mão-de-obra, contínua mobilidade de força de trabalho, as pressões econômicas influíram mais do que as legais no atenuamento do controle que os fazendeiros efetivamente exerciam sobre seus colonos (p. 157).

No entanto, os irmãos Manzolli encontraram no sítio Ressaca o que Holloway (1984, p. 157) denominou de “maus empregadores”, que eram aqueles “que concediam poucas vantagens, usavam capangas para garantir sua vontade arbitrária, e com freqüência deixavam de pagar os salários por inteiro e na data certa”. Em suma, o caso sugere que além das duras jornadas de trabalho os trabalhadores ainda eram vítimas da violência física, que

segundo Hall (1989), “era um componente fundamental do sistema”, além da violência moral e econômica.

As relações de trabalho causaram muitos conflitos. Muitas por supostos descumprimentos dos contratos, provocações, dispensas por justa causa eram pretextos que os proprietários das fazendas encontravam para diminuir o ganho do trabalhador (DEAN, 1977, p.172-173). Ocorria também que “a fazenda com frequência era um enclave de jurisdição particular, onde o fazendeiro agia como juiz e fazia cumprir as leis com a ajuda de pistoleiros” (p. 173), sua autoridade era suprema. Outras causas de conflitos se davam por roubos nas medidas de café, e “casos de espancamentos, assassinatos, estupros e perseguições eram comuns” (ALVIM, 1986, p. 102).

Os casos de protestos dos trabalhadores do café expressavam-se nas exigências de salários ou greves. As reclamações iam se difundindo pelas casas das colônias, pelas vendas, e se espalhavam por toda a fazenda causando grande inquietação, principalmente no começo da colheita do café, período em que os fazendeiros estavam mais vulneráveis. Às vezes obtinham sucesso, às vezes fracassavam. Mas as reclamações não passavam do espaço circunscrito a cada fazenda e tinham curta duração, pois os contatos com o mundo fora da fazenda eram estritamente vigiados (HOLLOWAY, 1984, p. 159; HALL, 1989).

Vimos que o paternalismo era um importante meio de controle usado pelos proprietários de terra, mas com o tempo foi perdendo intensidade. As fazendas, no entanto, caracterizavam-se pela mistura de etnias. Além dos nacionais havia italianos, portugueses, alemães etc., todos conservando sua própria identidade étnica, lingüística, cultural e religiosa. Então, como minar a capacidade de solidariedade entre os grupos e provocar a desunião entre eles para assegurar o controle da situação e a manutenção do poder? A solução era se valer das divisões entre os imigrantes. Holloway (1984, p. 160) e Trento (1989, p. 114) afirmam que ao contratar os serviços dos trabalhadores na Hospedaria dos Imigrantes, não era raro que

alguns fazendeiros fizessem uma seleção de acordo com a nacionalidade e região valendo-se dos diferentes costumes e dialetos como um meio de reduzir as chances de solidariedade, cooperação e ação coletiva. Nas colônias separavam os trabalhadores em grupos dispersos de casa tirando proveito das hostilidades regionais e nacionais. Trabalhadores que reclamavam das condições ou recorriam ao apoio dos seus companheiros, podiam ser expulsos pelos capangas, uma vez que quase todas tinham seu próprio bando encarregado de executar as vontades dos fazendeiros. Neste caso, era preferível para os proprietários perder a mão-de-obra do que reter na fazenda um trabalhador que poderia por em risco a rotina da fazenda e as regras a serem seguidas. (HOLLOWAY, 1984, p. 160; TRENTO, 1989, p. 114; HALL, 1989).

Porém, a própria organização das fazendas, influiu para o não aparecimento de movimentos reivindicatórios, politicamente calcados nos movimentos operários da zona urbana.<sup>92</sup> A imprensa não noticiava regularmente conflitos trabalhistas referente as fazendas, por exemplo, na fazenda Santa Gertrudes, objeto de estudo de Dean (1977, p. 170), nenhum conflito trabalhista foi registrado pela imprensa. O autor destaca que, “os incidentes, de fato, não eram considerados dignos de nota”. Cabe observar, que em Araraquara mesmo nos casos considerados mais graves como alguns constatados nos processos criminais, conflitos seguidos de morte, o máximo registrado pela imprensa era uma pequena nota do dia do julgamento sem nenhum detalhe específico.

Mas a falta de politização dos trabalhadores não impediu que houvesse greves. Trento (1989, p. 115) afirma que, “entre os anos de 1890 e 1913 houve dezenas delas, e de

---

<sup>92</sup> Cabe ressaltar que, nas fazendas também não havia a formação de associações de mútuo socorro muito comum nas zonas urbanas. Em Araraquara, por exemplo, existia desde a década de 1900 duas associações: A *Società Italiana di Beneficenza* e a *Società Italiana de Mutuo Soccorso*, que na década de 1920 se uniram formando a *Società Italiani Uniti*. Os estudos a respeito dessas associações ainda são muito escassos, o que permite a oportunidade de estudá-las num futuro trabalho de doutorado, para entender a outra face do imigrante italiano.

1913 (ano em que o Patronato Agrícola<sup>93</sup> começa a registrá-las) a 1930 foram mais de uma centena”. Essas greves geralmente tinham sempre os mesmos motivos: o não pagamento de salários; tentativas de reduzir salários; ou multas pesadas arbitrárias. Entretanto, os resultados foram considerados negativos. Nestes casos, a ajuda generosa da força pública aos fazendeiros imperava contra os trabalhadores. Porém, Holloway (1984, p. 163) acentua que os colonos de Ribeirão Preto no ano de 1912 “exigiram e obtiveram salários mais altos, mas nenhum aumento estava prometido quando os novos contratos foram assinados, no início de 1913”.

Em tais circunstâncias, a quem recorrer se os fazendeiros solicitavam a intervenção da polícia e do Patronato Agrícola que lhes dava ganho de causa? Em favor dos colonos estava o consulado italiano, o único recurso que os trabalhadores agrícolas tinham para não serem lesados. Porém, assinala Holloway (1984, p. 165), “O Patronato Agrícola fora criado para manter os cônsules fora das disputas e para reduzir o material que resultava em publicidade negativa”.

Diante de tantos obstáculos, os trabalhadores “se deslocavam seguidamente para outras fazendas ou para os centros urbanos (quando não se repatriavam) em busca de melhores oportunidades de trabalho” (TRENTO, 1989, p. 114-115). Essa mobilidade geográfica se fez sentir até “vinte anos depois das tentativas para rebaixar salários de 1903”, como constata Holloway (1984), mencionando como exemplo a fala de Carlos Leôncio Magalhães, dono de uma vasta propriedade perto de Araraquara que “censurava a desorganização do mercado de trabalho produzida pela escassez crônica de mão-de-obra” (p. 154). Dizia ele no final da colheita de 1923 aos fazendeiros:

---

<sup>93</sup> De acordo com Beiguelman (1968, p. 119), “pela lei n. 1299-A, de dezembro de 1911 (gestão Albuquerque Lins) cria o Patronato Agrícola ‘destinado a auxiliar as execuções das leis federais e estaduais no que concerne à defesa dos direitos e interesses dos operários agrícolas’ (artigo 1º) no sentido de ‘resolver, por meios suasórios, quaisquer dúvidas que porventura surjam entre os operários agrícolas e os seus patrões’ (artigo 3º, I). Pelo decreto n. 2214 de 15 de março de 1912 era aprovado o Regulamento para a execução da referida lei (...)”.

os colonos todos de São Paulo avisam aos seus patrões que vão sair, como fazem anualmente; e os patrões, ou melhor, os administradores das fazendas, se alarmam e sugerem aos fazendeiros que é melhor pagar mais do que ficar sem colonos; e estes, salvo raras exceções, concordam (HOLLOWAY, 1984, p. 154).

De fato, no fim de cada ano agrícola os trabalhadores abandonavam as fazendas e isso provocava uma instabilidade de mão-de-obra para os fazendeiros. Na perspectiva do colono a mobilidade era mais uma alternativa de ação à procura de melhores condições e certamente uma forma de resistência aos abusos e maus-tratos dos proprietários. Apesar de serem os “pobres do campo”, como expressa Alvim (1998), despolitizados, socialmente inferiores, economicamente impossibilitados de fazer frente aos fazendeiros, eram assalariados livres e podiam fazer suas opções.

Em síntese, os imigrantes italianos responderam de diversas maneiras à sua situação, agindo individualmente ou em pequenos grupos, agredindo ou assassinando autoridades das fazendas (HALL, 1989), tentando impedir os padrões de conduta impostos para eles [imigrantes italianos] pelos detentores do poder, que mantinham um controle severo e brutal.

Buscando compreender quais os valores orientavam uma conduta violenta nos conflitos cotidianos das fazendas de café da comarca de Araraquara entre o final do século XIX e início do século XX, na interação dos imigrantes italianos com a própria etnia e com etnias distintas destacando principalmente os italianos oriundos de diferentes regiões da Itália, privilegiou-se aqui processos criminais que tratam de questões de trabalho entre as autoridades das fazendas, por um lado, e seus subordinados, por outro, enfatizando, portanto, as chances de solidariedades entre as etnias nas ações individuais. Vale ressaltar, que ao priorizar as ações individuais não fiz por acaso mas baseada nas análises dos processos. Tudo indica que nas fazendas de café da comarca de Araraquara não existiram movimentos organizados verificando-se apenas ações de cunho individual que tinham o apoio da família. Desse modo, procurei examinar os processos criminais que tratam das greves dos colonos;

dos conflitos nos cafezais; da desobediência a ordem do patrão; e conflitos entre italianos e afro-brasileiros, e entre italianos e brasileiros brancos pobres. Os conflitos que veremos a seguir são caracterizados por insultos de ordem material relacionados a questões de trabalho e tomam proporções que atingem a moral e dignidade particularmente dos subordinados. Também veremos conflitos de ordem racial. Conseqüentemente os desfechos estão ligados ao que cada envolvido considera como justo. Nessa situação é possível dizer, que cada imigrante ou grupo de imigrantes pensa e percebe a violência, seja ela material ou simbólica, segundo sua posição no interior das relações sociais, onde essa violência é apreendida através do *habitus* (BOURDIEU, 1983). É importante ressaltar que os processos criminais representam somente uma parte dos conflitos, porque muitos casos foram resolvidos no espaço circunscrito das fazendas e nunca chegou ao âmbito da justiça principalmente quando eram cometidos pelos administradores e fazendeiros.

### 3.1 As greves

A seguir veremos dois casos de greves que envolvem trabalhadores agrícolas italianos, cujo significado se traduz como forma de resistência na luta por melhores salários para obtenção dos meios de sobrevivência.

(...) no dia vinte e quatro de corrente [julho] pelas onze horas do mesmo dia vieram diversos colonos da fazenda, entre Garrafini Achille, Corsi Pietro, Corsi Domingos, Garraffini Paulo, Pichinelli Pasqualli, reclamar que a colheita do café fosse feita por preço maior d'aquelle que antes havia o administrador estipulado; que o offendido para manutenção da ordem da fazenda, e mesmo não achando razoável a reclamação dos colonos manteve-se o preço já dado; fazendo por esse motivo os referidos colonos uma greve formando-se em grupos pela colônia (...)<sup>94</sup>

O trecho acima faz parte do depoimento prestado ao subdelegado de polícia, no dia 25 de julho de 1898, da vítima – Antônio Amâncio de Souza -, brasileiro, 26 anos, casado,

---

<sup>94</sup> APHRT, criminais, P. 1898-4, sem número.

administrador da fazenda Cafelândia, situada no bairro do Chibarro em Araraquara. Poucos dias depois ele faleceu. O Auto de Corpo de Delito determinou como causa da morte vários ferimentos produzidos por arma de fogo e instrumento cortante como informa o perito:

O da região das nádegas foram produzidos por trinta e seis caroços de chumbo, de diversos tamanhos; os da região lombal são igualmente produzidos por sete caroços de chumbo, e quatro pequenas solução de continuidade produzida por instrumento cortante (...) <sup>95</sup>

Tudo começou na manhã do dia 24 de julho, por volta das onze horas, quando alguns colonos da fazenda Cafelândia, cujos proprietários eram Schiuz & Ernest, se reuniram na frente da casa do administrador em protesto ao valor do salário pago pela colheita do café. Entre eles estavam os italianos Pietro Corsi, natural de Laterina-Toscana, 56 anos, casado, analfabeto; seu filho, Domenico Corsi, natural de Loro-Ciuffenna-Toscana, 20 anos, solteiro, alfabetizado; Achilo Garrafini, natural de Perugia-Umbria, 32 anos, casado, analfabeto; seu irmão, Paolo Garrafini, natural de Reggio-Calábria – Calábria, 30 anos, solteiro, analfabeto; e, Pascoal Pichineli, natural de Reggio-Calábria – Calábria, 41 anos, casado, alfabetizado.

Diante da casa, elegeram Pietro Corsi para representá-los e conversar com o administrador. De acordo com o relato da testemunha Sétimo Fani, natural da Toscana-Itália, 36 anos, casado

(...) a reclamação pelo pagamento do café colhido foi feita porque tinha o proprietário da fazenda no contrato que fiseram na Imigração com os colonos se comprometido a pagar-lhes seiscentos reis por alqueire de café, constou-lhes que elle só pagaria quinhentos e por isso foram os chefes das famílias saber do administrador se o contrato seria ou não cumprido (...) <sup>96</sup>

Pietro Corsi, ao expor as reclamações para Antonio Amâncio – o administrador -, foi tratado com muita hostilidade e como resposta ouviu muitos insultos. Então, não obtendo resultados o colono afastou-se.

---

<sup>95</sup> Idem.

<sup>96</sup> APHRT, criminaes, P. 1898-4, sem número. Depoimento prestado ao juiz.

Porém, o clima de agitação tomou conta dos colonos e causou uma certa desconfiança em Antonio Amâncio, como declara Emilio Strasser, brasileiro naturalizado, 36 anos, casado, alfabetizado

(...) Disse que mais ou menos às nove e meia horas da noite de vinte e quatro de julho findo na casa de negócio que ele depoente tem em terras da fazenda Cafelândia um pouco distante da colônia estivera o offendido que é administrador da fazenda, em companhia de Gastão Lauckner; que em conversa com o offendido este contava que esperava uma greve por parte dos colonos (...)<sup>97</sup>

Ao retornar para a colônia, a caminho da sua casa, em companhia de Gastão Laukner, engenheiro mecânico da referida fazenda, Antonio Amâncio encontrou, próximo a uma porteira na entrada do terreiro, os colonos Pietro Corsi, Domenico Corsi, Achilo Garrafini, Paolo Garrafini e Pascoal Pichinelli, todos armados com faca e espingarda. Ao se aproximarem dos colonos, Gastão Lauckner e Antonio Amâncio, com “bons modos” tentaram desarmá-los, mas o grupo foi se aproximando e o conflito culminou, como constatado na declaração de Antonio Amâncio

(...) nessa occazião Corsi Pietro deu diversos empurrões no administrador e travou-se uma pequena lucha, entre elle offendido e colonos, quando ao chegar a parede de uma das cazas de colonos, o offendido com o auxílio da parede e encostando-se a esta conseguiu com grande esforço escapar-se do grupo; que logo depois dessa lucha e elle depoente chegando-se ao pé de um carro que se achava próximo ao lugar do conflicto, percebeu que um vulto o perseguio, houvido logo um tiro de espingarda e sentiu que os chumbos tinham lhe atingido (...)<sup>98</sup>

Neste conflito o único processado foi Pietro Corsi, que assumiu a autoria do crime alegando legítima defesa e livrando os seus companheiros da culpa pelo assassinato, ressaltando apenas que fizeram parte da greve. Quanto aos outros, todos reconheceram que a arma do crime pertencia a Pietro Corsi e alegaram não ter participado do conflito, inclusive seu filho Domenico Corsi, porém, este acrescentou em seu depoimento que também tinha visto o administrador armado e não sabia a origem dos tiros. Por outro lado, o calabrês

<sup>97</sup> APHRT, criminais, P. 1898-4, sem número. Depoimento prestado ao juiz.

<sup>98</sup> APHRT, criminais, P. 1898-4, sem número. Depoimento prestado ao sub-delegado.

Pascoal Pichinelli acrescentou à sua declaração que, “(...) sabe que existiam um grupo de colonos em greve (...)”<sup>99</sup>, ou seja, desse grupo ele não fazia parte, tentando, então, se eximir de qualquer envolvimento.

No rol das testemunhas fazia parte oito declarantes, todos residentes na fazenda Cafelândia, das quais dois eram alemães (brasileiros naturalizados) e em seus depoimentos se mostraram solidários ao administrador; dois eram brasileiros nascidos em Araraquara, que se mantiveram indiferentes tanto a Pietro Corsi quanto a Antonio Amâncio; um deles era italiano, natural de Torre De’Negri-Lombardia, 24 anos, maquinista da fazenda, alfabetizado, que declarou ter visto apenas Achilo Garrafini, mas não sabia quem teria sido o autor dos disparos contra o administrador, acrescentando também que, “o administrador da fazenda é homem de bons costumes e muito pontual nos seus pagamentos aos colonos”<sup>100</sup>, além de ter ido visitá-lo no dia seguinte ao conflito; as três últimas testemunhas eram da mesma família (marido, mulher e filha) de italianos, precedentes da Toscana, e foram unânimes em declarar que

(...) chegando à porta [da casa em que morava] viu quando o administrador disse ao mechanico que atirasse, ouviu os tiros que este deu e viu mais o administrador dar tiros (...) <sup>101</sup> que o administrador da fazenda era muito mau para os empregados e pior do que elle era o proprietário della; que nessa fazenda costumavam espancar os colonos (...) <sup>102</sup>

Pietro Corsi teve a sua prisão decretada até o julgamento do processo, mas conseguiu ser absolvido.

Este caso ocorreu justamente num período em que a mão-de-obra estrangeira era abundante para os fazendeiros. Holloway (1984, p. 150) afirma que na década de 1890 havia “fartura no mercado de trabalho e o fazendeiro desfazia-se dos mais exigentes (...)”.

---

<sup>99</sup> APHRT, criminais, P. 1898-4, sem número. Depoimento prestado ao sub-delegado.

<sup>100</sup> APHRT, criminais, P. 1898-4, sem número. Depoimento prestado ao sub-delegado.

<sup>101</sup> APHRT, criminais, P. 1898-4, sem número. Depoimento prestado ao juiz, de Margarida Fani, 57 anos, mulher de Sétimo Fani.

<sup>102</sup> APHRT, criminais, P. 1898-4, sem número. Depoimento de Sétimo Fani, prestado ao juiz.

Ocorria que, “quem tinha tomado colonos por salários altos desfazia-se deles, e ia buscar outros para substituir os que não se sujeitavam à redução” (p. 150). Isto em grande parte porque os salários ainda estavam relativamente altos.

Enquanto a mão-de-obra era farta para o trabalho na lavoura, a queda nos preços do café no mercado internacional abalou fortemente a economia brasileira, que dependia em grande parte das exportações do produto. Fausto (1996, p. 260) afirma que, “a extensão das plantações de café no início da década resultaram em grandes colheitas em 1896 e 1897”. Conseqüentemente, o aumento da oferta do café no mercado internacional provocou a queda do preço e uma redução de moeda estrangeira, que na época era representada principalmente pela libra inglesa.<sup>103</sup>

Os fazendeiros que estavam livres de dívida e administravam bem as suas fazendas conseguiram se manter, mas aqueles que haviam contraído empréstimos estavam em dificuldades devido as altas taxas de juros e conseqüentemente não podiam obter lucros com a expansão das suas lavouras, e tampouco oferecer incentivos na lavoura de subsistência numa ordem competitiva com as lavouras em expansão (HOLLOWAY, 1984, p. 137-138).

Não sei qual era a situação da fazenda Cafelândia naquele momento, mas Corrêa (1975) assinala que a crise atingiu toda a região de Araraquara.

No caso do descumprimento do contrato de trabalho com os colonos, por parte dos patrões da referida fazenda, pode-se supor, então, que ocorreu por dois motivos: ou os proprietários (Schiuz & Ernest) não o cumpriram porque não dispunham do dinheiro necessário para pagar seus salários, ou porque devido a abundância de mão-de-obra podiam

---

<sup>103</sup> Segundo Fausto (1996, p. 266), “a partir da década de 1890, a produção cafeeira de São Paulo cresceu enormemente, gerando problemas para a renda da cafeicultura. Esses problemas tinham duas fontes básicas: a grande oferta do produto fazia o preço baixar no mercado internacional; a valorização da moeda brasileira, a partir do governo Campos Sales, impedia a compensação da queda de preços internacionais por uma receita maior em moeda nacional. As receitas das exportações eram pagas aos produtores e intermediários em moeda nacional. Se, em números imaginários, o preço da saca de café caísse de trinta para vinte libras esterlinas e a moeda brasileira se desvalorizasse na mesma proporção, os cafeicultores receberiam, em moeda nacional, o mesmo valor que obtinham antes da queda de preço no mercado internacional. E vice-versa, se a queda de preço fosse acompanhada de uma valorização da moeda brasileira, o setor da cafeicultura perderia, tanto ao vender a mercadoria a preço internacional mais abaixo como ao trocar libras por uma quantidade inferior de mil-réis”.

substituir os trabalhadores por um salário reduzido. No entanto, cabe ressaltar que durante a colheita sempre foi mais difícil encontrar novos trabalhadores.

No que se refere a atitude autoritária e arbitrária do administrador quanto aos insultos dirigidos à Pietro Corsi e por ser “mau para os empregados” como disse Sétimo Fani em seu depoimento, era uma prática comum que vinha desde a escravidão e até àqueles dias se perpetuava assim como certos tipos de repressão registrados nos casos de espancamentos praticados contra trabalhadores, inclusive nos colonos da fazenda Cafelândia.

A análise conjunta dos depoimentos aponta uma divisão entre os alemães (brasileiros naturalizados) e os italianos, com exceção do italiano Tama Santos, que supostamente deveria “gostar” do administrador, como ficou demonstrado em seu depoimento. Entre os italianos originários de diferentes regiões da Itália – toscanos, calabreses, umbros e lombardos -, verifica-se que a noção de solidariedade estava ligada ao local de origem, como visto nas declarações dos integrantes da família de toscanos e nos relatos dos calabreses e umbros. Enfim, este caso revela o resguardo de condições morais, que desabrocharam num provável sentimento de vingança<sup>104</sup> desencadeado por insultos.

O processo seguinte narra outro caso de greve, desta vez, pelo desígnio de um mau talhão na colheita do café. O italiano, Antonio Passera, 46 anos, viúvo, alfabetizado e vítima no processo, relata:

Que é colono da fazenda assim como Caetano Ferroni, Ângelo Tonça e Paschoal Veronesi, e como o administrador designou-lhes um mau talhão de cafezal para apanharem café, recusavam-se a isso, porque não podiam ganhar nem um mil réis por dia cada pessoa, e sob esse pretexto ficaram em suas casas, fazendo greve; que então, alli apareceu o administrador Randolpho Nogueira e seus filhos Dermeval e Dirceu, e exigiram com ameaças que os colonos fossem apanhar café nos talhões que lhes foram designados, que então, afim de amedrontar o administrador, lançou declarante as mãos sobre uma espingarda, e com ella apontou para o administrador para ver si assim livrava-se delle e de seus filhos; que então foi elle declarante agredido physicamente pelo administrador e por seus filhos já citados, que lhe causaram os ferimentos que apresenta (...).<sup>105</sup>

---

<sup>104</sup> Para Moore Jr. (1987, p. 38) a “vingança significa retaliação. Também significa uma reafirmação da dignidade e do valor humano (...)”.

<sup>105</sup> APHRT, criminais, P. 1903-4, sem número. Depoimento prestado ao delegado.

Este caso ocorreu na fazenda São João das Cabaceiras, situada em Santa Lúcia, comarca de Araraquara, no dia 3 de junho de 1903, mês da colheita do café, como vimos anteriormente no quadro agrícola. Ao todo eram três famílias de colonos que se recusavam a trabalhar nos talhões determinados pelo administrador da fazenda, sob a alegação de que era um mau talhão, dava poucos frutos e desse modo as possibilidades de ganho eram diminutas.

Na manhã do dia 3 de junho, ao suspeitar que os colonos não iam trabalhar, dado o adiantado da hora, o administrador da fazenda, Randolpho Leite Nogueira, brasileiro, 45 anos, casado, mandou que seus filhos fossem à colônia saber o que se passava. Constatada a suspeita, Randolpho e seus filhos, também brasileiros, e réus no processo, Dermeval de Carvalho Nogueira, 21 anos, casado, alfabetizado; e Dirceu de Carvalho Nogueira, 17 anos, solteiro, alfabetizado, se dirigiram à colônia para “conversar” com os colonos resultando grande conflito, como relata os réus:

(...) que os colonos se mantinham em greve, o que determinou a ida de seu pae a colônia na qualidade de administrador da fazenda, para ver si conseguia por meios brandos terminar a greve que elles faziam (...) <sup>106</sup> os colonos (...) se exasperaram, a ponto de lançar Antonio Passera mão de uma espingarda e apontal-a para seu pae, que teria sido vítima da sanha do colono aggressivo si a espingarda não tivesse negado fogo (...) <sup>107</sup> seu pae (...) mandou chamar Raphael Nery, administrador de uma fazenda visinha para ver si conseguia na qualidade de patricio dos colonos, fazel-os voltar ao trabalho; que nada conseguiu Nery, até que lançando o colono Passera novamente da espingarda, apontou-a para seu pae, momento em que este, elle declarante e seu irmão Dirceu se aproximaram do colono recalcitrante e aggressivo, e lhe produziram as pequenas contusões descriptas no auto de corpo de delicto (...). <sup>108</sup>

Porém, nos depoimentos dos italianos Caetano Perone, 36 anos, casado; Antonio Veronesi, 60 anos, casado; e Paschoal Veronesi, 45 anos, casado; todos trabalhadores agrícolas e testemunhas no processo, a versão é outra. Antonio Veronesi, por exemplo, diz

<sup>106</sup> APHRT, criminais, P. 1903-4, sem número. Depoimento de Dermeval de Carvalho Nogueira prestado ao delegado.

<sup>107</sup> APHRT, criminais, P. 1903-4, sem número. Depoimento de Dirceu de Carvalho Nogueira prestado ao delegado.

<sup>108</sup> APHRT, criminais, P. 1903-4, sem número. Depoimento de Dermeval de carvalho Nogueira, prestado ao delegado.

(...) que, como os colonos não quiseram atender ao administrador este zangou-se e ameaçou-os de pancadas caso não cumprissem a ordem recebida; que então, o colono Antonio Passera pretendeu resistir a essa exigência, tendo sido nessa ocasião agredido pelo administrador e seus filhos, que deram diversas pancadas e lhe produziram os ferimentos que apresenta; que finalmente, o offendido não ameaçou o administrador nem pessoa de sua família, de modo que tendo sido offendido, não justificou esse acto por parte de seus agressores.<sup>109</sup>

Três brasileiros também são testemunhas neste processo. Dois deles; Joaquim Cassiano do Nascimento, 28 anos, solteiro, ajudante do administrador e Eduardo Maurício Pedro, 24 anos, solteiro, jornalista, foram unânimes em afirmar que não viram quando o administrador e seus filhos agrediram Antonio Passera. O outro brasileiro, João Baptista Dantas, 17 anos, solteiro, empregado do cartório, “por ouvir dizer” confirmou o depoimento dos seus compatriotas.

Um fato interessante neste processo foi o pedido de Randolpho para que viesse de uma fazenda vizinha o italiano e também administrador Raphael Nery para na “qualidade de patrício”, tentar convencer os colonos a parar a greve, conforme consta do depoimento do réu Dermeval. O depoimento de Raphael, assim como dos outros italianos também é favorável a Antonio Passera e acrescenta os instrumentos usados na agressão:

(...) que antes dos filhos de Randolpho aproximarem-se deste [Antonio Passera] já Randolpho tinha batido com um cabo de relho<sup>110</sup> em Antonio Passera; que chegando os filhos de Randolpho também bateram em Passera com guasca<sup>111</sup> e com cabo de relho e deram empurrões no offendido; que elle depoente não pode afirmar qual dos réus é autor dos ferimentos constantes do auto de corpo de delicto, que elle depoente conhece há pouco tempo os denunciados, rasão pela qual nada pode diser com referênciã aos precedentes dos mesmos; que o offendido é trabalhador e pacato.<sup>112</sup>

O resultado da contenda deixou Antonio Passera com alguns ferimentos nas costelas e no joelho esquerdo. Quanto ao administrador, faleceu de pneumonia antes da justiça absolver seus filhos.

---

<sup>109</sup> APHRT, criminais, P. 1903-4, sem número. Depoimento prestado ao delegado.

<sup>110</sup> Relho é um chicote de couro torcido.

<sup>111</sup> Guasca é uma tira ou correia de couro cru.

<sup>112</sup> APHRT, criminal, P. 1903-4, sem número. Depoimento prestado ao juiz.

Neste caso vemos que não eram boas as conseqüências tanto para quem designava um mau talhão como para quem recebia para colhê-lo.

Vimos no capítulo II que a colheita do café correspondia a segunda fonte de receita monetária do colono. Para colheita, a família era contratada como uma unidade (assim como ocorria no trato dos cafezais) e por cada alqueire de cinqüenta litros apanhado recebia uma soma fixa. As famílias não ficavam restritas ao seu talhão, ou seja, não tinham que esperar que os frutos do seu setor no cafezal chegassem no ponto de maturação, visto que, o processo de amadurecimento não ocorria simultaneamente em todo cafezal. Todos (trabalhadores disponíveis, mulheres e crianças) iniciavam a colheita no mesmo dia e era a administração que decidia em qual dos talhões podia começar, tudo baseado no grau de maturação dos frutos, porque para obter o máximo de rendimento era preciso esperar que num cafeeiro de um talhão a quantidade de grãos verdes fosse pequena para então colhe-los, e porque os grãos depois de colhidos não continuam no processo de amadurecimento. Assim, as famílias de colonos ganhavam os salários da colheita em qualquer parte da fazenda, sem precisar ficar restrito ao talhão que cultivavam. (HOLLOWAY, 1984, p. 118; SALLUM JUNIOR, 1982, p. 224). O primeiro caso do subtítulo “Os conflitos nos cafezais” ocorrido na fazenda Santa Ernestina irá complementar o entendimento desse processo que geralmente era adotado pela administração das fazendas no serviço da colheita.

Nesse contexto, pode-se dizer que, para as famílias de colonos a colheita do café era o momento onde o fator sorte determinava os seus rendimentos. No caso dos três colonos da fazenda São João das Cabaceiras que protestaram o seu mau talhão fazendo greve, supõe-se, então, que faltou sorte (ou talvez o administrador ao escolher os colonos quisesse beneficiar uns, conseqüentemente prejudicando outros).

Apesar de tudo, os italianos puderam demonstrar a sua solidariedade. Infelizmente não foi possível saber de qual região da Itália os envolvidos no caso eram precedentes porque o escrivão deste processo não registrou.

Vemos que as tensões ocorridas foram expressões da luta pela sobrevivência. Supondo que na contenda houve xingamentos, imposições e humilhações, então o italiano Antonio Passera, ao reagir, evidenciava os seus valores de honra, coragem e valentia. Por outro lado, o administrador o batia com instrumentos – o relho e a guasca – que simbolizavam a submissão, tal qual era aplicado nos tempos da escravidão. Em suma, vimos uma acentuada divisão entre as duas etnias – brasileiros e italianos.

### 3.2 Os conflitos nos cafezais

O caso seguinte relata o trágico fim do fiscal Antonio Fernandes, português, 42 anos, casado, alfabetizado, empregado da fazenda Santa Ernestina, localizada em Matão. Tudo começou no dia 10 de agosto de 1911 no cafezal da referida fazenda conforme relata o italiano Giuseppe Zorrin, 45 anos, casado, trabalhador agrícola, alfabetizado:

(...) tendo o depoente terminado as suas ruas de café, veio ao carreador<sup>113</sup> e foi pegar, como é de praxe as primeiras [ruas] que encontrou, viu então que Paulo já havia pegado duas ruas, então o depoente perguntou-lhe se havia terminado as outras mas, ao que Paulo respondeu que faltavam alguns pés neste momento chega Antonio fiscal da fazenda, que se admirou de ver Paulo com novas ruas então dirigindo-se a este disse: “você já acabou as outras ruas?”; ao que Paulo respondeu pela negativa, então o fiscal obrigou-o a ir terminar as ruas em atrazo e fez outros colonos pegar aquelas ruas apenas começadas (...)<sup>114</sup>

De acordo com a testemunha Constantino Gonçalves, português, 45 anos, casado, trabalhador agrícola, analfabeto, o serviço da colheita seguia alguns procedimentos exigidos pela fazenda

<sup>113</sup> Segundo Sallum Junior (1982, p. 29) eram os caminhos por onde passavam carros de bois e carroças para transportar o café colhido.

<sup>114</sup> APHRT, criminais, P. 1911-2, sem número. Depoimento prestado ao delegado.

(...) que o regimen observado na fazenda Santa Ernestina era e é de que antes de terminar a colheita da rua de café distribuída a algum colono, no serviço de escada, não pode o mesmo colono iniciar a apanhação de nova rua, sendo certo que o denunciado havia transgredido este regimen e desobedecido as ordens do fiscal Antonio Fernandes (...)<sup>115</sup>

A família de colonos que ficou com a rua de café que Paulo já havia começado foi a do italiano Vincenzo di Cristoforo, 51 anos, casado, trabalhador agrícola, analfabeto, que relata com mais detalhes o ocorrido:

(...) tendo o depoente acabado de apanhar toda a sua rua de café, veio como é de costume na fazenda para o carreador para pegar novas ruas; ahi chegando encontrou Paulo com a família que almoçavam; que Paulo dirigindo-se ao depoente disse: “você não pode pegar rua sem escada”; que o depoente não deu importância ao que Paulo dizia, pois que o fiscal aproximava-se e então o depoente recebia ordens; que o fiscal ordenou ao depoente que pegasse as primeiras ruas que encontrasse, então Paulo dirigindo-se ao fiscal disse: “este pode pegar e eu não posso”; que o fiscal disse a Paulo: “olhe seu merda quem manda aqui sou eu” (...)<sup>116</sup>

Neste momento travou-se uma discussão entre Paulo e o fiscal ocasionando uma luta entre os dois como relata o italiano Alexandre Marconato, 41 anos, casado, trabalhador agrícola, analfabeto,

(...) o mesmo fiscal que trasia uma foice agrediu com ella ao denunciado dando-lhe três bordoadas com o cabo de foice; que quando o fiscal vibrou a quarta bordoadada no denunciado, este rebateu-a com o braço tendo nessa ocasião cahido no chão a foice (...) a mãe do dito denunciado, momentos antes havia agarrado ao mesmo Antonio Fernandes, e nessa ocasião foi que cahiu a foice das mãos de Fernandes (...)<sup>117</sup>

Então, como declara o próprio fiscal, “Paulo Paulucci apossa-se desta foice, dá no declarante forte pancada, com a mesma, decepando-lhe o rótulo e ferindo-o pelo modo em que se acha” (...)<sup>118</sup>. Os colonos correram de imediato para socorrer Antonio e levaram-no para casa, porém, o ferimento tinha sido muito grave, conforme consta no Auto de Corpo de Delito

<sup>115</sup> APHRT, criminais, P. 1911-2, sem número. Depoimento prestado ao juiz.

<sup>116</sup> APHRT, criminais, P. 1911-2, sem número. Depoimento prestado ao delegado.

<sup>117</sup> APHRT, criminais, P. 1911-2, sem número. Depoimento prestado ao juiz.

<sup>118</sup> APHRT, criminais, P. 1911-2, sem número. Declaração prestada ao delegado.

(...) na face externa do joelho existe uma ferida de quase 15 centímetros de comprimento, com uma largura de quase 18 centímetros. Dentro desta ferida acham-se separados os respectivos ossos, sendo necessária a amputação da coxa no limite do terço inferior com o terço médio (...)<sup>119</sup>

Antonio Fernandes não resistiu e faleceu às onze horas da manhã do dia 16 de agosto de 1911 na Santa Casa, vítima de gangrena do membro inferior. O acusado Paulo Paulucci, italiano, natural de Morcone - Campânia, 21 anos, solteiro, alfabetizado, fugiu após o conflito, mas quatro dias depois se apresentou ao delegado de polícia assumindo a autoria do crime. No julgamento foi condenado à pena de dois anos de prisão celular.

No rol das testemunhas fizeram parte seis italianos e um português. Todos os italianos foram hostis a Paulo Paulucci e disseram que Antonio Fernandes sempre tratou os colonos com “boas maneiras, delicadeza e paciência”. Por sua vez, o português também se manteve hostil a Paulo e disse que “Antonio sempre tratou muito bem a todos os colonos, sem distinção de nacionalidade”<sup>120</sup>.

Vimos no último caso de conflito que a colheita era iniciada no mesmo dia por todos os trabalhadores, inclusive mulheres e crianças, e ficava a cargo da administração indicar em qual dos talhões os trabalhadores podiam começar, sempre tomando como base a fase de maturidade mais adequada dos frutos dos cafeeiros. Após decidido o início da colheita e o local por onde iriam começar, os colonos eram levados ao carreador limítrofe ao talhão escolhido. Então era indicado a cada família, de conformidade com a capacidade de colher dos seus membros, um determinado número de filas de cafeeiros cujos frutos deveriam apanhar. Concluída a colheita de um talhão, os colonos eram levados para outros onde os frutos estivessem apropriados para colher e assim sucessivamente (SALLUM JUNIOR, 1982, p. 224). Se os procedimentos a serem seguidos na colheita estavam devidamente estipulados e isso foi comprovado no depoimento do português Constantino Gonçalves o caso sugere que

---

<sup>119</sup> APHRT, criminais, P. 1911-2, sem número.

<sup>120</sup> APHRT, criminais, P. 1911-2, sem número. Depoimento prestado ao delegado.

ao iniciar outra rua de café sem ao menos terminar a que estava colhendo, o italiano Paulo Paulucci além de transgredir as regras da fazenda também agia de maneira egoísta e traiçoeira em relação aos outros colonos visando, exclusivamente, maiores rendimentos. Por exemplo, supondo que o preço pago por alqueire custasse \$500 (quinhentos réis), se a família de Paulo colhesse um total de 400 alqueires ganharia uma soma de 200\$000 (duzentos mil réis), mas se colhesse um total de 500 alqueires ganharia 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis). Então, quanto maior a quantidade de frutos colhidos maior a remuneração monetária. Assim, a resposta de não-aprovação do ato de Paulo pôde ser percebida nos depoimentos dos italianos, embora não constasse o lugar de procedência registrado no processo, mas provavelmente se pertencessem à mesma região não iriam ficar solidários a ele [Paulo], uma vez que a colheita do café representava uma importante fonte de receita monetária. Este caso também sugere como as autoridades das fazendas demonstravam a sua autoridade. A fala do fiscal Antonio mostra claramente isso: “olhe seu merda quem manda aqui sou eu”.

O processo a seguir sugere as conseqüências causadas por um serviço mal feito no cafezal. O depoimento do proprietário da fazenda, Joaquim Correa de Freitas, brasileiro, 33 anos, solteiro, relata o ocorrido:

(...) que passando o administrador Virgilio pelo lugar em que o denunciado trabalhava advertiu a este que era preciso faser melhor o serviço não só relativamente as carpas como do café novo e seguiu a ver outros serviços e quando voltava verificou que não só não tinha atendido a observação como o serviço estava mais mal feito; advertido de novo o denunciado este dirigiu a Virgilio palavras que não só a moral como a disciplina da fazenda obrigavam o réo Virgilio a repellir como não poderia deixar de fazer, sendo então agarrado pelo denunciado Tedesco e mulher, tentando o primeiro morder a Virgilio no braço e que Virgilio repelliu essas palavras injuriosas declarando a Tedesco que estava multado e despedido da fazenda (...)<sup>121</sup>

Joaquim Correa de Freitas, tinha sua fazenda localizada em Matão, comarca de Araraquara. Em julho de 1901 contratou na Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, a família do italiano Antonio Ângelo Tedesco para trabalhar em sua fazenda visto que,

---

<sup>121</sup> APHRT, criminais, P. 1901-2, sem número. Depoimento prestado ao juiz.

precisava de braços para a colheita do café.<sup>122</sup> O italiano Tedesco era oriundo da Província de Benevento, na Campânia, tinha 35 anos, era casado e analfabeto. Começou a trabalhar na fazenda no dia primeiro de agosto e ao terminar a colheita do café, no final de setembro, pediu que Joaquim, o proprietário, acertasse suas contas porque não queria continuar ali.

(...) então Freitas lhe disse que ia fazer a conta mas que o interrogado [Tedesco] fosse capinar café a um tanto por mil pés no que aceitou a contra gosto elle interrogado porque estava certo que não seria pago (...).<sup>123</sup>

Porém, Tedesco não satisfeito em trabalhar nesta fazenda começou a relaxar no serviço que fazia no cafezal, supostamente para pressionar Freitas a pagá-lo e deixa-lo partir. Mas, por conta disso, acabou arranjando muita confusão.

(...) que no segundo dia da capina Virgilio Pitombo administrador da fazenda foi ao lugar em que elle interrogado [Tedesco] trabalhava e disse-lhe que cavasse a terra e elle interrogado respondeu que não era própria para esse serviço encalhada como estava para capina e que d'aquella forma é que sabia fazer o serviço com o qual se não estava satisfeito era tirar a conta que elle interrogado queria ir embora e nisso Virgilio deu um supapo n'elle interrogado e passou a mão no cabo da enchada disendo-lhe o interrogado que tinha vindo para trabalhar e não para apanhar não conseguindo Virgilio tirar-lhe da mão a enchada, que tendo Virgilio dito a elle interrogado que fosse a fazenda para fazer a conta respondeu-lhe este que ia buscar a caderneta em casa (...).<sup>124</sup>

Satisfeito por ter conseguido o seu objetivo, Tedesco e sua mulher se dirigiram à casa da fazenda para fazer os acertos, mas ao chegarem na porteira Virgilio de Mattos Pitombo, brasileiro, 24 anos, solteiro e administrador da fazenda, também réu no processo, acompanhado de dois capangas e do proprietário da mesma [fazenda], os recebeu com muita ira, como relata Tedesco

(...) e entrando o interrogado Virgilio que não tinha respondido ao cumprimento d'elle interrogado deu-lhe três pauladas na cabeça com cabo de relho atirando-o por

<sup>122</sup> Nesta fazenda a colheita foi realizada de agosto a setembro, diferindo do quadro agrícola que mostrei no capítulo II.

<sup>123</sup> APHRT, criminaes, P. 1901-2, sem número. Depoimento de Antonio Ângelo Tedesco, réu no processo, prestado ao delegado.

<sup>124</sup> Idem.

terra e depois o mesmo Virgilio espancava a mulher delle interrogado dando-lhe com o mesmo instrumento pelas costas (...).<sup>125</sup>

Para se defender dos ataques, Tedesco sacou um canivete e feriu o administrador no pescoço tentando feri-lo também no corpo, mas apenas atingiu o paletó. Então, os capangas seguraram Tedesco e o proprietário da fazenda o levou à Delegacia com vários ferimentos verificados na região do peito esquerdo, na região ocular, escoriação na região do molar direito e escoriação no dedo mínimo.

Este conflito ocorreu no dia 2 de outubro e fazia apenas dois meses que Tedesco e sua família moravam na fazenda. Além de Joaquim Correa de Freitas, mais cinco testemunhas depuseram no processo, todos brasileiros, e foram unânimes em declarar a culpabilidade de Tedesco. Supondo que houvesse alguns colonos italianos nesta fazenda, o que é bem provável devido ao número de imigrantes italianos que vieram para o município, talvez, pelo pouco tempo que estava na fazenda, Tedesco não tenha feito amigos italianos, ou tenha sentido certa hostilidade dos mesmos visto que, além das diferenças regionais muito fortes, Tedesco era oriundo do Sul da Itália e, baseado nas afirmações de Alvim (1986, p. 72), “os meridionais eram os mais temidos”. Uma outra hipótese seria a suposta amizade entre o fazendeiro e o delegado que teria impedido que os italianos prestassem depoimento.

Virgílio de Matos Pitombo foi preso, mas pagou fiança e respondeu o processo em liberdade. Antonio Ângelo Tedesco ficou preso até o julgamento. Os dois réus foram absolvidos.

Vimos, no capítulo II, que o colono usando os seus próprios meios, se comprometia a executar um montante de trabalhos produtivos para garantir o seu salário que era dividido em três partes: por cultivo de certa porção do cafezal, pela colheita e por dia de trabalho extra. No decorrer do ano os fazendeiros faziam “adiantamentos” em parcelas mensais, bimestrais ou semestrais por conta dos serviços prestados. O cálculo desses

---

<sup>125</sup> Idem.

pagamentos era feito mediante o preço a ser pago pelo cultivo dos cafeeiros que ficavam a cargo de cada família. Ao se estabelecer as condições do contrato, assinala Sallum Junior (1982, p. 249), “os colonos assumiam uma dívida com os fazendeiros, dívida a ser ressarcida conforme os ‘serviços’ que prestassem durante o ano”. Desse modo, conclui o autor, “a igualdade entre salário e trabalho só se materializa no fim do ano”. Mas nada impedia que os próprios fazendeiros devessem para os colonos.

A forma dos contratos, a distribuição dos pagamentos no decorrer do ano e os cultivos de subsistência consistiam num estímulo para que os colonos permanecessem nas fazendas por todo o ano agrícola, porém, nem sempre os resultados eram os esperados. Neste caso, o fazendeiro recorria às sanções previstas nos contratos que previam multas, por exemplo, pelo não-cumprimento das tarefas, por comportamento desrespeitoso ou indecoroso, por abandono da fazenda antes da conclusão do contrato, entre outras, que variavam entre os fazendeiros (SALLUM JUNIOR, 1982, p. 250; DEAN, 1977, p. 173). Essas multas representavam descontos nos salários dos trabalhadores como demonstra Dean (1977, p. 173) em seus estudos: “o administrador da Santa Gertrudes [fazenda] aplicava esse tipo de punição sumária como se fosse um juiz de paz: 40 mil-réis por desrespeito ao administrador (...)”.

As sanções por abandono do trabalho antes de concluído o contrato eram as mais pesadas. Sallum Junior (1982), baseado no contrato-padrão distribuído pela Agência Oficial de Colonização e Trabalho expõe dois artigos referentes a esse tipo de sanção:

Art. 8º: O colono que, sem causa justificada, se retirar da fazenda antes de terminar o serviço do ano, perderá a metade do que houver ganho neste ano;

Art. 18º: O colono que quiser retirar-se ao findar o ano agrário fica obrigado a participa-lo ao proprietário ou ao administrador, com trinta dias de antecedência, por falta do que será considerado como sujeito à prorrogação do mesmo contrato durante o ano seguinte, e caso se retire incorrerá no disposto no artigo 8º do presente contrato; (...) (SALLUM JUNIOR, 1982, p. 251).

No entanto, esse método de disciplinar os colonos aplicando-lhes multas causou muitos rompimentos antecipados de contrato por parte dos trabalhadores que

insatisfeitos e na maioria das vezes endividados fugiam das fazendas a procura de outras que pudessem lhe garantir algum ganho.

O caso ocorrido na fazenda de Joaquim Corrêa de Freitas com o italiano Tedesco sugere a seguinte consideração enfatizada por Holloway (1984, p. 150): “os trabalhadores recém-chegados nem sempre eram suficientes para substituir aqueles que saíam, e alguns fazendeiros reagiram tentando restringir a liberdade de movimento dos colonos”.

Assim, pode-se dizer, que a resistência oferecida por Tedesco à prepotência de Joaquim era para reivindicar um salário justo e ter liberdade de movimento.

O processo seguinte mostra que na colheita do café os cafeeiros não podiam ser maltratados, caso fossem, era motivo para muitos conflitos, conforme consta da “queixa” relatada pelo delegado de polícia, Sr. Horácio Cordovil:

(...) chegando a minha presença o italiano José Antonio vulgo Colombo, queixando-se que hoje, pelas 10 horas da manhã fora agredido fisicamente por Antonio de tal, director da Fazenda Santa Helena de João Baptista de Salles, neste município, e convindo abrir-se inquérito a respeito, a fim de apurar-se a responsabilidade do agressor (...).<sup>126</sup>

Esta “queixa” foi feita pelo italiano José Antonio, vulgo Colombo, natural de Rovigo-Vêneto, 35 anos, casado, analfabeto, trabalhador agrícola da fazenda Santa Helena, situada na Estação Fortaleza, município de Araraquara, na manhã do dia 4 de setembro de 1906, logo após ser espancado pelo diretor<sup>127</sup> da fazenda. Colombo e sua família foram flagradas pelo diretor colhendo o café<sup>128</sup> incorretamente e imediatamente foram dispensados do serviço para conversar com o proprietário, João Baptista de Salles, brasileiro, 43 anos, casado, que relata:

<sup>126</sup> APHRT, criminal, P. 1906-1.1, nº 23-907.

<sup>127</sup> Bassanezi (1974, p. 119) em seus estudos sobre a Fazenda Santa Gertrudes, enfatiza que o administrador também era chamado de Diretor Geral. Provavelmente, na fazenda Santa Helena havia a mesma equivalência, conforme veremos no primeiro depoimento.

<sup>128</sup> Assim como no caso anterior, no mês de setembro também ocorria a colheita do café nesta fazenda.

(...) no dia a que refere a denúncia, estava elle depoente em sua fazenda, da qual era administrador interino o seu cunhado ora denunciado, quando este chegou-se ao depoente e disse que havia despachado José Antonio (vulgo Colombo), colono da fazenda por ter este por muitíssimas vezes apanhado café com vara e que apesar de inumeras admoestações não se emendava: que sabendo elle depoente já disse por informação de outros empregados e sabendo mais que Colombo era maroto e malcreado, ordenou que o chamasse; que chegando Colombo e ouvindo novamente a narração do facto, exasperou-se e desmentiu o accusado chamando-o de mentiroso; que o denunciado ao ouvir a última phrase deu com uma pequena bengala, uma pancada na cabeça de Colombo que produziu um leve arranhão (...) <sup>129</sup>, porém o que o cunhado fes foi unicamente dar uma lição a Colombo que merecia ser castigado (...) <sup>130</sup>

Entretanto, o conflito na versão de Colombo foi mais violento, conforme relata ao delegado

(...) que depois de haver espancado ao declarante, ainda o referido director deu com o mesmo pau na mulher do declarante, que lhe dissera porque havia espancado o seu marido não ferindo-a porém; que a mulher do declarante está grávida de sete mezes, e poderá ter uma funesta consequência do facto de ter ficado assustada quando o director (...) deu-lhe duas pancadas sem entretanto feril-a physicamente. <sup>131</sup>

Os depoimentos das testemunhas foram os mais variados. De nacionalidade brasileira, são apenas dois: o do proprietário da fazenda que defende as atitudes do diretor, como já vimos, e do carpinteiro da fazenda que disse não conhecer o réu e nem tampouco o ofendido. Quanto aos italianos, mais uma vez não foi possível identificar a região de procedência. Dos cinco que prestaram depoimento, três não quiseram se comprometer, ou seja, ficaram imparciais aos dois implicados no caso. Um deles foi favorável ao diretor e disse que o denunciado era “enérgico, ralhava quando era preciso, mas era bom homem”. E, o outro, Ângelo Léo, 48 anos, casado, disse que Colombo era bom homem, pacato e trabalhador, assim como o diretor que era bom homem e trabalhador, porém, o seu depoimento sugere uma tendência a defender seu patrício:

(...) quando ahi chegou o denunciado Antonio de Souza Lima, que disse a José Antonio (vulgo Colombo): seu canalha, cachorro, não apanhe com vara, vá embora, largue d’ahi e vamos com o patrão; Colombo então disse que a vara era muito

<sup>129</sup> APHRT, criminal, P. 1906-1.1, nº 23-907. Depoimento prestado ao juiz.

<sup>130</sup> APHRT, criminal, P. 1906-1.1, nº 23-907. Depoimento prestado ao delegado.

<sup>131</sup> APHRT, criminais, P. 1906-1, nº 23-907.

pequena e não estragava o café, e que por esse facto não era preciso offendel-o (...)<sup>132</sup>

Colombo continuou trabalhando na fazenda e prontificou-se a declarar que os ferimentos foram insignificantes e que tinha merecido a repreensão.<sup>133</sup> Antonio de Souza Lima, diretor da fazenda, fugiu e o processo foi julgado à revelia com a absolvição do réu.

Vimos, anteriormente, que para iniciar a colheita do café era preciso ter o mínimo de grãos verdes nos cafeeiros para não ocasionar prejuízos. O processo de colhimento dos frutos iniciava com a derriça, que consistia numa operação em que todos os membros da família (a partir de oito anos de idade) “envolviam com a mão um dos ramos e arrancavam os seus frutos de uma só vez movendo a mão desde o entroncamento dos galhos até a ponta” (SALLUM JUNIOR, 1982, p. 225). Era uma atividade que envolvia uma certa habilidade nas mãos, muito mais do que o uso da força. Para os cafeeiros mais altos utilizava-se uma escada. Os frutos caíam no chão, misturados com folhas e outros detritos que acompanhavam os ramos. Após esta operação, com a ajuda de um rastelo – ferramenta de cabo longo, com dentes curvados que não rasga o solo (espécie de ancinho) -, o café derriçado de cada arbusto era amontoado. Executavam esta tarefa os homens adultos e as mulheres. Em seguida fazia-se a limpeza dos frutos amontoados deixando-os livres das folhas, pauzinhos etc, que estavam misturados. Nessa etapa, denominada de abanação, e executada geralmente pelos homens porque exigia o uso da força, o café rastelado era colocado aos poucos numa peneira e jogado para o alto. Desse modo, o vento levava as folhas e ficavam na peneira somente detritos vegetais mais pesados que eram retirados com as mãos. Concluído o processo de abanação, o café era depositado em sacos e quando estavam cheios eram carregados pelos homens adultos até o carreador e posteriormente transportados até o terreiro (SALLUM JUNIOR, 1982, p. 225-227).

---

<sup>132</sup> APHRT, criminal, P. 1906-1.1, número 23-907. Depoimento prestado ao juiz.

<sup>133</sup> Essas informações fazem parte do depoimento de João Baptista Salles, prestado ao juiz.

O processo analisado sugere algumas observações. A primeira refere-se ao procedimento da família de Colombo no processo da derriça. Vimos que este processo não era feito com o uso de uma vara e sim com a habilidade das mãos para não danificar os cafeeiros. Sallum Junior (1982, p. 254) assinala que havia sanções previstas nos contratos para esse tipo de procedimento porque “era de interesse dos colonos colher o máximo de café possível para aumentar o seu salário”. Daí, acrescenta o autor, “multava-se o colono que colhesse com o auxílio de vara para acelerar a derriça (...)”. Baseado no depoimento do proprietário, esse mau procedimento ocorria há algum tempo. Supõe-se, então, que Colombo estava ciente das sanções previstas, mas mesmo assim preferia correr o risco para almejar melhores ganhos. Outra observação sugerida no processo foi a forma de resistência apresentada por Colombo ao fazer a “queixa” contra o diretor da fazenda. Este tipo de atitude também foi verificado por Dean (1977, p. 173) nos imigrantes da fazenda Santa Gertrudes que, “recorriam à lei e aos tribunais (...)”. Porém, no caso de Colombo, ao que tudo indica, esse ato de resistência foi, talvez, sufocado pelo proprietário da fazenda, pois posteriormente Colombo se propôs amenizar, perante a justiça, as agressões que havia sofrido. Nesse sentido, Alvim (1986, p. 103) referindo-se aos imigrantes italianos do Oeste paulista aponta que, “sua luta (...) estava centrada nas necessidades mais urgentes, ao nível da mais estrita sobrevivência”.

### **3.3 Desobedecendo a ordem do patrão**

Os casos analisados até aqui ocorreram em fazendas onde o proprietário era de nacionalidade brasileira. A seguir veremos uma situação de conflito por motivo de trabalho, onde, desta vez, o imigrante italiano é o proprietário da fazenda.

O italiano Lazaro Bennati, natural de Bondeno - Emilia-Romagna, 67 anos, casado alfabetizado, era proprietário de uma fazenda localizada em Matão, comarca de

Araraquara. Os seus dois filhos Leonardo Bennati e Hermano Bennati, trabalhavam na fazenda, auxiliando-o na administração. Na manhã do dia 1º de outubro de 1902, Lazaro e seus filhos foram na casa de um colono da fazenda saber porque ele ainda não tinha ido trabalhar. Esse colono era o italiano Giovanni Sanvezzo, que trabalhava na fazenda há um ano. Era natural de Treviso-Vêneto, 22 anos, casado e alfabetizado. Sanvezzo, réu no processo, relata o que ocorreu ao “conversar” com seu patrão e filhos:

(...) que hontem as oito e meia para nove horas da manhã, na casa da residência do declarante o mesmo e o seu pae estavam encabando uma enchada quando chegava o patrão e seus dous filhos, perguntando os mesmos porque o declarante e seu pae não hiam carpir café; ao que responderam que estavam promptos para ir trabalhar. Mandando o patrão carpir uma roça que a quinze dias fora pelos mesmos carpida; que o seu patrão começou a dirigir-lhes epítetos injuriosos dizendo mesmo que o seu pae delle declarante, era um colono vadio e não tinha direito a fazer reclamações. Que quando seu patrão conversava também se achava presente a esta conversação o seu filho de nome Bennati Leonardo e Bennati Hermano.<sup>134</sup>

Nessa conversa, Lazaro Bennati, deixou claro que, se Sanvezzo não fosse trabalhar “ia mandar limpar a roça por sua conta, descontando a importância das despesas do serviço da conta do acusado”.<sup>135</sup>

Na verdade, Sanvezzo se recusava a trabalhar porque ainda não havia recebido o dinheiro da colheita do café, conforme consta no depoimento de Hermano Bennati, natural de Bondeno – Emilia-Romagna, 32 anos, casado, alfabetizado e vítima no processo:

(...) respondeu Sanvezzo que não ia carpir porque o café já estava entregue, dizendo Sanvezzo a elle declarante que isso era um pretexto para não pagar o que lhe devia. Que elle declarante disse a Sanvezzo que isso era um modo de tratar não só elle declarante como o seu pae, e seu irmão de ladrões (...).<sup>136</sup>

O motivo da resistência de Sanvezzo em não ir trabalhar se confirma na declaração do seu patrão, Lazaro Bennati, testemunha no processo, quando disse: “que se não fez pagamento ao acusado foi porque inda não tinha ajustado conta com o mesmo o que fará

<sup>134</sup> APHRT, criminais, P. 1902-1.1, nº 38-903. Depoimento prestado ao delegado.

<sup>135</sup> APHRT, criminais, p. 1902-1.1, nº 38-903. Depoimento prestado ao delegado.

<sup>136</sup> APHRT, criminais, P. 1902-1.1, nº 38-903. Depoimento prestado ao delegado.

logo que ajustar”<sup>137</sup>. No entanto, a conversa entre patrões e colonos tomou outro rumo, como relata Sanvezzo

(...) que logo depois de discutirem Bennati Hermano agarrou o pae do declarante pelo pescoço, lançando este mão de um ferro que os colonos denominaram falcão e com este fez-lhe um ferimento próximo a orelha do lado esquerdo. Interferindo Bennati Leonardo na lucta, o pae do declarante fez neste com o mesmo ferro um ferimento na cabeça (...).<sup>138</sup>

Nos depoimentos das testemunhas verificamos um fato interessante. Todas (com exceção da última que foi identificada apenas como italiana – Carolina Torelli) eram oriundas do Norte da Itália, assim como os implicados no conflito. Ao todo, três eram naturais de Veneza – Vêneto, uma de Verona – Vêneto e a outra de Bergamo – Lombardia. Em todas as declarações as testemunhas se mostraram solidárias tanto ao réu como à vítima. O caso sugere, então, que havia um alto grau de solidariedade entre italianos pertencentes a mesma região da Itália, mesmo que condições adversas colocassem em prova a união entre os patrícios. Por outro lado, também sugere uma divisão entre italianos oriundos de outras regiões da Itália, isto baseado na suposição que na fazenda de Lazaro Bennati havia uma propensão para empregar apenas colonos italianos<sup>139</sup> setentrionais. Este caso sugere também a presença de conflito de classe.

Sanvezzo fugiu após o conflito e só foi preso e julgado um ano depois, conseguindo sua absolvição.

Holloway (1984, p. 212) afirma que, “ao lado dos brasileiros proprietários de grandes fazendas, a estrutura social rural apresentava um crescente número de sítios pequenos e médios adquiridos por imigrantes de primeira geração”. As propriedades rurais não só eram adquiridas por estrangeiros bem-sucedidos no comércio e na indústria, como por “imigrantes

<sup>137</sup> APHRT, criminais, P. 1902-1.1, nº 38-903. Depoimento prestado ao delegado.

<sup>138</sup> APHRT, criminais, P. 1902-1.1, nº 38-903. Depoimento prestado ao delegado.

<sup>139</sup> Consta no “Álbum de Araraquara 1915” que na fazenda Etruria, localizada em Américo Brasiliense, cujo proprietário era o italiano Vicente Puchanti “todo o pessoal (...) director, colonos e outros empregados eram italianos e aprenderam o serviço mesmo no estabelecimento” (FRANÇA, 1915, p. 200). Talvez essa constatação possa comprovar o que ficou sugerido acima.

que se tornaram proprietários de fazendas operadas pelo trabalho familiar” e “começaram provavelmente como colonos de café”.

No município de Araraquara, por exemplo, no ano de 1905, alguns imigrantes italianos já haviam ascendido socialmente como proprietários rurais conforme demonstrado abaixo:

**Quadro 10: Estatística agrícola de 1905 – Propriedades agrícolas**

Brasileiros	295
Italianos	68
Portuguezes	75
Hespanhoes	8
Francezes	1
Allemaes	2
Diversos	3
Total	452

Fonte: Estado de São Paulo Estatística Agrícola e Zootécnica – 1904-1905 – Dados fornecidos pelo Prof. Dr. Oswaldo M. S. Truzzi – UFSCar.

Nota-se que de um total de 452 propriedades agrícolas, 295 pertenciam aos brasileiros, 75 aos portugueses e 68 aos italianos.

Holloway (1984, p. 212) enfatiza que alguns observadores apontam que os colonos ao fazerem as suas economias preferiam se estabelecer no país de adoção adquirindo uma pequena propriedade, ao invés de gastar com as despesas de viagem ao seu país de origem. Mas, Alvim (1986, p. 158) assinala que, “um colono precisava de quatro anos para conseguir suas primeiras economias”<sup>140</sup>, porém, isto só era possível se os patrões pagassem pontualmente; se as famílias fossem numerosas; se morassem nas proximidades dos centros consumidores; e principalmente, se não sofressem doenças. Apesar de tudo, toda a família se mobilizava na luta por um pedaço de terra porque com essa conquista estavam livres da opressão da qual eram submetidos nas fazendas, a começar pelos próprios contratos de trabalho. Essa opressão manifestada sob a forma dos contratos de trabalho também foi

<sup>140</sup> Segundo Alvim (1986, p. 158), “no caso da empreitada, por exemplo, eram necessários ainda cinco anos de trabalho para se conseguir algum dinheiro, o que comprova as estimativas de que o imigrante demorava de oito a dez anos para chegar a pequeno proprietário”.

verificada na fazenda de Bennati Lazaro quando ameaçou Sanvezzo a fazer descontos no salário caso não fosse limpar a roça.

Nos dois últimos casos vimos que os contratos de trabalho previam um conjunto de sanções quando havia a ocorrência de desvios. Ao se recusar a fazer o serviço, Sanvezzo estava correndo o risco de ser punido conforme demonstra Sallum Junior (1982) baseado no contrato-padrão distribuído pela Agência Oficial de Colonização e Trabalho: “se o colono deixar de fazer qualquer dos serviços enumerados no Art. 2º (todos os serviços a que se obrigavam os colonos) o proprietário poderá manda-los fazer por quem lhe convier, cobrando do colono a importância acima dispendida” (p. 252).

Sallum Junior (1982) assinala que a administração da fazenda denominava este tipo de punição como “fazer encontro”. Em entrevista a um velho fazendeiro de Jaú-SP, o autor descreve tal procedimento:

Tanto no caso da carpa como da colheita, se o colono não dava conta do serviço e se atrasava muito em relação aos demais, o que se adiantava na tabela dele vinha ao seu encontro. Isto é, o colono que se adiantava trabalhava de encontro ao que se atrasava, na tabela deste último. No caso da carpa, o que se atrasava tinha que pagar os dias de trabalho do colono que vinha de encontro na sua tabela (...) (p. 252).

As iniciativas de “fazer encontro” eram tomadas pelo fazendeiro ou administrador da fazenda durante as operações de cultivo “na medida em que tal prática significa o rompimento da exclusividade do objeto de trabalho do colono em atraso” e “a remuneração normal do trabalhador que ‘fazia encontro’ não parece ter sido a do salário por dia extra, mas por tarefa, por número de pés carpidos, esparramados ou arruados” (SALLUM JUNIOR, 1982, p. 253).

Desse modo, o processo sugere que era indiferente para o colono italiano ter ou não um patrão da mesma nacionalidade, inclusive da mesma região de procedência,<sup>141</sup> como foi o caso de Sanvezzo, porque os contratos de trabalho eram rigorosamente cumpridos e os

---

<sup>141</sup> Não quero aqui, de forma alguma generalizar.

métodos de tratamento não diferenciavam muito daqueles usados no país de adoção. Nesse sentido, o caso analisado poderia ser visto sob dois ângulos: do lado da convivência entre patrícios, considerando a mesma cultura, a mesma língua e/ou dialeto. Do outro, a relação patrão x empregado.

### 3.4 Italianos, afro-brasileiros e brasileiros brancos pobres

O caso seguinte parece mostrar uma situação bastante típica causada pela rivalidade entre italianos e afro-brasileiros.

Que hontem pelas oito horas da manhã, Paschoal Arone, por motivos fúteis, deu um tapa em Marcellino Cezar (preto)<sup>142</sup> e sendo empurrado por este, saccou do revolver para atira-lo, o que não conseguiu porque o revolver faltou dando tempo a que Marcellino Cezar o segurasse e lhe tomasse o revolver, entregando-o logo depois por ser Paschoal Arone seu superior, visto como este é feitor de turma e aquelle camarada da fazenda “São José do Corrente” onde o depoente é administrador. Tendo sido despachado o camarada Marcellino Cezar, com permissão apenas de pernoitar na fazenda (...)<sup>143</sup>

O conflito ocorreu no dia 2 de agosto de 1906, na fazenda São José do Corrente, situada na Estação Fortaleza, município de Araraquara, porque antes da contenda o preto Marcellino Cezar havia se retirado do serviço por motivos pessoais e por ter apenas voltado depois de grande demora. Na noite deste mesmo dia, Paschoal Arone, natural de Torre di Rugiero – Cantazaro – região da Calábria, 31 anos, casado, feitor de turma, alfabetizado; seu irmão Francisco Arone, natural do mesmo local na Itália, 27 anos, solteiro, jornalista, alfabetizado; e alguns patrícios, entre eles José Procópio e Domingos Daniele, se dirigiram à casa de Marcellino para dar-lhe um “corretivo”, conforme relata uma testemunha que morava na mesma casa de Marcellino. Seu nome é José Augusto, brasileiro, 21 anos, solteiro, trabalhador agrícola, alfabetizado:

<sup>142</sup> Uso aqui o termo étnico preto de conformidade com o que foi registrado no processo criminal.

<sup>143</sup> APHRT, criminais, P. 1906-2.2, número 22-907. Depoimento do administrador da fazenda Firmino Ferreira Franco prestado ao delegado.

(...) estava já deitado o depoente na casa em que reside com José Monteiro, Marcellino Cezar, Benedicto Barbosa e outros camaradas da fazenda, quando alli apareceram Paschoal Arone, seu irmão Francisco Arone, José Procópio e mais dois individuos, todos os camaradas e começaram a bater com brutalidade na porta, e ao mesmo tempo injuriavam e insultavam a todos que se achavam na casa; que o preto José Monteiro levantando-se foi abrir a porta, sendo acompanhado pelo depoente, por Marcellino Cezar, por Benedicto Barbosa, enfim pelos que estavam ali, e uma vês a porta aberta, aproximaram-se della Paschoal Arone e Francisco Arone e este [Francisco Arone] alvejando incontinentemente a Marcellino Cezar, com um revolver que tinha na mão, disparava um tiro de um revolver que tinha na mão, disparava um tiro cuja bala foi atingir o braço esquerdo de José Monteiro que nesse momento tinha ficado na frente de Marcellino que se havia recuado, escapando-se assim de ser ferido (...)<sup>144</sup>

A vítima José Monteiro, brasileiro, 29 anos, solteiro, jornalista, alfabetizado, declara ao delegado que na hora em que foi atingido no braço, Francisco Arone disse: “Ainda não morreu preto?”<sup>145</sup> Mas, por sorte o conflito não teve maiores conseqüências porque várias pessoas foram acudir, como relata o administrador da fazenda, Firmino Ferreira Franco, brasileiro, 29 anos, casado, alfabetizado,

(...) que ao estampido accudio o guarda da fazenda João Rossi Romano, o director José Carossini, o cosedor de assucar Oscar Ribeiro da Mota e o ajudante do administrador Oscar Marcondes de Moura, que effectuou a prisão em flagrante delicto de Francisco Arone, conservando-o prezo até que veio conduzido para a cadeia desta cidade [Araraquara] juntamente com o seu irmão Paschoal Arone que foi também preso pelo depoente (...)<sup>146</sup>

No entanto, a fim de inocentar Paschoal Arone do crime, talvez porque ele [Paschoal] ocupasse um cargo melhor, Firmino também declara:

(...) que Paschoal Arone lhe falou que foi o denunciado José Procópio quem o indusiu a ir a casa de Marcellino a fim de vingar-se deste (...) porque este [José Procópio] tinha o plano de substituir a Paschoal no lugar de feitor de turma, mesmo porque sempre que Paschoal tinha qualquer impedimento para exercer esse cargo, era Procópio quem o substituíia interinamente (...) que o denunciado Domingos Danielli não é de bom comportamento tendo feito parte da quadrilha Mangano<sup>147</sup>, e por isso já cumpriu pena em São Carlos do Pinhal (...) que Paschoal Arone tinha o defeito de embriagar-se, mas não freqüentemente e principalmente quando estava com o espírito preocupado por qualquer cousa e é provável que o mesmo estivesse debaixo dessa influência quando se deram os fatos (...)<sup>148</sup>

<sup>144</sup> APHRT, criminais, P. 1906-2.2, número 22-907. Depoimento prestado ao delegado.

<sup>145</sup> APHRT, criminais, P. 1906-2.2, número 22-907.

<sup>146</sup> APHRT, criminais, P. 1906-2.2, número 907. Depoimento prestado ao delegado.

<sup>147</sup> Sobre a quadrilha Mangano ver Monsma, Truzzi e Conceição (2003).

<sup>148</sup> APHRT, criminais, P. 1906-2.2, número 22-907. Depoimento prestado ao juiz.

No rol das testemunhas seis brasileiros prestaram depoimento e ficaram solidários ao seu compatriota; o brasileiro e administrador da fazenda confirma que os italianos invadiram a casa de José Monteiro, porém, ameniza a situação de Paschoal Arone, talvez porque ocupasse um cargo acima dos outros envolvidos e houvesse interesse em mantê-lo na fazenda. O único italiano que depõe no processo é o rondante da fazenda São José do Corrente cujo depoimento confirma o conflito, mas também tenta ficar solidário aos seus patrícios dizendo: “parece a elle depoente que Francisco Arone não teve a intenção de offender a José Monteiro e sim a Marcelino”, ainda acrescenta que conhece os denunciados a dois anos e os mesmos tem bom comportamento. O caso sugere uma forte divisão entre afro-brasileiros e italianos assim como supostamente entre italianos e brasileiros brancos (ou morenos).

José Monteiro sofreu um ferimento no braço esquerdo, mas conseguiu se recuperar. Paschoal e Francisco Arone aguardaram o julgamento na prisão e foram absolvidos.

Vemos, no caso abordado, que a questão de Paschoal Arone começa quando ele dá um tapa em Marcellino, e recebe em troca um empurrão. Ao receber o empurrão, saca o revólver, porém, não consegue atirar porque o revólver falha. Marcellino segura Paschoal Arone e toma-lhe o revólver devolvendo-o em seguida. Marcellino, então, é despedido da fazenda. Imagino que estes atos se seguem à troca de provocações entre os contendores. A primeira vista, o conflito entre os dois contendores parece ser o resultado das contradições entre patrão e empregado, visto que Paschoal Arone era feitor de turma e chefe de Marcelino. Tudo indica que nas fazendas havia uma hierarquia de ocupações. Aponto isso baseada em Bassanezi (1974, p. 119-129) quando constata que na fazenda Santa Gertrudes localizada em Rio Claro-SP, existia uma hierarquia social bem definida quanto às ocupações. Segundo a autora, na camada superior estava o proprietário; abaixo dele o sitiante autônomo, logo abaixo

existia uma camada de nível média formada pelo administrador, escrivão, diretor de colônia, o feitor ou fiscal e o pessoal empregado nas ocupações especializadas (maquinistas, carpinteiros, serralheiros e outros) e em caso especial o empreiteiro; abaixo desta, vinha a camada inferior que fazia parte o colono, o empreiteiro, o camarada e o pessoal nas ocupações não especializadas (carroceiros, carreiros, tratadores de animais, cortador de capim etc.) No entanto, além de Marcellino ser subordinado à Paschoal Arone, ele era preto e supõe-se, que havia uma predisposição por parte de Paschoal, que era europeu e branco, em discriminar o afro-brasileiro. Esta discriminação deve-se especialmente aos próprios fazendeiros, que consideravam os europeus racialmente superiores, como afirma Dean (1977, p. 165-166). Este caso abre espaço para uma discussão a respeito da participação do negro nas fazendas de café após a abolição. Assim, vou me deter em algumas constatações de Karl Monsma que refutam a “velha” concepção de que os negros eram relegados a papéis marginais na sociedade rural da zona cafeeira.<sup>149</sup>

Nos estudos realizados por Monsma (2006) sobre italianos e negros no Oeste de São Paulo (1888-1914), ele afirma que na cidade de São Carlos-SP, mesmo após a abolição muitos afro-brasileiros permaneceram no campo interagindo com os imigrantes nas mais diversas ocupações. Consultando a Estatística Agrícola do município de São Carlos do Pinhal organizada pelo Club da Lavoura (1899), Monsma (2005b) constatou que apesar dos italianos constituírem o maior grupo de trabalhadores nas fazendas de café somando o total de dois terços dos estrangeiros, os negros formavam o terceiro maior grupo de trabalhadores. Constatou também, consultando o Censo municipal de São Carlos referente ao ano de 1907, que os pretos e mulatos chegaram a ocupar posições de autoridades nas fazendas. Encontrou, então, cinco como administradores; um como ajudante de administrador; e um feitor. Apesar do número limitado de pretos e mulatos nestas ocupações, tudo indica que eles também

---

<sup>149</sup> Ver, por exemplo, Dean (1977) e Holloway (1984).

mandaram em trabalhadores europeus, e isso, segundo o autor, pôde ser notado também na análise dos processos criminais da comarca de São Carlos referente ao período mencionado acima (infelizmente nos processos que analisei não encontrei nenhum caso, mas encontrei colonos negros trabalhando com imigrantes). Em muitos casos, afirma Monsma (2005b), “negros e imigrantes cumpriam as mesmas funções; em outros, desenvolviam atividades com níveis parecidos de renda e respeitabilidade”. Então, não era raro encontrar negros e imigrantes ocupando as mesmas posições de classe, assim como negros ocupando posições superiores a dos imigrantes, dada a grande dispersão dos negros em todo município. Colono, por exemplo, era a ocupação mais comum entre pretos e mulatos e eles conviviam lado a lado com os imigrantes nas fazendas. Então, isso significa que além das diferenças entre os imigrantes e os brasileiros, os fazendeiros também podiam contar com o racismo que italianos nutriam contra os negros para manter o controle. Talvez, o racismo nutrido pelos italianos pudesse favorecer as chances de solidariedade entre os italianos nas ações individuais que estivessem ligadas a conflitos com negros.

Continuando o caso, vemos que no dia do conflito foi concedido a Marcellino pernoitar na fazenda, o que quase lhe custou um ferimento ou mesmo a morte se não tivesse recuado na hora do tiro. Mas, uma questão interessante ocorre. Segundo o administrador da fazenda, Paschoal Arone foi “induzido a vingar-se de Marcellino”. Dois patrícios de Paschoal Arone foram mencionados como instigadores da vingança: Domingos Daniele, que já tinha feito parte da quadrilha Mangano, inclusive esteve preso em São Carlos. Este não tinha bom comportamento e supostamente deveria gostar de encrencas. O outro patrício, José Procópio, cujos dados infelizmente não foram registrados, almejava ocupar o cargo que pertencia a Paschoal Arone. Daí, ele [José Procópio] supostamente teria todas as razões para deixa-lo em “maus lençóis”, o que significa que havia uma competição (neste caso também uma traição) entre os italianos para conseguir um cargo melhor. Para concluir o caso, pode-se dizer, que

“quando um europeu feria ou matava um afro-brasileiro ou caboclo, geralmente era depois deste ter afirmado sua igualdade e dignidade abertamente (...)” (MONSMA, 2005b).

Os dois casos a seguir sugerem que havia tensões latentes entre italianos e afro-brasileiros, e entre italianos e brasileiros brancos pobres assim como mostra a convivência e conflito entre eles, mas desta vez fora do ambiente de trabalho.

Folga, alegria, lazer... nem só de trabalho viviam os imigrantes italianos nas fazendas de café. Havia o lazer e a diversão. Bassanezi (1974, p. 231) constatou que o domingo e os dias santos marcavam a vida social do trabalhador na fazenda Santa Gertrudes. O domingo era o dia do lazer, iniciando pela missa e após cumprir à obrigação religiosa, os trabalhadores se dirigiam às vilas ou aldeias próximas aonde compravam os alimentos que não produziam e o vestuário, assim como vendiam o excedente do produto de subsistência. No povoado, se divertiam nas vendas. Visitavam os amigos da própria fazenda e também das fazendas vizinhas. Era o dia da “domingueira”. Jogavam, caçavam, pescavam e, principalmente, bebiam. “Era o dia em que se afrouxavam os rigores quanto à ingestão de bebidas alcoólicas, sendo que muitos voltavam totalmente bêbados à colônia” (p. 231). No entanto, nem sempre o domingo era um dia totalmente feliz. Foi o que constatei neste primeiro caso abordado.

No dia 12 de abril de 1903 na fazenda Boa Vista, localizada em Santa Lúcia, cujo proprietário era Augusto Simões Duarte, ocorreu um crime que resultou na morte do trabalhador agrícola Sebastião Leme, brasileiro, 40 anos, de cor preta, casado com a alemã Mathilde Mening, 32 anos, alfabetizada. Era domingo e Sebastião Leme estava na Estação de Santa Lúcia bebendo com diversos colonos italianos da referida fazenda, entre eles o italiano Antonio Cimitto, natural de Nanelli, província de L’Aquila na região de Abruzzo, 30 anos, solteiro, alfabetizado. Depois de algum tempo Sebastião e Cimitto voltaram juntos para a

fazenda e ao chegar, o administrador foi tirar satisfações com Sebastião conforme relata Cimitto:

(...) o administrador, que soubera que Sebastião havia dito que se não recebesse dinheiro brigaria com elle ou o mataria; Sebastião não negou, dizendo: “pois então o que tem?”; a isto o administrador respondeu com um socco no peito de Sebastião (...) <sup>150</sup>; (...) que a testemunha [o administrador], tendo brigado com o morto [Sebastião] pegou na mesma foice, arrancou-a do cabo e com este produziu em Sebastião Leme os ferimentos ou contusões que apresenta o seu cadáver nos braços; que Sebastião Leme, vendo-se agredido e desarmado pelo administrador e achando-se o réo [Antonio Cimitto] nas proximidades dos mesmos, saltou Sebastião para a sua frente e procurou arrancar o seu revolver para matar o administrador; que não querendo elle réo concorrer para uma possível desgraça luctou com Sebastião para que este não lhe saccasse o revolver, e nesse momento, achando-se o administrador entre ambos, sempre agredindo a Sebastião aconteceu que o revolver que trazia e que Sebastião luctava para tirar de suas mãos, disparou, indo o seu único projétil cravar-se em Sebastião e causar-lhe a morte; que depois disso foi preso pelo administrador como assassino de Sebastião (...) <sup>151</sup>

Ocorre que o administrador Segundo de Zambello Brendolau, italiano, natural de Vincenza – Vêneto, naturalizado brasileiro, 28 anos, solteiro, alfabetizado, que trabalhava na fazenda Boa Vista a cinco anos colocou toda a culpa pelo assassinato de Sebastião no italiano Cimitto e eximiu-se de qualquer implicação. Supõe-se que algumas determinantes o levaram a isso. A primeira se refere ao fato de Cimitto morar na fazenda somente a quatro meses, além disso era um meridional e estes não tinham uma boa reputação; e a segunda era porque Cimitto não tinha boas relações com os colonos alemães; nesses dois casos então seria fácil incrimina-lo. A testemunha Maria Tauber, natural da Alemanha, 42 anos, casada, analfabeta conta porque não gostava de Cimitto

(...) que Antonio Cimitto comia em casa de seu marido e pagava trinta mil réis por mez ficando atrasado em dois pagamentos, na importância de sessenta mil réis; que no dia em que deu o assassinato de Sebastião, pela manhã, houve pagamento na fazenda, e como Cimitto tivesse recebido dinheiro, foi em casa de seu marido afim de pagar o que devia; que lá chegando brigou com seu marido por causa da quantia a pagar e chegou a saccar de uma navalha, não conseguindo offender a seu marido devido a sua intervenção (...) <sup>152</sup>

<sup>150</sup> APHRT, criminais, P. 1903-2, número 32-903. Declaração prestada ao juiz.

<sup>151</sup> APHRT, criminais, P. 1903-2, número 32-903. Versão dos fatos contada pelo italiano Antonio Cimitto no depoimento da testemunha Segundo de Zambello Brendolau, administrador da fazenda Boa Vista, no relato ao delegado.

<sup>152</sup> APHRT, criminais, P. 1903-2, número 32-903. Depoimento prestado ao delegado.

Além de se aproveitar das divergências entre Cimitto e a família Tauber, Brendolau induziu (ou obrigou) os colonos a prestarem depoimento contra Cimitto. No entanto, a armação de Brendolau causou suspeitas no delegado Antonio de Oliveira Penna, que relata:

(...) tendo sido a lucta apenas entre a victima, o indiciado e o administrador, mas tendo o segundo apenas o revolver e sendo no cadáver encontrado outros ferimentos que não são produzidos por arma de fogo, como consta do auto de corpo de delicto, parece que tem rasão em suas allegações o acusado, portanto, aquelles ferimentos não podiam ter sido feitos sinão pelo administrador (...) <sup>153</sup>

Então, para apurar as suspeitas, no dia 14 de maio o delegado fez uma diligência até a fazenda Boa Vista para tomar novos depoimentos de algumas testemunhas, inclusive do administrador Brendolau, mas não obteve muito sucesso, como ele mesmo relata:

(...) Este resultado era de esperar-se, visto que sendo o pessoal da fazenda dependente do administrador provavelmente se negara de dizer a verdade receiosos de ser perseguido pelo mesmo, ainda mais tendo elle parte no crime, segundo diz o indiciado Antonio Cimitto, pelo mesmo administrador tido como maluco (...) <sup>154</sup>

Mas, as artimanhas usadas pelo administrador Brendolau não deram resultados e de testemunha passou a acusado. Ele foi preso, pagou fiança de novecentos mil réis e no julgamento foi condenado a sete meses e quinze dias de prisão, porém, apelou da sentença e no segundo julgamento foi absolvido pelo juiz de direito.

Depuseram no processo: o proprietário da fazenda, de nacionalidade portuguesa, Augusto Simões Duarte, que disse que Brendolau “tem sido bom empregado, de bom comportamento, e que nunca deu em colono algum da fazenda <sup>155</sup>, é homem serio e cumpridor dos seus deveres” <sup>156</sup>; dos quatro italianos, apenas um se mostrou imparcial, os outros três, sendo um deles o feitor da fazenda, foram hostis à Cimitto; e quatro testemunhas

<sup>153</sup> APHRT, criminais, P. 1903-2, número 32-903.

<sup>154</sup> Idem.

<sup>155</sup> De acordo com Cimitto em seu depoimento prestado ao juiz, “o administrador é homem mau e sempre que os colonos respondem mal, elle bate nelles; que nesse mesmo dia, o administrador bateu num preto, camarada da fazenda, onde o administrador como já disse com freqüência, castiga os colonos”

<sup>156</sup> APHRT, criminais, 1903-2, número 32-903. Depoimento prestado ao juiz.

de nacionalidade alemã, sendo três mulheres e um homem, todos se mantiveram hostis à Cimitto.

O ponto mais importante a ser observado neste caso é o conflito entre o administrador Brendolau e o preto Sebastião, uma vez que o italiano Cimitto só foi envolvido na contenda porque tentou segurar a arma para evitar uma tragédia, o que não foi possível devido ao disparo da mesma. Ainda seguindo os estudos de Monsma (2005b), ele afirma que “os negros, mestiços e caboclos afirmavam a igualdade e imigrantes defendiam sua superioridade”. No caso em questão esta afirmação pode ser interpretada na reivindicação do preto Sebastião em querer receber o seu pagamento, visto que o italiano Cimitto já recebera o dele. Isso pode indicar uma atitude racista por parte de Brendolau em querer considerar o trabalho de Sebastião como indigno de ser remunerado. O conflito entre os dois expressa bem a imposição da autoridade de Brendolau e a recusa de Sebastião em se curvar a sua prepotência. De acordo com Monsma (2005b), “quando um negro agredia um imigrante, tipicamente era em resposta a uma atitude de superioridade e autoridade que este havia assumido (...)”. Parece que a figura de Brendolau é a representação típica dos fazendeiros que lidavam com os escravos, ou seja, a posição de autoridade de um administrador italiano não diferia de seus pares brasileiros que levavam resquícios da escravidão (o caso de Lazaro Bennati visto anteriormente também mostra uma situação parecida). Essa suposição pode ser feita se pensarmos no caso do racismo. Se ele [o racismo] pôde ser absorvido pelos italianos nas fazendas de café, então o tratamento baseado no sistema escravocrata também pôde ser absorvido. Supostamente ele poderia ter ocorrido assim: o italiano quando chegava para trabalhar nas fazendas geralmente começava como colono, passava por todos os infortúnios que já sabemos, e só depois com muita sorte e perseverança conseguia alcançar um cargo de administrador. Então, até alcançar este cargo ele já tinha passado por toda a experiência de maus-tratos vindos dos seus superiores. Desse modo, quando estavam em posição de

autoridade é possível que tenham carregado uma “herança” que não os pertencia mas tinham feito parte dela. Ao contrário do que pensam Monsma e Medeiros (2005) quando dizem que a violência dos italianos em posição de proprietários ou outras autoridades das fazendas não carregavam resquícios do escravismo porque estes não tinham tido experiência escravista. Enfim, o caso mostra que a solidariedade entre os patrícios em relação a Brendolau foi imposta pelo mesmo. Também mostra a divergência entre as diferentes etnias assim como a hostilidade apresentada por Brendolau ao seu patrício Cimitto.

O segundo caso ocorrido no fim de semana se passou na casa de negócio do italiano Júlio Santini, situada no povoado de Rincão, comarca de Araraquara, no dia 20 de janeiro de 1900, por volta das onze horas, mas desta vez foi entre os italianos e um brasileiro branco (supõe-se que era branco porque no processo não estava registrado nem como preto, nem como pardo) pobre. Era sábado, e os trabalhadores agrícolas já iniciavam seus momentos de lazer. Júlio Santini havia contratado uma companhia de mágicas para apresentar um espetáculo em sua casa de negócios. A casa estava cheia. Havia muitos patrícios, muitos nacionais e imigrantes de outras nacionalidades. Também havia trabalhadores das fazendas vizinhas e gente do povoado. Após o espetáculo algumas pessoas foram embora e outras ficaram bebendo, jogando, enfim, se divertindo. Em uma das mesas, o brasileiro Amaro Pereira, natural do Maranhão, 40 anos, casado, trabalhador agrícola, analfabeto; fazia luta de braços com José Mascaro, natural de Cantazaro – Calábria, 26 anos, casado, negociante, alfabetizado. Mas, como relata Virgílio Francisco de Paula, brasileiro, natural de Rio das Contas – Bahia, 22 anos, solteiro, trabalhador agrícola, analfabeto;

(...) nesse brinquedo Mascaro derrubou a Amaro e que Amaro perguntou a Mascaro se aquilo era brincadeira; que Mascaro dissera a Amaro ser brincadeira (...) <sup>157</sup> Ao levantar-se começou a insultar aos italianos que allí estavam, chamando-os de “preto e filhas da puta” (...) <sup>158</sup>

---

<sup>157</sup> APHRT, criminais, P. 1900-4, sem número. Depoimento prestado ao delegado.

<sup>158</sup> APHRT, criminais, P. 1900-4, sem número. Depoimento prestado ao juiz.

Julio Santini e outros italianos presentes conseguiram tirar José Mascaro da casa de negócios para evitar confusões. No entanto, estava presente, o italiano Rosário Scarmargue, feitor de turma de uma fazenda da vizinhança e primo de José Mascaro, juntamente com um empregado da mesma fazenda, Francisco Guerrise, natural de Melicucco – Calábria, 20 anos, solteiro, trabalhador agrícola, alfabetizado; que não gostaram do insulto dirigido aos italianos e, momentos depois foram para fora da casa de negócios levando com eles Amaro Pereira. José Mascaro relata que

(...) de sua casa ouviu seu primo irmão Rosário Scarmargue dizer a Amaro que não repetisse os insultos aos italianos, ao que também elle informante ouviu Amaro responder que repetia; que immediatamente (logo após a resposta de Amaro) elle informante ouviu uma bordoadada e seguida a esta algumas outras, acompanhados de gritos; que os gritos lhe pareceram ser de Amaro, não podendo affirmar por se achar dentro de casa (...)<sup>159</sup>

Amaro Pereira sobreviveu à surra que levava, apesar dos ferimentos na cabeça e nos braços. O único denunciado pelo promotor no processo foi Francisco Guerrise, que foi julgado à revelia e condenado a uma pena de 6 meses, 3 dias e 18 horas de prisão simples na cadeia de Araraquara.

Testemunharam no processo cinco italianos e um brasileiro. Os italianos foram: Giuseppe Bizzarro, natural de Veneza – Vêneto; José Mascaro, natural de Catanzaro – Calábria; Júlio Santini, natural de Roma; esses acusaram os envolvidos, mas, para amenizar a acusação acrescentaram em seus depoimentos que Amaro era “tido no Rincão como valentão”. Os outros dois italianos foram: Robertti Dante, natural de Lucca – Toscana, que declarou não saber nada a respeito do fato, nem por ouvir dizer; e, Ângelo Locci, também natural de Lucca – Toscana, que acusou os envolvidos. A testemunha de nacionalidade brasileira depôs a favor do seu compatriota.

---

<sup>159</sup> APHRT, criminais, P. 1900-4, sem número. Depoimento prestado ao delegado.

Vimos anteriormente que italianos e afro-brasileiros teciam relações de convivência e conflito no cotidiano das fazendas equivalendo-se nas ocupações e rentabilidades. Porém, com o racismo que fôra desenvolvido dentro da comunidade italiana pelos fazendeiros e a elite local, os italianos aprenderam que teriam que fazer distinção da cor, então, “tendiam a perceber a cor como um esquema matriz de categorização, prevalecendo sobre todos os outros, e de enfatizar suas associações hierárquicas, ligando a pele escura com características negativas como estupidez, paganismo, preguiça ou alcoolismo” (MONSMA, 2005b). Por sua vez, o trabalho assalariado nas fazendas cafeeiras estava ligado ao escravo, o que resultava na identificação do italiano com a condição de escravo agrícola e eles queriam se distinguir dessa condição. Em verdade, se sentiam ameaçados por serem comparados aos escravos e em grande parte, afirma Monsma (2005b), “porque fora das elites, não havia segregação ocupacional”, por isso se rebelavam. Nesta perspectiva, o caso revela como era importante para o italiano afirmar a sua identidade de branco, e ser chamado de preto representava uma ofensa, visto que eram “racialmente superiores”. O caso também mostra que os italianos oriundos de outras regiões da Itália puderam demonstrar solidariedade ao seu pátrio. Desse modo, pode-se dizer, que a honra como elemento simbólico, definiu a identidade dos envolvidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperança de progresso e de retorno à pátria, disciplina para suplantar obstáculos e coragem para vencer as adversidades no cotidiano das fazendas de café. Esses são apenas alguns sentimentos que explicam a trajetória daqueles que denominei “pobres dignos”.

O regime de trabalho do colonato teve como característica um sistema de trabalho tipicamente familiar, principalmente desempenhado pelos imigrantes. Desde o começo, o confronto entre interesses econômicos por parte dos fazendeiros e, por outro lado, a resistência dos trabalhadores às imposições destes causaram situações permeadas por conflitos e tensões. Na verdade, os fazendeiros não mediam esforços para reprimir e impor um rígido controle, visto que a experiência que haviam tido no período da escravidão lhes dava plena consciência de que era fundamental ter um controle efetivo sobre os trabalhadores. Uma questão importante é saber até que ponto as relações paternalistas poderiam coexistir nas novas relações de trabalho. Parece que dificilmente perdurariam eficazmente como atenuante dessas novas relações. Ocorria que as relações paternalistas usadas pelos fazendeiros durante a escravidão para impedir a mobilização dos trabalhadores e conseguir a adesão dos mesmos em troca de “proteção” e pequenos favores, aos poucos foi perdendo seu sentido como mecanismo de controle devido a grande concentração de imigrantes nas fazendas e a constante mobilidade destes. Então, a preocupação dos fazendeiros não era somente substituir a mão-de-obra escrava pela estrangeira, mas encontrar uma solução de controle eficiente. Embora as relações paternalistas não tenham desaparecido por completo como formas de controle, e desconfio que prevaleceu principalmente entre fazendeiros e administradores ou entre administradores e seus encarregados diretos (fiscais e feitores), as divisões entre as etnias correspondiam às expectativas dos fazendeiros porque como sugere Holloway (1984, p.

162), com quem compartilho, o que limitou a solidariedade da classe operária foram “as divisões entre pretos e brancos” e as “distinções nacionais e regionais dentro do grupo imigrante”, visto que

A condição comum do colono do café era uma base inadequada para romper com essas distinções, dados a rotatividade da força de trabalho rural, o isolamento geográfico das fazendas, o desenvolvimento rudimentar de instituições não-econômicas na fronteira (...) (HOLLOWAY, 1984, p. 162).

Desse modo, tais divisões permitiam que os fazendeiros mantivessem o controle dos trabalhadores, contudo, pouca atenção foi dedicada a esta forma de controle.

De fato, verificou-se que havia dificuldades de interação entre as etnias, particularmente entre italianos oriundos das três regiões da Itália, ou seja, da setentrional, da central e da meridional. As chances de solidariedade entre os italianos nas ações individuais aumentavam quando eram praticadas por indivíduos precedentes da mesma região, o que significa que as diferenças estavam presentes no cotidiano dos italianos. Tal evidência é coerente com o que afirmou Bertonha (2005, p. 94-95), referindo-se à Itália durante o processo de emigração em massa, assinalando que “não havia uma emigração de italianos apenas para o exterior, onde todos se confraternizariam na qualidade de oriundos do mesmo país mas de pessoas originárias da península itálica sem necessariamente forte identidade comum”.

É interessante notar, que as ações individuais praticadas pelos meridionais causaram indiferença por parte dos italianos das outras duas regiões, possivelmente porque não concordavam com o comportamento dos seus patrícios e conseqüentemente a distância social entre ambos tendia a aumentar. Ressalte-se, no entanto, que os italianos formavam um grupo homogêneo quando queriam se distinguir dos escravos, visto que o trabalho na lavoura de café ficou estigmatizado como trabalho escravo, o que sugere, que para os italianos a

questão da identidade baseada na raça branca era fundamental para manter o *status* de europeu e racialmente “superior”.

Outro ponto que contribui para sustentar que as divisões entre as etnias limitaram a solidariedade de classe é relativo às classes sociais. Como é sabido, além das divisões de proveniência, nacionalidade e raça, no espaço circunscrito de cada fazenda havia também as divisões de classe e de ideologia, e estas tem um peso considerável. No entanto, parece razoável pensar que no período estudado – 1890-1914 – para muitos imigrantes que se dirigiram para as fazendas de café ainda não estava definida uma identidade de classe cuja força resultaria numa ação coletiva. Cabe ressaltar que nos conflitos que envolviam principalmente imigrantes italianos nas fazendas de café da comarca de Araraquara, objeto de estudo deste trabalho, verificou-se apenas a prática de ações individuais por parte dos trabalhadores. Supõe-se que esse não deve ter sido um caso isolado, contudo, os estudiosos do assunto dedicaram pouca atenção <sup>160</sup>.

Diz Karl Marx em sua obra *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*:

Os pequenos camponeses constituem uma massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola um dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. (...) Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome (...). Não podem representar-se, têm que ser representados (MARX, 1997, p. 127-128).

Nesta obra, Marx analisa os camponeses franceses do século XIX que estavam, em grande número, dispostos hierarquicamente naquela sociedade. Os membros viviam em condições aproximadamente semelhantes e exerciam um trabalho comparável, contudo, a

---

<sup>160</sup> Ver, por exemplo, MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979; STOLCKE, Verena e HALL, Michael MacDonald. **The introduction of free labour into São Paulo coffee plantations, labour costs and family structure**. São Paulo, 1980, mimeo.

leitura do trecho acima mostra que os camponeses não formavam uma classe. Seguindo os preceitos de Marx, para existir uma classe os indivíduos teriam que se perceber pertencentes a um grupo que se uniu e tomou consciência da sua unidade através do seu antagonismo para com os outros. Além disso, uma classe mostra-se unificada quando há uma representatividade de classe da ação política. Referindo-se a teoria de Marx, Aron (1964, p. 40) assinala que

A classe social só existiria realmente na medida em que tivesse consciência de si própria, mas não pode haver consciência de classe sem o reconhecimento da luta de classes. Uma classe só tem consciência de si própria quando descobre que tem de conduzir uma luta com outras classes (ARON, 1964, p. 40).

Nesta perspectiva, há fortes indícios que o que prevalecia nos conflitos cotidianos analisados eram as divisões entre as etnias.

Existe na literatura que trata da imigração italiana no Brasil um estereótipo bastante comum, que é supor que italianos em posições de autoridades nas fazendas ajudavam seus patrícios.<sup>161</sup> No entanto, a análise dos processos mostra que os italianos que ocupavam uma posição de autoridade agiam em função das regras a serem seguidas (inclusive quando eram os próprios patrões). Esta constatação, então, desmonta este estereótipo.

Em suma, a análise dos processos evidenciou que os principais valores que orientavam uma conduta violenta nos conflitos cotidianos eram os de receber um salário justo e de ter liberdade de movimento. Esses valores foram verificados para todas as etnias em questão.

---

<sup>161</sup> Ver, por exemplo, Alvin (1998, p. 269).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes Inéditas

Arquivo Público Histórico “Rodolpho Telarolli”, Araraquara-SP. Processos criminais.

### Publicações

ALVIM, Zuleika M. F. **Brava gente!** Os italianos em São Paulo 1870-1920. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 3 v. p. 216-287.

ARON, Raymond. **Novos temas de sociologia contemporânea**. A luta de classes. Trad. Augusto Pastor Fernandes. Lisboa: Editorial Presença, 1964.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BASSANEZI, Maria S. C. Beozzo. **Uma abordagem quantitativa das relações de trabalho, em uma propriedade rural paulista 1895-1930**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (UNESP), 1974.

BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro: Aspectos políticos**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.

BERTONHA, João Fábio. **Os italianos**. São Paulo: Contexto, 2005.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. Trad. Paula Monteiro e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. Espaço social e gênese das “classes”. In: **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRANDÃO, L. & TELAROLLI, R. **Addio bel campanile**. A saga dos Lupo. São Paulo: Global, 1998.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CARBONI, Florence. Língua e história da Itália na época da grande imigração. In: CARBONI, Florence & MAESTRI, Mario (org.). **Raízes italianas do Rio Grande do Sul 1875-1997**. Passo Fundo/RS: UPF, 2000. p. 37-65.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**. 2ª ed. Fac-similar comemorativa do centenário da imigração italiana no Brasil, 1875-1975. São Paulo: Martins, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar & botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 2ª ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001.

CLARK, Martin. **Longman history of Italy: modern Italy, 1871-1995**. 2nd ed. Printed in Malaysia, PP, 1996. p. 1-43.

CORRÊA, Ana Maria M. **História social de Araraquara**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975.

COSTA, Emília V. da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

\_\_\_\_\_. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 7ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Trad. Viviane Ribeiro. 2ª ed. Bauru-SP: EDUSC, 2002.

DARNTON, Robert. Apresentação. In: **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DEAN, Warren. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996.

\_\_\_\_\_. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo, 1880-1924**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

FOUCAULT, Michel. O a priori histórico e o arquivo. In: **A arqueologia do saber**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1986.

FRANÇA, Antonio M. **Álbum de Araraquara 1915**. São Paulo: João Silveira, 1915.

FRANZINA, Emílio. **Merica! Merica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti e friulani in América Latina 1876-1902**. Verona, Cierre Edizioni, 1994. p. 177-178.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

GOOCH, John. **A unificação da Itália**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1991.

HALL, Michael McDonald. Os italianos: histórico. In: **Publicação mensal do Fundo de Assistência à Cultura**. Prefeitura Municipal de Campinas, 1989. Disponível em: <http://www.terrabrasileira.net/folclore/influenc/italihis.html>. Acesso em: 10 set. 2005.

\_\_\_\_\_. Os fazendeiros paulistas e a imigração. In: SILVA, Fernando Teixeira da; NAXARA, Márcia R. Capelari; CAMILOTTI, Virgínia C. (orgs.). **República, Liberalismo, Cidadania**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003. p. 153-161.

HOBBSAWM, Eric J. Todo povo tem história. In: **Sobre história**. Trad. Cid. Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IANNI, Constantino. **Homens sem paz**. Os conflitos e os bastidores da emigração italiana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

LITTLE, G. **Fazenda Cambuhy: a case history of social and economic development in the interior of São Paulo, Brazil**. Flórida. Tese (Phd History Modern), University Flórida, 1960.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: **O 18 Brumário e cartas a Kugelman**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. 4ª ed. Campinas-SP: Pontes, 1990.

MEDEIROS, Simone. **Resistência e rebeldia nas fazendas de café de São Carlos –1888 a 1914**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, 2004.

MONSMA, Karl e MEDEIROS, Simone. Classe, etnia e violência nas fazendas de café do oeste paulista, 1888-1914. In: BRUMER, Anita e PIÑEIRO, Diego (orgs.). **Agricultura Latino-americana: novos arranjos e velhas questões**. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2005. p. 163-184.

MONSMA, K; TRUZZI, O; CONCEIÇÃO, S. da. Solidariedade étnica e crime organizado: uma quadrilha de assaltantes calabreses no Oeste paulista e suas relações com outros italianos, 1895-1898. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 18, nº 53, p. 71-96, 2003.

MONSMA, Karl M. Histórias de violência: inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo de relações interétnicas. In: DEMARTI, Zélia de Brito Fabri, TRUZZI, Oswaldo Mário Serra (orgs.). **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: EDUFSCar, 2005a. p. 159-221.

\_\_\_\_\_. **Conflito simbólico e violência interétnica: europeus e negros no Oeste Paulista, 1888-1914**. História em Revista, 2005b. No prelo.

\_\_\_\_\_. Symbolic conflicts, deadly consequences: fights between Italians and blacks in western São Paulo, 1888-1914. **Journal of Social History**, v. 40, summer 2006. No prelo.

MONTEIRO, Rosane C. M. **Criadores, cafeicultores, terra e mão de obra**. Araraquara e São Carlos na era da transição, 1830-1888. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Ciências e Letras da UNESP- Campus Araraquara, 2000.

\_\_\_\_\_. **Diversificação econômica das fazendas mistas no interior do Oeste paulista: produção voltada para o mercado interno e externo, 1889-1920**, 2003. Disponível em:

< [http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe\\_2003\\_71.pdf](http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_71.pdf) >. Acesso em: 20 out. 2005.

MOORE JR., Barrington. Elementos recorrentes em códigos morais. In: **Injustiça**. As bases sociais da obediência e da revolta. Trad. João Roberto M. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MÜLLER, Daniel P. **Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo**. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 3ª ed. São Paulo, Governo do Estado, 1978.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

PEREIRA, João Baptista Borges. **Italianos no mundo rural paulista**. São Paulo: Pioneira. Instituto de Estudos Brasileiros da universidade de São Paulo, 1974.

RODRIGUES, Ana Célia. **Tipologia documental como parâmetro para gestão de documentos de arquivo: um manual para o município de Campo Belo (MG)**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.

SALLUM JR., Basílio. **Capitalismo e cafeicultura: Oeste paulista, 1888-1930**. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

SANTIN, Silvino. Integração sócio-cultural do imigrante no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luis Alberto (org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, 1996. 3 v. p. 593-610.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SFORZA, Carlo. **A Itália contemporânea**. Suas origens morais e intelectuais. Trad. Maslowa G. Venturi e Jeannette D. Vianna. São Paulo: Brasiliense, 1945.

SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 2 v. p. 233-290.

TEIXEIRA, Rosane S. **Identidade e a demonstração do poder: um estudo de caso**. In: 32º Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos, São Paulo: USP, maio 2005.

TELAROLLI, Rodolpho. **Poder local na república velha**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico**. São Paulo: Nobel; Instituto di Cultura di San Paolo; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1989.

## ANEXO

**CONFLITOS ENTRE AUTORIDADES DAS FAZENDAS E SEUS SUBORDINADOS  
REPRESENTADOS PELOS IMIGRANTES ITALIANOS NAS OCUPAÇÕES DE  
ADMINISTRADORES, FISCAIS, FEITORES E COLONOS**

CAIXA Nº	ANO	RÉU OCUPAÇÃO/NACIONALIDADE	VÍTIMA OCUPAÇÃO/NACIONALIDADE
1893-1	1893	colono/brasileiro	administrador/italiano
1893-1	1893	colonos/italianos	fazendeiro/brasileiro
1893-2	1893	feitor/italiano	colono/italiano
1894-1	1894 <sup>162</sup>	colono/italiano	colono/brasileiro
1894-1	1894	colono/italiano	administrador/italiano
1894-1	1894	colono/italiano	administrador/italiano
1897-2	1897 <sup>163</sup>	Inspetor de Quarteirão/brasileiro	sitiante/italiano
1897-3	1897	sitiante/italiano	administrador/italiano
1898-4	1898	colono/italiano	administrador/brasileiro
1899-2	1899 <sup>164</sup>	colono/italiano	colono/italiano
1899-2	1899	colono/italiano	feitor/não consta no processo
1900-4	1900	feitor/italiano	colono/brasileiro
1901-2	1901	colono/italiano	administrador/brasileiro
1902- 1.1	1902	administrador/brasileiro	colono/italiano
1902- 1.1	1902	colono/italiano	sitiante/italiano
1903-2	1903	colonos/italianos	administrador/brasileiro
1903-4	1903	administrador/brasileiro	colono/italiano
1905-4	1905	administrador/italiano	agregado/italiano
1905-4	1905	administrador/brasileiro	colono/italiano
1906- 1.1	1906	diretor de colônia/brasileiro	colono/italiano
1906- 2.2	1906	colono/italiano	feitor/brasileiro
1906-3	1906	colono/italiano	fazendeiro/suíço
1908-1	1908	administrador/brasileiro	colono/italiano
1910-3	1910	fiscal/italiano	colono/italiano
1910-4	1910	fazendeiro/italiano	colona/italiana
1911-2	1911	fiscal/brasileiro	colono/italiano
1911-2	1911	colono/italiano	fiscal/brasileiro
1911-3	1911	fazendeiro/italiano	colono/brasileiro
1913- 1.2	1913 <sup>165</sup>	colono/italiano	colono/brasileiro
1914-4	1914	fazendeiro/italiano	colono/italiano

**TOTAL DE CRIMES - 30**

Fonte: Arquivo Público Histórico “Rodolpho Telarolli”, Araraquara-SP.

<sup>162</sup> Colono brasileiro brigou para defender o feitor.

<sup>163</sup> O réu invadiu a colônia do sítio da vítima e agrediu colonos italianos.

<sup>164</sup> O réu estava cumprindo ordens do administrador.

<sup>165</sup> Colono brasileiro brigou para defender o administrador.